



# horizontes da comunicação

*experiências, entrevistas e  
transcrições na pandemia*

Laura Ferreira Guerra  
Ana Javes Luz  
Nísia Martins do Rosário  
Paula Viegas  
(Organizadoras)



IMAGINALIS  
EDITORA

Laura Ferreira Guerra  
Ana Javes Luz  
Nísia Martins do Rosário  
Paula Viegas  
(Organizadoras)

# **Horizontes da comunicação:** experiências, entrevistas e transcrições na pandemia

1ª edição  
Porto Alegre

EDITORA  **IMAGINALIS**

UFRGS  
2021

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Editora Imaginalis. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Editora Imaginalis.

## **CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO**

Ana Maria Lisboa de Mello

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Artur Simões Rozestraten

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Blanca Solares

*Universidad Nacional Autónoma de México, México*

Corin Braga

*Universitatea Babeş-Bolyai, Romênia*

Cremilda Medina

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Ionel Buse

*Universitatea din Craiova, Romênia*

Jean-Jacques Wunenburger

*Université de Lyon III, França*

Malena Contrera

*Universidade Paulista, Brasil*

Maria Cecília Sanchez Teixeira

*Universidade de São Paulo, Brasil*

## PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial Científico da Editora Imaginalis bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial: Ana Taís Martins

Projeto gráfico: Francisco dos Santos

Diagramação: Laura Ferreira Guerra

Revisão: Autores(as)

Organização: Laura Ferreira Guerra, Ana Javes Luz, Nísia Martins do Rosário e Paula Viegas.

*Esta publicação foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.*

**CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**  
**BIBLIOTECA**

---

H8119 Horizontes da comunicação : experiências, entrevistas e transcrições na pandemia. / Laura Ferreira Guerra, Ana Javes Luz, Nísia Martins do Rosário, Paula Viegas (Organizadoras). — Porto Alegre : Imaginalis, UFRGS, 2021.  
p.

ISBN 978-65-5973-084-1 (pdf)

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Fake news. 4. Isolamento social. 5. Pandemia Covid 19 I. Guerra, Laura Ferreira. II. Luz, Ana Javes. III. Rosário, Nísia Martins do. IV. Viegas, Paula.

CDU: 316.77

---

# Sumário

Apresentação, **8**

\_Transcrições, **11**

- **maio, 2020**

Isolamento social, discursos e sentidos circulantes da/na pandemia, **12**

*Rudimar Baldissera*

A cobertura da pandemia pelos grandes jornais, **28**

*Marcia Benetti*

- **junho, 2020**

Pesquisa: um desafio recorrente e uma atitude de resistência, **40**

*Nísia Martins do Rosário*

- **julho, 2020**

*Fake news* e covid-19: debatendo sobre as ferramentas de checagem, **57**

*Raquel Recuero*

- **agosto, 2020**

Comunicação de massa no Brasil da covid-19:  
entre o negacionismo e a responsabilidade social, **69**

*Luiz Artur Ferrareto*

A pandemia das narrativas políticas e comunicacionais, **90**

*Maria Helena Weber*

- **outubro, 2020**

O imaginário do fim do mundo, **102**

*Ana Taís Martins*

\_Entrevistas, **121**

Afetos, emoções e interações na pandemia, **122**

*Entrevista com Alê Primo*

Espírito de (re)existência e (re)invenção, **147**

*Entrevista com Karla Maria Müller*

Porque falar em arquivamento da web: do cotidiano  
aos tempos pandêmicos, **158**

*Entrevista com Moisés Rockembach*

Não tem como fugir da audiência, **179**

*Entrevista com Nilda Jacks*

Dilemas do jornalismo: viver e noticiar a pandemia, **191**

*Entrevista com Virginia Pradelina da Silveira Fonseca*

\_Relatos de experiência, **200**

I Desafio de Crítica da Mídia: uma proposta de reinvenção do Programa de Extensão Análise Crítica de Produtos Midiáticos/UFRGS na pandemia da covid-19, **201**

*Rudimar Baldissera*

*Angela Dellazzana*

*Bruno Vinhola*

*Cássia Aparecida Lopes da Silva*

*Jean Rossato*

*Sérgio Gabriel Fajardo*

O Observatório de Jornalismo Ambiental sob a perspectiva da popularização científica, **216**

*Ilza Maria Tourinho Girardi*

*Eloisa Beling Loose*

*Matheus Cervo*

Observação, crítica e comunicação pública diante da pandemia, **239**

*Ana Javes Luz*

**Sobre os(as) autores(as) e as organizadoras, 254**

# Apresentação

Século XXI, ano de 2020, as incertezas da pandemia. Em condições muito frágeis, à comunicação impõem-se os contornos de imagens granuladas, ecos sonoros e quedas abruptas do sinal da internet. Nas organizações, na política, no jornalismo, na pesquisa, nas relações e nas mídias sociais: encontra-se, nesta obra, uma janela aberta para os horizontes ampliados da comunicação diante do universo de contrastes impostos, sem aviso prévio, pela pandemia. Este livro é inspirado por falas construtivas, tentativas e criativas. O estímulo de criar é acompanhado pela intenção de partilhar conhecimentos, experiências e expectativas sobre as incertezas que nos atravessam.

O primeiro caderno – *transcrições* – ganha esse nome, pois revela o processo em que interpretações sobre comunicação e pandemia emergem, primeiro, pela oralidade, nas tantas *lives* espalhadas *youtube* a fora. Depois, entendendo que essas merecem ganhar uma nova forma, a tarefa de transcrever aparece para contemplar o objetivo, correspondendo ao movimento no qual a oralidade é provocada pela escrita, mas a escrita não a domina por completo. Estão organizadas aqui as versões escritas de parte das contribuições realizadas por professores(as) e pesquisadores(as) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O segundo caderno, no qual constam as entrevistas, também realizadas com docentes do PPGCOM-UFRGS, dá a ver a extensão das preocupações que cercam este livro. O diálogo entre perguntas e respostas abrange um antes e depois da pandemia, incluindo as expectativas sobre um futuro próximo, igualmente marcado pela realidade gritante do aqui e agora. Imaginar é uma ação em que podem ser gerados interessantes pontos de vista e, novamente, ângulos ampliados dos horizontes da comunicação.

Por fim, o último caderno dedica-se a partilhar experiências. Projetos em plena atividade, antes do período pandêmico, acostumados com o saber-fazer resultantes das experiências já adquiridas, passam a incluir as inquietações geradas na e pela pandemia. Um movimento representativo de adaptação e criticidade frente ao contexto.

O presente livro também é uma iniciativa que cruza o fluxo de um projeto em andamento. O Laboratório de Popularização da Ciência (@popcicom), criado em 2019, não tinha, dentre as atividades inicialmente propostas, a finalidade de publicar um livro. O foco, inclusive, era totalmente o oposto: explorar formas de divulgar o conhecimento em comunicação para além dos livros e dos artigos científicos. Desde o início, o projeto opera com o foco nas mídias sociais. Hoje, embora a abertura plural do digital, é preciso algo menos efêmero, menos acelerado, menos passageiro. Em 2021, ao completar dois anos, o projeto segue com o objetivo: testar caminhos para encurtar distâncias. Este livro é, assim, mais um teste frente ao horizonte de possibilidades da comunicação.

Boa leitura!



*Agradecemos à Anelise Angeli De Carli, à Ana Taís Martins e ao Francisco Santos, da editora Imaginalis, pelas valiosas contribuições. Dedicamos este livro ao professor Alexandre Rocha da Silva (in memoriam), entusiasta da universidade sem condição derridiana: a universidade livre para pensar.*

# transcrições

- Este caderno reúne mais de uma hora e meia de falas compartilhadas, *youtube afora*, ao longo do ano de 2020, sobre comunicação e pandemia. Ao total, são sete transcrições de autoria de professores(as) e pesquisadores(as) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Nesta atividade de transcrição, ideias manifestadas pela oralidade, antes dispersas em diferentes canais, ganham coexistência pela escrita. A ordem dos textos acompanha a ordem cronológica em que foram realizadas as falas originais, localizadas em diferentes meses do primeiro ano de pandemia no Brasil (2020).

*maio, 2020*

# **Isolamento social, discursos e sentidos circulantes da/na pandemia<sup>1</sup>**

Rudimar Baldissera  
PPGCOM-UFRGS

Primeiro, agradeço à diretoria da Abrapcorp [Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas] pelo convite, e à Socicom [Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação] que, conjuntamente, realizam este evento no âmbito da mobilização nacional “Marcha pela Ciência”, promovida pela SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência]. Também precisamos ressaltar a importância desta mobilização pela ciência em um

---

<sup>1</sup> Texto adaptado da participação no evento on-line **Comunicação organizacional no contexto da pandemia de Covid-19**, organizado pela Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (Abrapcorp), no dia 7 de maio de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/quzeMYsVJKY>.

momento difícil, de grande instabilidade política, em que a ciência (instituições de pesquisa, processos e resultados) e as Universidades Públicas são permanentemente atacadas sob intenções de desqualificação e deslegitimação; e, mais, em uma conjuntura em que a grande área das Ciências Humanas e Sociais tem perdido muito espaço, reconhecimento e investimentos (nesse sentido, o mais recente anúncio é o do corte das bolsas de iniciação científica para as Humanidades). Para mim, trata-se de explícita tentativa de tornar a nossa área invisível, fazendo circular sentidos de que é uma área menor, sem valor e desnecessária.

Dito isso, e em perspectiva do tema deste painel, cabe ressaltar que considero que esta seja uma importante oportunidade para refletirmos sobre comunicação e organizações neste contexto de pandemia; contexto de muito sofrimento, perdas, e que exige atentarmos melhor para a circulação de sentidos sob o prisma da comunicação organizacional. Assim, minha proposta é a de discorrer, mesmo que brevemente, sobre isolamento social, discursos e sentidos circulantes da/na pandemia.

Destaco dois tópicos, em especial, para falar em termos dos discursos e sentidos circulantes. Tratam-se, a meu ver, de duas importantes concepções de mundo que estão na base dessas formações discursivas e dos sentidos em circulação. A primeira está sustentada na concepção de que a economia é um sistema fechado. Sob essa perspectiva, dentre outras coisas, assume-se que produção gera consumo que gera mais

produção, mais desenvolvimento e riqueza e, com isso, bem-estar. É fundamental que nos perguntemos: Bem-estar para quem? E basta um rápido olhar sobre o atual contexto de desigualdades, de exclusões, de muitas formas de violência para obtermos as respostas.

Essa concepção tem por pressuposto o individualismo exacerbado em detrimento da interdependência sistêmica. Assim, o sistema econômico não teria limitações, pois que teria potência para autorregenerar-se. Essa é uma compreensão bastante restrita, excludente e que gera pobreza, injustiças e muitos excluídos. É preciso atentarmos para os múltiplos perigos dessa perspectiva. Dentre outras, as problematizações em relação ao trabalho *uberizado*, as questões relativas à noção de “gestor de si” e ao excesso de positivo (HAN, 2014; 2017), são suficientes para evidenciar que se trata de um sofisticado processo de transferência de toda a responsabilidade e de todos os custos para o próprio indivíduo. Entretanto, para evitar resistências, gerar identificações e melhor cooptar esses sujeitos, essas concepções são discursivamente instituídas como potência para que os trabalhadores definam seus horários de trabalho, ampliem sua liberdade de pensar e agir, protagonizem as tomadas de decisões e estabeleçam suas prioridades. Mas, o que esses discursos omitem? Omitem o fato de que nessas condições os trabalhadores são permanentemente vigiados, avaliados e, mesmo, punidos pelas mesmas organizações que lhes prometem liberdade para “fazerem do seu jeito”, para “serem donos de si”; omitem que, de modo geral, o número de

horas trabalhadas por dia sofre significativos aumentos; omitem que os níveis de estresse são potencializados (toda responsabilidade está sobre o próprio indivíduo); enfim, omitem que todo o ônus passa a ser do próprio trabalhador. Quer dizer, ele passa a ser responsável pelo seu desenvolvimento, por produzir, por manter as organizações lucrativas e por tudo o que for necessário nesses processos. Então, além de cuidar de si, precisa cuidar das organizações; ter “atitude de dono”.

Em direção distinta, a outra perspectiva discursiva que destaco em termos de circulação de sentidos no atual contexto de pandemia de covid-19 é a que vem da sustentabilidade, no seu sentido primeiro, de interdependência de sistemas, de comprometimento ecossistêmico. Sob essa concepção de mundo, uma das primeiras questões que precisamos admitir é o fato de que o sistema econômico é um sistema aberto. Conforme destaca Andrei Chechin (2010), com base nas proposições de Nicholas Georgescu-Roegen (economista romeno, considerado o fundador do conceito de bioeconomia – ou economia ecológica –, que desenvolve a noção de “decrecimento econômico”), a “natureza é o limite da economia”. De acordo com os autores, os níveis de crescimento econômico são irresponsáveis e produzirão um ônus muito alto para as gerações futuras, que precisarão lidar com escassez e, mesmo, com esgotamento de recursos naturais. Diante disso, Georgescu-Roegen propôs a não ampliação do crescimento econômico e, mesmo, a retração do consumo e da produção (vale

observar que essa proposição é do final da década de 1960, início da década de 1970). Quer dizer, é fundamental que tenhamos parcimônia na produção e no consumo, pois que, dentre outras coisas, os recursos naturais se esgotam. E aqui fica evidente que os diferentes sistemas são interdependentes. Qualquer movimentação sobre um sistema também incide sobre outros sistemas.

Na perspectiva do que Lipovetsky (2004) afirmou, se por um lado vivemos uma sociedade individualista, com uma ética do individualismo, por outro lado precisamos compreender que mesmo nessa perspectiva nosso existir pressupõe relações; necessitamos de bens, de alimentos, de acesso a sistemas de saúde, nós precisamos de organizações. Então, mesmo quando pensarmos apenas no ‘eu’, importa compreendermos que esse “eu” só existe em relação. O que estamos vivendo, o que estamos experimentando nesse contexto de pandemia expõe a face da interdependência sistêmica de modo muito explícito. A crise no sistema de saúde implica em crises sociais, políticas, econômicas, culturais e, também, ideológicas.

Enuncia-se permanentemente que “é preciso salvar a economia”. Porém, em perspectiva de interdependência sistêmica cabe perguntarmos: Para quem? A que custos? Quem fica com o ônus? A atenção e todos os esforços não deveriam ser para salvar vidas? Não se trata de desconsiderarmos o lugar da economia para nossos sistemas social, político e cultural, mas de estabelecermos

prioridades. É fundamental termos consciência sobre o que precede o quê, sobre o que deve prevalecer.

O que eu quero dizer? Tomo o discurso sobre sustentabilidade para elucidar essa questão. Conforme demonstramos a partir de pesquisas desenvolvidas no GCCOP (Grupo de Pesquisa em Comunicação Organizacional, Cultura e Relações de Poder) (BALDISSERA; KAUFMANN, 2013a, 2013b, 2015; KAUFMANN, 2016), a perspectiva do “desenvolvimento sustentável” tem predominado – até porque não exige mudanças profundas na matriz produtiva. A matriz do *triple bottom line*<sup>2</sup>, por exemplo, tende a apresentar as bases econômica, social e ambiental como iguais, sem ordem de precedência, principalmente nas aplicações. Ora, a questão é que não há como termos o social se não tivermos o ambiental; e não teremos o econômico se não tivermos o social, o cultural e o ambiental. Portanto, esses sistemas pressupõem antecedências, prevalências. Novamente: Economia para quem? De que economia estamos falando? O fato é que o sistema econômico não pode se sobrepor a esses outros sistemas. E de modo algum essa situação poderia ser tomada como naturalizada.

---

2 Modelo desenvolvido por John Elkington que “[...] norteia a gestão da sustentabilidade a partir das dimensões econômica, social e ambiental, ou seja, define a sustentabilidade como o equilíbrio da prosperidade econômica, da qualidade ambiental e da justiça social” (BALDISSERA e KAUFMANN, 2013a, p. 62-63).

O ambiental, o social, o cultural são basilares para pensarmos o econômico, não o inverso.

Dito isso, importa ressaltar que compreendo bem que o atual contexto de pandemia se traduzirá em problemas econômicos gravíssimos daqui para a frente. Mas entre a vida e o econômico, precisamos atentar para a vida primeiro. E o econômico, na medida do possível, será restabelecido; pensando, de novo, numa perspectiva de interdependência sistêmica.

A meu ver, as duas grandes concepções de mundo que destaquei constituem duas importantes formações ideológicas a partir das quais os sentidos são movimentados no atual contexto – e, em particular, em relação à pandemia. Porém, a sobredeterminação incondicional do sistema econômico aos demais sistemas – discursiva e objetivamente – se traduziu na conformação do atual estado de coisas. Nessa direção, conforme destacamos, discursos e outras práticas (especialmente nos anos mais recentes) procuram desqualificar instituições, mesmo as que se apresentavam sólidas, tais como o Supremo Tribunal Federal, o Senado, a Câmara dos Deputados, as Universidades Públicas, a instituição Jornalismo e a própria instituição Ciência/conhecimento científico. Conforme afirmei, não podemos ingenuamente acreditar que isso seja algo instantâneo, da qualidade do imediato; trata-se de um processo/projeto de longo prazo.

Nessa perspectiva, podemos pensar no Jornalismo e na Ciência como instituições que foram e seguem sendo duramente atacadas. Primeiro ressaltamos que são sistemas que apresentam falhas, desvios, isso é lógico, como ocorrem em qualquer outro sistema sociocultural. No sistema científico, por exemplo, é muito provável que alguns produtos, por diferentes razões (insuficiência tecnológica, falta de rigor ou de consistência, interpretação apressada etc.), não consigam explicar adequadamente os fenômenos a que se referem. Porém, nem de longe isso nos permite afirmar que a ciência não é importante, que a produção científica não tem valor ou que a ciência não gera avanços, qualidade de vida, bem-estar e assim por diante.

Da mesma forma, se atentarmos para o Jornalismo – como instituição – precisamos reconhecer seu lugar medular para o processo democrático. Por exemplo, censurar o jornalismo – “calar sua boca” –, dentre outras coisas, significa manifesta intenção de silenciar as opiniões contrárias, de excluir posicionamentos dissonantes, não validados por quem está no poder. Portanto, à luz das teorias de Opinião Pública, são evidentes tentativas de blindar o acesso a informações, de desinformar, de produzir ignorância e crenças. A comunicação pública exigiria exatamente o contrário: publicidade, compromisso com o interesse público e com a verdade, deliberação, e assim por diante. Cabe ressaltar que à medida que se restringe a circulação de informações, ou que se fomenta

a desinformação, a circulação de informações baralhadas ou mentirosas, tenta-se anular os processos de formação da opinião pública. Dentre outras coisas, o que se quer produzir com essa atitude? Produzir ignorância, produzir cada vez mais crenças que beneficiem quem ocupa lugares de poder e, portanto, de decisão.

Essa chave talvez nos auxilie a compreender um pouco – pelo menos sob alguns aspectos – a força do retorno às crenças que parece acontecer hoje. Por um lado, há os negacionistas (e simpatizantes por eles influenciados e/ou cooptados) que desqualificam, negam todo conhecimento científico, exceto aquele que, de algum modo, possa beneficiá-los – tudo o que se contrapõe a suas concepções, não serve. E, por outro lado, há certa tendência a gerar uma espécie de comportamento de manada, de apenas reafirmação do mesmo; comportamento de multidão. Uma multidão enfurecida que age a partir de alguns “gritos de guerra”, de palavras de ordem; não há escuta, nem mesmo ouvem ou compreendem tais enunciações, e não se permitem parar.

Sem reduzir-se ao conceito de bolhas tecnológicas, a meu ver, isso permite compreender aspectos dos comportamentos desses grupos de indivíduos, pois que são permanentemente estimulados com informações parciais ou falsas, com desinformações e com *slogans*. Quer dizer, sob essa gramática enunciativa procura-se reduzir a capacidade de compreensão sistêmica; busca-se minimizar e, mesmo, eliminar as possibilidades de

entendimento. Trata-se de algo como a potencialização da estratégia do “pão e circo”: além de manter as pessoas alimentadas com desinformação e entorpecidas com espetáculos performáticos, essas pessoas também são estimuladas ao confronto, ao ataque a todos os que se opuserem a seus preceitos, suas crenças, pois que serão considerados inimigos a serem combatidos e, no limite, eliminados. Assim, por essa estratégia gera-se nesses segmentos da sociedade a sensação de estarem amplamente informados (saciados de informações), embriagados nas performances dos seus “heróis” que devem ser defendidos e imitados a qualquer preço, e alucinados para atacar outras concepções de mundo, assim como quem as materializar.

E é nesse contexto que vemos a fala dos cientistas (e das organizações científicas) tentando explicar um fenômeno que ainda não é compreensível, que carece de mais e aprofundados estudos. São muitas as variáveis e há resultados que precisam ser adaptados aos diferentes contextos econômicos e socio-culturais. Por exemplo, o que acontece em um país em que as pessoas vivem com, no máximo, mais uma ou duas pessoas por habitação, não se reproduz em boa parte do Brasil, em que temos grandes núcleos familiares. Quando atentamos para o processo de contágio, é muito provável que em um ambiente habitacional em que vivem apenas dois ou três indivíduos o contágio seja menor do que em um ambiente onde convivem muitos indivíduos.

Em contraposição ao discurso científico, há o discurso de um segmento da sociedade e de parte do próprio governo federal que, dentre outras coisas, gera fatos para distrair a atenção. Nesse campo são materializados discursos e outras práticas contraditórias, parciais, simplificadoras da situação e, até, de desinformação. Um exemplo é o Ministro da Saúde afirmar que para o enfrentamento da pandemia o distanciamento físico é fundamental, assim como o uso de máscaras, e, de modo divergente, as práticas de vários outros ministros do mesmo governo e, até, do Presidente enunciarem que “não é preciso o distanciamento”, uma vez que aparecem em/geram aglomerações, abraçam pessoas, e muitas vezes não usam máscaras. Vale lembrar que um comportamento, uma imagem tendem a impactar muito mais do que algo apenas verbalmente enunciado. Se eu vejo um presidente andando na rua, no meio de muitas pessoas, por que eu acreditaria na fala de um ministro que diz abstratamente que as pessoas devem ficar em casa?

Para finalizar, resalto, novamente, que esses dois fundamentos são centrais para pensarmos esse contexto e essa pandemia em termos de sentidos circulantes, em que as falas de pessoas não especializadas assumem a mesma importância das falas de quem produz conhecimento, pesquisa e que estão tentando fazer um trabalho sério.

## Questão de debate

- Prof. Márcio Simeone Henriques (UFMG): *Não estaríamos, neste atual momento, diante de um “curto-circuito” discursivo na esfera pública e na produção de sentidos comuns, no sentido de que as principais questões tendem a se reduzir a uma hipercirculação meramente retórica, autorreferenciada e polarizada? Como podemos compreender a atual produção e circulação de discursos para além das “bolhas”, já que nem todas as nossas interações estão limitadas a essas bolhas?*

**Rudimar Baldissera:** Concordo com a ideia de que vivemos, sim, um processo discursivo de “curto-circuito”, no sentido de que, nessa esfera pública, todo mundo só diz. Existe um excesso de falas, de retórica, e quase não há escuta, isto é, sendo muito objetivo, parece que as pessoas só querem se expressar, dizer. Nós saímos de um momento de intenso silêncio, em que as pessoas não tinham acesso a essas possibilidades de fala, para um outro lugar, particularmente potencializado pelas tecnologias, em que todo mundo só quer se expressar. Se observarmos o que acontece nas mídias sociais, por exemplo, mesmo que de modo superficial, rapidamente verificamos que todo mundo diz, mas poucos leem o que foi dito; não há leitura, não há escuta. Em sentido ampliado, poderíamos dizer que se trata da potencialização de um problema

que existe desde sempre: os grupos falam para dentro, com os iguais. Os cientistas falam para os cientistas, os artistas falam para os artistas. Parece não existir um autêntico movimento em direção ao outro – e isso pode ter sido potencializado pelas tecnologias –; não há significativa movimentação em perspectiva de realmente tentar compreender o outro (seja um sujeito, um grupo, uma cultura etc.). Na maior parte das vezes, trata-se de enquadrar o outro a partir dos nossos pressupostos, e não de procurar entendê-lo a partir de seus lugares de fala.

Ao pensarmos a esfera pública como possibilidade de interação, na comunicação pública como deliberação, como processo que se constrói conjuntamente, na própria ideia de diálogo que poderia surgir desse encontro nos damos conta do quanto essa fertilidade de interação comunicacional sobre temas centrais, de interesse público, desliza para o âmbito de uma gramática discursiva polarizada, de exclusão, de não escuta, de desqualificação prévia dos interlocutores que se fundamentam em outras concepções de mundo. Essa conformação que impossibilita a aproximação, por um lado, também intrinca a viabilidade de constituição de sentidos comuns e, por outro lado, exige o agigantamento discursivo para que as aproximações que não ocorrem pareçam não relevantes. Nesse sentido, empregam-se as mídias sociais para pequenas falas, sem muita elaboração, mas que devem produzir efeitos de serem importantes respostas a algo, a algum suposto ataque. Assim, fica estabelecida a lógica da hipercirculação retórica

para reafirmar os mesmos sentidos e concepções. E é a isso que me refiro quando falo em geração de ignorância, de crenças e de bolhas; não necessariamente só à bolha no sistema da tecnologia, mas dos grupos. Os grupos se fechando em si.

Frente a isso, não sei responder tão rapidamente sobre o que fazer, como podemos compreender a atual produção de sentidos, em contexto de pandemia, de disputas polarizadas. Penso que precisamos, imediatamente, de mais solidariedade e de comprometimento interssistêmico. É realmente fundamental nos comprometermos com o outro, em perspectiva do que denominei de segunda formação ideológica. Como sociedade, preponderantemente, nos vinculamos à concepção de que devemos explorar o outro, explorar o meio ambiente até o esgotamento. Porém, o atual contexto nos faz ver que, de fato, precisamos urgentemente atentar para esse outro com mais humildade. O próximo, hoje, não tem mais o sentido que tinha há alguns dias. A sobrevivência do próximo é a minha sobrevivência. Os processos de interação, as próprias relações foram redimensionadas.



## Referências

BALDISSERA, Rudimar; KAUFMANN, Cristine. Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada. **Revista Organicom**, v. 10, n. 18, p. 59-70, 2013a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139169>. Acesso em: 18 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Cartografia dos sentidos de sustentabilidade premiados no Guia Exame de Sustentabilidade 2012. In: NOVELLI, Ana Lucia; MOURA, Claudia P. de; CURVELLO, João J. **ABRAPCORP 2013: teorias e métodos de pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2013b. p. 138-158.

\_\_\_\_\_. Desafios da comunicação para a sustentabilidade em tempos de mudança climática: o lugar da cultura, o discurso organizacional e as ofertas de sentidos. **Razón y Palabra**. [S. l.], v. 19, n. 3\_91, p. 241-260, 2015. Disponível em: <https://revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/91>. Acesso em: 24 maio 2021.

CECHIN, Andrei D. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp, 2010.

KAUFMANN, Cristine. **Comunicação organizacional e sustentabilidade**: cartografia dos sentidos de sustentabilidade instituídos pelo discurso organizacional. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134837>. Acesso: 24 maio 2021.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura**: ética, mídia e empresa. Porto Alegre: Sulina, 2004.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder. Barcelona: Herder Editorial S.L, 2014.

\_\_\_\_\_. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

*maio, 2020*

# A cobertura da pandemia pelos grandes jornais<sup>1</sup>

Marcia Benetti  
PPGCOM-UFRGS

Eu começo agradecendo o convite do GCCOP [Grupo de Pesquisa em Comunicação Organizacional, Cultura e Relações de Poder], especialmente, ao Rudimar Baldissera e ao Basílio Sartor. É um prazer estar aqui com a Katia Marko para fazer esta discussão que, além de ser fundamental, é interminável.

Antes de qualquer coisa, acho importante a gente colocar o tema da pandemia em contexto. A gente precisa reconhecer a imensa dificuldade de fazer a cobertura de um acontecimento

---

<sup>1</sup> Texto adaptado da participação no evento on-line **Pandemia na mídia**, organizado pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação Organizacional, Cultura e Relações de Poder (GCCOP), no dia 13 de maio de 2020. Disponível em: [https://fb.watch/5EMG44w\\_Sw/](https://fb.watch/5EMG44w_Sw/).

tão complexo. Eu vejo, em princípio, cinco grandes fatores que tornam o trabalho jornalístico muito difícil.

A primeira dificuldade que a pandemia traz para o jornalismo é a sua temática subjacente, que é a morte. Não é fácil tratar de um temor ancestral. A todo momento, as notícias sobre o coronavírus lembram a nossa mortalidade, nos reduzem, digamos assim, a criaturas que morrem, que não têm nenhum controle sobre isso. Então, não existe nenhuma possibilidade de fazer uma cobertura asséptica porque a realidade desse fenômeno é muito violenta. E a realidade acaba se impondo sempre.

O jornalismo está lidando com a morte, com o luto, com o medo, com o caos, com a incerteza. Esses temas são muito atravessados pelo sensacional, pelo dramático, pelo trágico. Achar o tom para falar disso – retratar as vítimas, entrevistar parentes, montar os memoriais, fazer as pequenas biografias –, achar esse tom é um desafio muito grande para os jornalistas.

A segunda dificuldade é que a gente está lidando com uma coisa absolutamente desconhecida. A própria ciência não tem respostas ou tem apenas respostas parciais. No início era uma doença respiratória, altamente inflamatória. Hoje nós sabemos que é uma doença sistêmica, que ataca diversos órgãos. Hoje nós sabemos que pode haver sequelas permanentes, problemas neurológicos, trombose, fibrose pulmonar, enfim. O que a gente sabia há duas semanas talvez não valha mais hoje. Essa é uma grande dificuldade. A pandemia está acontecendo:

ela vai caminhando e a gente vai caminhando junto com ela. É uma verdade que nós poderíamos chamar de uma verdade processual. Ela vai sendo superada, refeita, corrigida, atualizada. Isso é muito angustiante, tanto para os jornalistas quanto para os leitores.

A terceira dificuldade dessa cobertura, que é crucial para ver que coberturas são mais qualificadas do que outras, é que essa pandemia vai muito além do campo médico, sanitário ou científico. Ela conecta muitos campos, que exigem também um tratamento jornalístico rigoroso e o acesso a boas fontes. É um fenômeno que se desdobra para o campo econômico, para o campo jurídico. Para a segurança pública, quando a gente pensa na violência doméstica e como a doença está se dando dentro das prisões. Para o meio ambiente, com reflexos sobre a poluição, por exemplo. Para o esporte, com o cancelamento de jogos, a suspensão de campeonatos e o adiamento das Olimpíadas. Para o entretenimento, pois de repente os jornalistas começam a ter que cobrir as *lives* dos cantores, as quarentenas das celebridades. Se desdobra para as eleições municipais, que estavam previstas para 2020. Para a tecnologia e também para o campo da ética, quando a gente começa a discutir se deve ou não haver uma fila única de leitos de UTI para hospitais privados e públicos, quando a gente começa a discutir quem deve ter prioridade no protocolo no caso de um respirador. E, claro, especialmente no Brasil a pandemia

está muito relacionado com o campo político. Isso tudo torna a cobertura muito difícil e muito complexa.

O quarto fator que interfere na cobertura é a dificuldade de obter dados confiáveis, tanto pela subnotificação quanto pela dependência que os jornalistas têm de fontes oficiais e que também tem uma série de condicionantes.

E, por fim, não menos importante, aliás crucial, é ver as condições concretas de trabalho dos jornalistas. Equipes reduzidas, profissionais com excesso de pautas, trabalhando sob muita pressão, ganhando mal, sempre sob risco de demissão. Profissionais sendo demitidos em plena pandemia. E, no exercício da profissão, estão expostos ao vírus sempre que vão às ruas, hospitais, UTIs. Além disso, jornalistas vêm sendo agredidos fisicamente e ofendidos pelas pessoas.

Esse conjunto de fatores mostra a complexidade do trabalho jornalístico, o que dificulta qualquer tipo de avaliação que a gente faça sobre a cobertura. A gente vai fazer sempre uma avaliação parcial e também limitada a um momento. Em função da minha pesquisa, que é sobre a empatia no discurso dos leitores, eu costumo acompanhar diariamente os jornais *Folha de S. Paulo*, o *Estadão* e o *Globo*. Então, eu fico um pouco mais à vontade para falar da cobertura feita por esses jornais, que é o que vou tentar fazer aqui.

No geral, nos três primeiros meses da pandemia, até maio de 2020, a cobertura tem sido bastante razoável, com pontos altos e baixos e com algumas lacunas muito importantes. Quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que havia uma pandemia de coronavírus, no dia 11 de março, isso foi muito relevante para nortear certas decisões editoriais. A partir dali, muitos jornais abriram o acesso gratuito para conteúdos relativos ao coronavírus. No Brasil, vários jornais derrubaram o *paywall*, como a *Folha*, o *Estadão* e o *Nexo* – que faz uma cobertura muito boa da pandemia. Essa é uma decisão importante e até louvável, não só porque ela permite que as pessoas efetivamente leiam gratuitamente esse material, mas também porque sinaliza que os veículos consideram este tema como de interesse público. A *Folha*, inclusive, criou uma campanha de assinatura grátis do jornal digital voltada para profissionais da saúde.

Se nós considerarmos que os jornalistas estão produzindo conteúdos importantes para a vida concreta das pessoas, para o enfrentamento da doença, essa decisão editorial de oferecer os conteúdos gratuitamente é relevante, do ponto de vista social, porque há uma potencialidade de replicação desses conteúdos nas redes pessoais desses leitores. Um outro ponto interessante é que vários jornais criaram *newsletters* com boletins diários sobre coronavírus. Eu assino várias, mas gosto especialmente de duas: a do *Washington Post* e a do *Nexo*. Aqui, nós temos uma ação significativa de curadoria da informação e de uma reescrita

que, claro, depende de bons editores porque nada é pior que uma *newsletter* mal escrita.

Mas o fundamental, na minha avaliação, é que todos os grandes jornais entenderam a importância de cobrir a pandemia. Todos criaram editorias específicas ou selos específicos. O *Estadão* e a *Folha* criaram um “ao vivo”, uma espécie de “em tempo real” (claro que não é), de acesso gratuito com as principais notícias sobre a Covid. No início, essas informações ao vivo eram mais frequentes, menos espaçadas, e contemplavam notícias de vários países. Depois elas passaram a ter um intervalo de tempo maior e mais concentradas no Brasil, mas elas continuam lá no alto das páginas dos jornais, pelo menos até agora. E eu até acho que elas devem voltar a ser mais atualizadas, porque nós vamos enfrentar um ritmo muito mais acelerado de contaminação e mortes, infelizmente.

Também é possível ver, em praticamente todos os jornais que eu tenho acompanhado, um forte caráter pedagógico e até mesmo performativo: saiba como lavar as mãos, como higienizar as embalagens, como usar a máscara corretamente, entenda como funciona o leito de UTI. Também criaram seções de perguntas e respostas sobre a doença, o que diz muito sobre a responsabilidade social do jornalismo e também mostra o papel

do jornalismo de serviço. Num cenário de tanta desinformação, o jornalismo de serviço pode ser a porta de contato com pessoas que normalmente estariam muito refratárias à informação jornalística.

Essa proximidade do jornalismo com a vida prática é muito importante – quer dizer, não apenas dizer que o aplicativo da Caixa para receber o auxílio emergencial tem problemas, mas mostrar o que fazer em certas situações. Eu acho que a seção de perguntas e respostas sobre a Covid, que a *Folha* e o *Estadão* têm, é um exemplo desse tipo de jornalismo. Mas é preciso pontuar que ela exige atualização permanente, porque as respostas estão mudando à medida que os estudos científicos avançam. Numa análise geral, tenho visto que muitas perguntas estão lá com respostas desatualizadas. Isso é péssimo. É algo que deveria funcionar e, de repente, por desatualização pode até causar um dano.

Na minha avaliação, o jornalismo de referência ainda tem muita dificuldade de tratar de temas que ele acha que não interessam à classe média e à classe alta. Estou falando especificamente desses três grandes jornais: *Folha*, *Globo* e *Estadão*. Há muitas matérias romantizando a quarentena, como se fosse um período bacana, de reencontro consigo mesmo, a oportunidade de fazer uma pausa na vida corrida, um período em que as pessoas aprendem a cozinhar, preenchem o tempo dançando, como “é lindo” falar com a família por vídeo chamada, como “é inovador”

o ensino à distância. Como se o jornalismo quisesse muito dizer para os seus leitores que está tudo normal, que eles não precisam se preocupar.

Mas a realidade está gritando que não está tudo normal e que nós precisamos, sim, ficar preocupados, porque a morte por Covid é uma morte muito cruel. É uma morte por sufocamento. Se a pessoa morre, os parentes não podem ir ao enterro. A quarentena é difícil. Manter a saúde mental e física é difícil. Acho que o nosso jornalismo ainda tem muita dificuldade em dar a real para os seus leitores. Às vezes, quando dá a real, em seguida já vem uma outra matéria dizendo como cozinhar alguma coisa, meio que dizendo: “olha, está difícil, mas não tão difícil assim”.

O contexto brasileiro é absolutamente único, porque a gente tem um presidente que realmente acredita na tese da imunidade de rebanho. Ele acha que existe um número aceitável de mortes, um número que ele não diz, mas que ele sabe, e que por baixo seria, pelo menos, 2 milhões de brasileiros. Como ele acha que isso é inevitável, então ele está dizendo que não há o que fazer, é o seu famoso “e daí?!”. Isso é absolutamente inédito em termos de liderança ou falta de liderança na pandemia.

Como podemos exigir que os jornais desconsiderem isso? Não podemos. Então, os grandes jornais estão presos em uma armadilha. São reféns das declarações e dos atos do presidente, desse caos que está reinando em Brasília. Às vezes, acho que a cobertura está muito politizada, muito centrada nos

movimentos do Bolsonaro, nas brigas com os ministros, com o Supremo Tribunal Federal, toda essa novela do teste dele de Covid, mas não tem como o jornalismo não associar esses dois fenômenos: a pandemia e os atos do presidente.

### **Questão de debate**

- Prof. Dr. Basílio Sartor (UFRGS): *No processo de informar e tentar explicar o impacto da pandemia, principalmente nos campos mais evidentes do acontecimento, como a saúde, a economia e a política, o jornalismo recorre a fontes que produzem análises, explicações, assim como sugerem medidas e soluções. As fontes oficiais, testemunhais e especializadas têm sido acionadas pela cobertura jornalística da pandemia. Essas fontes, de acordo com o conceito de Stuart Hall, são definidores primários, ou seja, estabelecem parâmetros a partir dos quais o acontecimento será enquadrado e também os termos do debate público sobre o acontecimento. Então, ao escolher determinadas fontes e enquadrar o acontecimento de um determinado modo, o jornalismo contribui para legitimar determinadas perspectivas e define o que é controverso e polêmico ou, ao contrário, o que é consensual e aceitável. Recentemente, a escolha do ex-ministro Osmar Terra, considerado um negacionista na discussão da pandemia, para participar de um debate na Globonews e na CNN foi alvo de um intenso debate nas redes sociais. Alguns criticaram a escolha porque ela legitima uma fonte que, na verdade, não teria autoridade para abordar o assunto*

*pela posição negacionista. Enquanto outros defenderam que essa controvérsia existe na esfera pública e, portanto, o jornalismo não poderia ignorá-la. Cito o caso do ex-ministro Osmar Terra, mas a gente poderia pensar também em pautas da economia, da política, entre outras. Como você avalia e analisa essa questão sobre a escolha das fontes na cobertura jornalística das crises sanitária, econômica e política que o país enfrenta? O jornalismo tem errado ou acertado na escolha das fontes e, conseqüentemente, no enquadramento e na produção de sentidos sobre a pandemia?*

**Marcia Benetti:** No geral, o jornalismo tem mais acertado do que errado na seleção das fontes. O jornalismo sempre será dependente das fontes oficiais. O problema é quando os jornalistas se contentam só com os dados oficiais ou quando fornecem esses dados sem contextualização. Então, fazer ressalvas sobre a subnotificação, por exemplo, é muito importante. No caso do coronavírus, algumas fontes oficiais são constantes na cobertura brasileira: a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Ministério da Saúde, as Secretarias estaduais e municipais, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Uma fonte importante, que tem surgido para os jornalistas que estão buscando ir além dos casos confirmados, é o Portal da Transparência, que trabalha com registros de cartórios.

As fontes especializadas têm sido muito acionadas. Isso é fundamental em uma temática como essa. Eu vejo que os jornalistas

estão recorrendo muito às associações científicas, como a Sociedade Brasileira de Infectologia, a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, aos pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), às universidades. As universidades ganharam espaço importante nessa cobertura jornalística, tanto as universidades estrangeiras, como a Universidade de Oxford, a Universidade de Michigan, a Imperial College London, quanto as brasileiras, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). São instituições que estão sempre construindo conhecimento e, especialmente nesse momento, produziram material de orientação para jornalistas e para a população, criaram glossários, mapas e aplicativos. Então, eu acho que, no geral, os jornais procuram fontes com informações relevantes e confiáveis.

Quando a gente observa o campo econômico, eu já acho que isso não acontece. Geralmente são fontes péssimas, que revelam o quanto a elite não é civilizada e só confirmam a tragédia de uma sociedade profundamente desigual. Quando um veículo de referência convida, por exemplo, o ex-ministro Osmar Terra para debater ou para assinar um artigo de opinião, esses espaços ganham uma dimensão muito grande porque existe todo um campo de pessoas que só replicam isso com os seus robôs. É um erro muito grande dos jornais não entender a dinâmica dessa

replicação. Às vezes, um espaço pequeno no jornal ganha uma proporção gigantesca.

Sobre as fontes testemunhais, elas são muito importantes para que a cobertura seja mais humanizada. Eu acho que os jornais estão fazendo um esforço de reportar o drama que as pessoas estão vivendo. É sempre difícil falar do sofrimento: quais são os limites do público e do privado? Eu tenho visto matérias importantes sobre a rotina dos médicos e de enfermeiros, dos garis, dos policiais. Há um esforço de muitos jornalistas diferentes de fazer pequenas biografias de pessoas comuns, que não são celebridades. Nunca vai ser suficiente, mas eu tenho visto boas reportagens sobre pessoas reais vivendo dramas reais. *A Folha de S. Paulo* criou uma seção super interessante que traz depoimentos curtos, mas muito contundentes de pessoas que precisam continuar trabalhando. O sepultador, a gerente de banco, o enfermeiro da UTI. No geral, os jornais estão fazendo boas escolhas de fontes.



*junho, 2020*

# **Pesquisa: um desafio recorrente e uma atitude de resistência<sup>1</sup>**

Nísia Martins do Rosário  
PPGCOM-UFRGS

A professora Dra. Laura Wottrich nos desafiou a pensar sobre pesquisa numa hora dessas<sup>2</sup> e, ainda mais, pensar sobre os atravessamentos políticos e afetivos na investigação. Sem dúvida, um desafio importante em função do cenário vivido devido à pandemia de covid-19, mas também, simultaneamente, dos tantos desmontes da educação e da pesquisa que temos sentido na carne. No Brasil sempre foi um desafio

---

<sup>1</sup> Texto adaptado da participação no evento on-line **Pesquisa numa hora dessas? Atravessamentos políticos e afetivos da prática investigativa em comunicação**, realizado no dia 9 de junho de 2020. Disponível em <https://youtu.be/Znn7xif7eVc>.

<sup>2</sup> O momento para pensar a pesquisa refere-se ao primeiro ano de pandemia no Brasil (2020), quatro meses depois dos primeiros casos no nosso país.

pesquisar, mas esses acontecimentos acrescentaram uma camada de adversidade à frágil situação da educação, o que nos lembra que a pesquisa precisa estar em debate em tempo integral, é um modo de vida.

Muitas são as abordagens que podem envolver essa temática e, portanto, é preciso fazer um recorte. Minha proposta é apresentar, aqui, algumas considerações sobre cinco tópicos em correlação com a pesquisa e com a pandemia, os quais me inquietam com mais potência no momento e trazem à tona algumas questões de fundo das investigações científicas no Brasil, bem como provocam e problematizam a ciência e a postura do pesquisador.

O primeiro tópico diz respeito a busca por alguma compreensão sobre o momento vivido, e a pergunta que surge é: o que afinal estamos vivendo?

Assim como procuramos, por meio da pesquisa exploratória, informações para melhor entender o entorno do objeto de pesquisa, é necessário buscar a compreensão do momento que estamos vivendo – e sabemos que é mais difícil entender o fato enquanto ele está acontecendo.

Quando preparei essa fala para a *live* mencionada, em junho de 2020, o número acumulado de mortes no país estava em torno de 59 mil pessoas e tínhamos dificuldade de aceitar essa realidade pelas inúmeras alterações provocadas em nossas vidas. A grande maioria dos humanos no planeta terra não tinha vivido experiências como o confinamento, o isolamento social,

novas formas de trabalho, novos modos de fazer ciência, alterações no processo de educação formal, necessidade de redobrar cuidados com a higienização do corpo e dos objetos, o medo eminente da doença e a alucinante tempestade de notícias sobre o vírus, pesquisas para a vacina e medicamentos, caos econômico, disputas políticas, mortes... Foi necessário um bom tempo para processar tudo isso – e ainda estamos tentando assimilar essa tragédia. Contudo, o mundo não parou, apenas desacelerou nos primeiros meses da pandemia e fomos jogados de novo no fluxo dos afazeres e da produção. Uma situação incoerente porque o que estamos experimentando é mais compatível com filmes de ficção futurista, só que nos filmes há sempre um herói que consegue, em tempo recorde, um medicamento capaz de salvar a todos e não são tantos os mortos. Na ‘vida real’ esse herói não existe.

No momento em que reviso esse *paper* atingimos mais de 510 mil mortes no Brasil (10 vezes mais em um ano), e não se trata mais de aceitar uma nova realidade e o medo de ser contaminado, mas a impossibilidade de assimilar esse atroz aniquilamento de vidas. Pessoas próximas morrendo por falta de espaço nas UTIs ou, o que é pior, por falta de oxigênio; jovens e pessoas saudáveis contaminadas sem esperanças de recuperação; a fome assolando os menos favorecidos pela falta de emprego, de sustento. Na base de tudo isso, falta de políticas públicas, falta de políticas pela vida, falta de atuação governamental... falta de

humanidade, o que revela as estratégias fascistas<sup>3</sup> e a necropolítica<sup>4</sup> a que o povo brasileiro está submetido. Com essa realidade inconcebível, fomos obrigados a dar outro significado à vida. Fomos lançados nesse jogo surreal de assimilação e resignificação do mundo, de reelaboração de formas de vida, de urgência de sobreviver. Ficamos expostos a um jogo de roleta russa.

No que se refere à pesquisa, o impacto também foi grande, seja pela impossibilidade de acesso ao campo, aos laboratórios, por falta de insumos, entre tantos outros motivos. Mas não são só as adversidades nas materialidades da pesquisa se evidenciaram, as crises na educação, na saúde e na ciência ficaram evidentes e atingiram brutalmente diversas camadas da sociedade, mas principalmente as menos favorecidas. Por outras palavras, o momento não parece favorável para a pesquisa (como não o é para muitas coisas) porque os acontecimentos nos trazem incertezas, inseguranças, desmotivações, medo. Um dos fatos que demonstrou bem a crise da pesquisa – e que pode ser entendido como ‘deixar

---

3 Para melhor entender essa afirmação leia-se ECO, Umberto. **14 lições para identificar o neofascismo e o fascismo eterno**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/umberto-eco-14-licoes-para-identificar-o-neofascismo-e-o-fascismo-eterno/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

4 Sobre necropolítica ver MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. biopoder soberania estado de exceção política da morte. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 30 jun. 2021.

passar a boiada’ – foi a tentativa da Capes de cortar até 30% das bolsas de alunos de diversos programas de pós-graduação no país, em março de 2020. Graças à união coletiva de discentes, docentes e entidades, essa realidade não se concretizou naquele momento, mas repercutiu em 2021 com a finalização de bolsas existentes, o que significa igualmente corte de auxílio aos estudantes.

O desmanche da educação e da ciência fica cada vez mais indubitável, sobretudo o das áreas sociais e humanas que já vinham sendo abatidas nos últimos quatro anos. Outros tantos fatos, entretanto, se concretizam durante a pandemia, mas já estavam se desenrolando bem antes dela, como o desmantelamento do CNPq, os constantes cortes de recursos para a área da educação e o descrédito da ciência e da universidade pública por parte do governo federal. Em todos os casos ficam manifestas pequenas práticas – fragmentadas e constantes – que reverberam em ações contra a ciência, a educação e a pesquisa e, desta forma, a cada vez é preciso abrir frentes de resistência. Essas são estratégias políticas que visam desgastar e esgotar os envolvidos na causa – estudantes, professores, pesquisadores. Evidência de biopolíticas<sup>5</sup> fascistas.

---

5 Sobre biopolítica ver FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Não podemos esquecer também que a história da pesquisa e dos pesquisadores nesse país conviveu sempre com cenários difíceis, sobretudo no que tange a recursos financeiros e reconhecimento de seu potencial. De modo geral, pode-se dizer que no Brasil a pesquisa se realiza apenas no âmbito da pós-graduação e, ainda, temos conhecimento de muitos pesquisadores que vão fazer suas carreiras fora do país, justamente pela falta de incentivo. Ou seja, o pesquisador nesse país sempre enfrentou inúmeras dificuldades de ordem científica, econômica, social, entre outras. Esse, contudo, é um momento atípico porque nossas vidas (assim como a de toda a população) também estão em jogo.

Muitos estão desmotivados, sem perspectivas para o futuro; muitos entraram em depressão nesse período, seja pela morte de familiares, seja pela falta de atendimento médico, seja pela falta de dinheiro para as despesas mínimas, seja pela falta de entendimento do funcionamento das necropolíticas circulantes.

De forma muito resumida, esse é o cenário que estamos vivendo no país nesse momento em relação à investigação científica, que não difere muito de outros tantos segmentos. Sobre esse primeiro tópico, o fechamento vem com uma colocação em forma de pergunta. Não resta dúvida que o momento é difícil, que não só a razão está afetada, mas também as emoções estão saindo de controle. Como pesquisadores, que historicamente se forjaram na luta por espaço e reconhecimento e, portanto, na resistência, qual nosso papel?

O segundo tópico refere-se à pesquisa como parte da vida e a importância de manter vivo o espírito de pesquisador, a curiosidade e a potência de luta.

Por que, afinal, queremos ser pesquisadores, por que queremos aprimorar nosso pensar sobre determinados objetos, campos, problematizações e compartilhar esse conhecimento com outros? Pensando bem, pesquisa exige ir além do curso de graduação, impõe dedicação para além da ‘hora do expediente’ – boa parte dos pesquisadores precisa acumular atividades que extrapolam as suas 40 horas semanais e, claro, não recebem horas extras. A maioria dos estudantes de mestrado e doutorado que não tem bolsa precisa trabalhar ao mesmo tempo que faz o curso – e quem tem essa experiência, sabe o quanto é difícil fazer mestrado ou doutorado, pois não significa apenas frequentar as aulas. Por outro lado, os estudantes bolsistas precisam se ‘virar nos 30’ para sobreviver com os limitados recursos do auxílio financeiro que recebem. Por que resistimos?

Entre as habilidades inatas de um/a investigador/a podemos citar em primeiro lugar a curiosidade e com ela a criatividade. Além disso, deve-se considerar o modo estratégico de ação, o engajamento nas causas sociais, o gosto pelo aprofundamento em determinadas temáticas, o amor pela reflexão, por pensar e buscar entender os fenômenos. Essas habilidades podem ser natas ou aprendidas no processo de investigação, no mergulho no

campo acadêmico. Contudo, uma habilidade fundamental para o pesquisador é a persistência.

Nessa perspectiva, pesquisa é construção de conhecimento a partir de estudo científico que visa encontrar caminhos, direções, perspectivas para o desenvolvimento de determinada área. Exige problematizações, leituras, pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, coleta de dados, testagens, comparação, relatórios, artigos, docência, orientação e mais problematizações. É um percurso intenso, um tanto solitário e, de todo o conhecimento adquirido, alguns serão descartados, outros integrados ao processo de investigação e de reflexão e outros ainda ficam lampejando no horizonte para mais problematização. Com certeza não é um caminho fácil, envolve também busca de recursos, falta de pessoal, serviço burocrático e, o que é pior, ser desacreditado por pessoas ignorantes que enquadram universidades públicas na 'balbúrdia'.

Em síntese, pesquisa nunca é fácil, nunca é reta, nunca é tranquila. O seu trajeto é trilhado com idas e vindas, necessidade de redirecionamentos, questionamentos constantes, espelhando momentos difíceis para chegar a resultados consistentes que permitam, de alguma forma, trazer contribuições para o conjunto de conhecimentos em formação. É a reflexão profunda, o pensamento lógico e os dados científicos conectados à criação, à inovação, à originalidade, à relevância, e à avaliação dos avanços possíveis. Mas também é o encontro com aquele objeto de

curiosidade que nos seduz e nos motiva a avançar. O/A investigador/a vive, sem dúvida, momentos de angústia nesse processo de geração de pesquisa, ou melhor, de gestação de pesquisa, e nele vai sofrendo ‘as dores do parto’. Vai andando por caminhos caóticos, de desorientações e reorientação, de desterritorialização e reterritorialização; certezas, dúvidas, razão, indecisões, emoções, afetos. Enfim um turbilhão de razões, rigores e subjetivações.

Nesse momento de pandemia estamos atravessados também por desilusão, insegurança, insensatez, desorientação na nossa vida privada, social, cultural e acadêmica. Contudo, ainda existem brechas para seguir investigando, para dar espaço à construção de conhecimento, para dar espaço e fortalecer esse impulso vital que é a pesquisa. O pesquisador tem gosto por fendas inexploradas. Não podemos esquecer que a instabilidade nos faz parar para repensar, levantar novas hipóteses e desfazer-se dela, problematizar contextos, teorias, metodologias, enfim, ir por caminhos rizomáticos, deixar-se perder para se encontrar. Esse é o trajeto da pesquisa, mas é um trajeto que poucos gostam porque tira do lugar comum, expulsa da zona de conforto. A curiosidade que habita o pesquisador nunca o deixa entrar na zona de conforto. Ao mesmo tempo, somos confrontados por subjetivações capitalísticas que estimulam um automatismo neoliberal de produtivismo, e é possível entender que na automatização a criação fica moribunda, o pensamento debilitado.

Pesquisar não pode corresponder a alienação e a indiferença em relação aos acontecimentos do mundo e, nessa via, à realidade que estamos vivenciando, em muitos momentos desprovida de lógicas racionais – e que têm nos deixado aturdidxs e sem saber que posição tomar. Apesar do coronavírus, e das tantas questões de saúde que nos atingem violentamente, o mundo não parou! O pesquisador é um ser do mundo e com o mundo, é um cidadão atuante e é um ser político.

Assim, o segundo pressuposto defendido aqui é que o pesquisador não está dissociado do cidadão político, que a pesquisa só tem sentido se conectada com o mundo.

O terceiro tópico que busco abordar é a pesquisa em meio a pandemia. A primeira questão que, provavelmente, veio às mentes dos/as investigadores/as quando a covid-19 chegou ao Brasil e impôs uma série de restrições foi: como vou continuar pesquisando? Não era possível acessar os laboratórios, acessar bibliotecas, reunir-se com os demais pesquisadores, ir a campo, entrevistar pessoas, reconstruir histórias de vida. Muitas impossibilidades.

Novamente foi necessário abrir brechas e se reinventar. Na prática foi (é) inevitável repensar os métodos usuais, reorganizar procedimentos metodológicos, ressignificar princípios investigativos. Outra realidade se impôs. Muitxs ficaram estagnadxs a princípio, afinal era (é) um momento incompreensível a partir de nossas experiências, período de isolamento social em grandes proporções com fechamento de comércio e indústria,

falta de espaço nos hospitais, crescimento absurdo de óbitos, crise financeira. As mutações são de todas as ordens e as conjecturas são inúmeras: espera-se profundas mudanças de paradigmas, novas formas de viver, outros modos de comunicar-se, outras experiências afetivas, evidencia-se a impossibilidade do neoliberalismo ser adequado para a solução dessa crise. Muitos pesquisadores e pensadores já começaram a trazer reflexões variadas sobre a pandemia a partir de diversos vieses epistemológicos e em correlação com diferentes áreas<sup>6</sup>, mas nada parece bastar, há muito a ser explorado.

Mostra-se relevante o fato de que esse momento empurrou ferozmente muitos pesquisadores em direção à descoberta de vacinas; outros tantos para testar remédios, estudar mutações do vírus, compreender os avanços das contaminações, desenvolver tecnologias voltadas à saúde, examinar novos modos de interação, circulação de mercadorias, alterações nos processos de comunicação, entre tantos outros.

Não podemos esquecer, por outro lado, que justamente em função da pandemia, a ciência ganhou potência. As notícias não param de informar sobre a importância das pesquisas para a busca da vacina, para a orientação de medidas sanitárias, para a

---

6 Textos relevantes sobre a pandemia encontram-se no site da Editora N-1, aba 'pandemia crítica'. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos>. Acesso em: 30 jun. 2021.

salvação da vida de pacientes contaminados, para a avaliação de grupos humanos em termos de saúde física e mental, para analisar o funcionamento de novos modos de comunicação devido ao isolamento social, entre tantas outras pautas. Boa parte da sociedade começou a entender melhor o papel da pesquisa e do cientista, bem como passou a acreditar nessa área que não era foco tão constante do jornalismo. Todas as áreas de investigação se beneficiam disso, é uma oportunidade para fortalecer a crença na ciência, na pesquisa e no pesquisador. Claro que, numa via paralela, ela enfrenta resistência por parte daqueles que, por populismo ou por um senso desqualificado, não querem reconhecer seu potencial – e, infelizmente, essas ações são fomentadas justamente na escala governamental da presidência da República no nosso país.

Esse é um período rico para a pesquisa, momento que coloca em movimento a curiosidade e a criatividade do investigador, bem como sua relação e a relação do seu trabalho com a vida e com a cidadania. Por meio da reinvenção fomos impelidos ao fluxo vigoroso da ciência que se configurou a partir dos acontecimentos pandêmicos. As brechas se abriram, seja para dar continuidade às nossas investigações em curso, para abrir portas para outros objetos de pesquisa, seja para renovar vieses epistemológicos. Desde o ponto de vista da comunicação, da saúde, da matemática, da cultura, da economia ou de qualquer outra área, esse momento permite vislumbrar inúmeros cenários investigativos por diversas vias, teorias e metodologias.

Retomando o que foi colocado nos três tópicos desenvolvidos até aqui, uma pesquisa, por princípio, propõe a dissolução de caminhos sobrecodificados, rearranja constantemente as certezas da ciência, busca caminhos diversos e constrói conhecimento não a partir do mesmo, nem a partir de si mesmo, mas reconhece a importância de novos olhares e de outros saberes. Uma investigação potente desacomoda e busca desconstruir os discursos de verdade estabelecidos, tensionando linhas de força, capturando o novo, buscando a alteridade e o que é negado ou está escondido.

O terceiro tópico, então, reforça que pesquisa não é apenas um modo normatizado de conduzir uma investigação formalizada. Pesquisa é uma atitude.

Essa perspectiva leva ao quarto tópico, este dedicado a uma atualização do que se entende como ciência e como pesquisa, fruto da desestabilização trazida pela pandemia, mas também por todo o movimento que vem assumindo contornos desde o meio do século passado.

É enganoso pensar que ciência não traz posicionamentos políticos ou não está atravessada por afetos. É enganoso achar que 'A' verdade está nas mãos da ciência e que o único conhecimento válido é o conhecimento científico. Reconhecer esses fatos é uma virtude necessária para a ciência. As configurações que a ciência foi assumindo desde o Iluminismo geraram um idealismo acerca dos processos de pesquisa e de aquisição de conhecimento que excluem

e/ou omitem a desordem, a confusão, o engano, o conflito, o erro. Bourdieu (2011, p. 122) ajuda a desmitificar o campo da ciência: “o universo puro da mais pura ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariáveis revestem formas específicas”. Essa afirmação expõe aquilo que alguns tentam esconder sob a razão, o equilíbrio e a imparcialidade do campo científico, as relações de força e de poder que também estão em reflexões de Boaventura de Souza Santos (1989), Feyerabend (2007), entre outros.

O fato de a ciência ter-se pautado por regramentos e universalidades levou a que fossem ignoradas alteridades, anomalias, minorias, diferenças, multiplicidades em prol de certezas, maiorias e de verdades determinadas. Acostumados a paisagens modeladas, a se deparar com caminhos prontos e protegidos pelo saber hegemônico, alguns/mas investigadores/as perderam sua essência na burocracia do discurso. Nas palavras de Mills (1995) o artesão é substituído pelo burocrata. Quem ainda tenta ser artesão não pode deixar de considerar a verdade das incertezas, as especificidades de cada objeto e as particularidades de cada problema, além da diversidade de olhares e percepções. O fazer científico, em sua essência, progride na exata proporção do trabalho e das criações de seus artífices; mas progride também, infelizmente, industrialmente na esteira da repetição e do preenchimento de formulários. Feyerabend (2007), inclusive,

defende a rejeição de todas as padronizações universalizantes, bem como a rigidez das tradições.

A quinta reflexão que quero trazer é sobre o modo de entender e de fazer ciência, por outras palavras, a pesquisa precisa ser repensada e atualizada. Precisamos questionar as burocracias da pesquisa ainda que elas nos persigam; precisamos interpelar o produtivismo ainda que sejamos avaliados por ele; necessitamos tensionar velhos paradigmas epistemológicos e metodológicos. É fundamental fazer a crítica da própria ciência. O fato de propor a crítica da ciência, contudo, não significa seu descrédito, pelo contrário, tem o sentido de encontrar potências de saberes e de força do conhecimento científico.

Por fim, no último tópico me proponho a delinear possibilidades para a pergunta feita pela professora Laura como título dessa *live*: Por que pesquisar numa hora dessas?

Como pesquisadores e cidadãos, pesquisadores-cidadãos, não podemos nos furtar de resistir à realidade do nosso país, não podemos nos furtar ao nosso compromisso com o conhecimento, com o saber, com a educação, e com o coletivo. Nesse momento não podemos naturalizar ou ignorar o número de mortos seja pela covid-19, ou por outras doenças que não são atendidas pelo sistema de saúde e são ignoradas pelas políticas públicas. Não é a hora de desconsiderar as manobras políticas que estão se delineando num viés fascista, não podemos desprezar

os desassistidos, os corpos que não importam, as mortes que se exacerbam pela necropolítica que se evidencia em nosso país.

Se o pesquisador não está dissociado do cidadão político e a pesquisa só tem sentido se conectada com o mundo, nosso melhor papel é pesquisar para defender princípios cidadãos.

Se perguntei anteriormente: “Por que, afinal, queremos ser pesquisadores?” foi para repensarmos nosso papel, nosso lugar de fala e nossos privilégios. Mas, ao mesmo tempo, reconhecer nossa formação, nossos duros dias investidos no mestrado e/ou no doutorado, nossa dedicação às investigações, às leituras, às orientações, à docência, entre outros.

Se considero que pesquisa não é apenas um modo convencional de conduzir uma investigação formalizada, mas que pesquisa é uma atitude, é porque entendo que há um pesquisador vivo em todos nós interessados pela ciência, e esse ser é forjado na atitude, no modo de ser, numa existência cidadã.

Se entendo que devemos repensar e atualizar o nosso entendimento sobre pesquisa e ciência, é porque estão óbvias as transformações pelas quais passamos: são novos paradigmas, novos modos de entender o mundo, novos tipos de conhecimento, novos métodos científicos, novos princípios mais adequados ao momento vivido, novos desafios a partir de vivências cruéis da pandemia. A ciência só tem força se atualizando.

Então, considerando esses pontos colocados e entendendo que a pesquisa é um caminho de força e potência cidadã, a melhor

resposta que tenho para a pergunta que titula o encontro – Pesquisa numa hora dessas? Por que pesquisar? – tem como resposta apenas duas palavras: **para resistir**.



## Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: F. Alves, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

julho, 2020

## ***Fake news e covid-19:* debatendo sobre as ferramentas de checagem<sup>1</sup>**

Raquel Recuero  
PPGCOM-UFRGS

Em primeiro lugar, é um prazer estar aqui conversando com vocês sobre esse assunto que é fundamental para nossa sociedade hoje, especialmente na companhia do Gilberto Scofield Jr e da Sofia Vizcarra. O Gilberto tem um trabalho que a gente admira muito no grupo de pesquisa Laboratório de Mídia, Discurso e Análise de Redes Sociais (MIDIARS). E a Sofia, que eu estou conhecendo agora, mas já ouvi falar bastante sobre.

---

<sup>1</sup> Texto adaptado da participação no evento on-line ***Fake news e covid-19: debatendo sobre as ferramentas de checagem***, organizado pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no dia 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/yRc8eP8zuNY>.

Então, estou esperando aprender muito nessa *live*. Jennifer Azambuja de Moraes, muito obrigada por organizar o evento e por nos ter aqui.

Eu costumo dizer para os meus alunos que o que a gente vive nesse momento vai além do que já se viveu. As pessoas me dizem “ah, sempre teve *fake news*” e, realmente, sempre teve *fake news*. Só que, nesse momento, por causa das *affordances*<sup>2</sup> do meio digital, por causa das capacidades do meio digital, a gente está vivendo um momento onde as *fake news* têm superpoderes. Ou seja, elas conseguem ir além, elas conseguem ir mais rápido e elas conseguem atingir muita gente. E são relativamente simples de serem produzidas. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que eu não gosto de usar o termo “*fake news*” porque, como jornalistas, sabemos que é uma notícia não apurada e, por isso, não é notícia. É um boato ou alguma outra coisa. O requisito básico de uma notícia é que ela vai ser conferida e apurada. Por que eu bato nessa tecla? Porque a gente precisa entender que o jornalismo é fundamental para a esfera pública e é fundamental para democracia. Este jornalismo em que a notícia foi apurada, foi verificada e está circulando.

---

2 Conceito relativo à apropriação da técnica, às percepções das propriedades e possibilidades dos objetos técnicos pelas pessoas.

Além disso, o conceito de *fake news* é usado para deslegitimar a imprensa e isso é muito perigoso em uma democracia. A gente não pode sair por aí falando que qualquer coisa é *fake news* porque a imprensa é necessária. Nosso sistema democrático só funciona porque temos a imprensa e o jornalismo. Os governantes usam o termo para se referir a matérias jornalísticas que não gostam. Então, eu não gosto que a gente reproduza este discurso porque é um discurso perigoso.

Já a desinformação é outro fenômeno no qual a gente identifica campanhas de pessoas, robôs e escritórios produzindo desinformação e tentando influenciar a esfera pública. Uma das maneiras que fazem isso é tentando se passar por jornais, mas não é a única. A gente observa dentro das campanhas desinformativas muitas outras coisas. Por exemplo, é importantíssima a legitimação da desinformação por autoridades. As nossas autoridades normalmente legitimam coisas que não tem nenhum fundamento e isso é essencial para que a desinformação circule intensamente na sociedade.

Outra estratégia é usar campanhas que dão a impressão que um monte de gente está dizendo que aquilo vai acontecer, que aquela desinformação é verdadeira. E isso fala com nossos instintos mais básicos: quando muita gente começa a repetir uma mentira, ela começa a soar como uma verdade perfeitamente razoável. Então, há muitas estratégias, não é um fenômeno único.

É um fenômeno que vem se desenvolvendo desde 2014. Na verdade, é algo que neste momento se exacerba por conta da polarização política na qual o país está imerso especialmente desde 2018. Essa polarização isola as pessoas em núcleos onde circulam desinformações que concordam com o que elas pensam. A polarização não é para convencer vocês do contrário, é para dar força para aquilo que vocês pensam e que não circularia normalmente. Por exemplo: alguém que, em sua casa, sempre pensou que a terra era plana se isola e se radicaliza em um grupo que pensa da mesma maneira. Então, diversas pessoas começam a dizer “isso mesmo, a terra é plana”. Essa pessoa começa a se isolar e se radicalizar em seu grupo.

O fenômeno que a gente vive é bem complexo e tem efeitos extremamente negativos, como a gente está vendo agora nesta “infodemia” durante a pandemia de covid-19, como dizem alguns pesquisadores. Neste contexto, a gente observa uma informação dos órgãos de saúde pública e outra circulando como desinformação. O que fazer quando um diz A e outro diz B? Estamos em um momento extremamente complicado e, evidentemente, isso é um risco muito grande para a democracia.

Como combater a desinformação? No Brasil, é também uma questão de *media literacy*. É preciso mostrar isso para as pessoas e ensinar as pessoas. A gente tem que entender que viemos de um país com 21 anos de ditadura militar, onde aquilo que aparecia na televisão era o fato. Eu cresci numa casa que

tinha um canal de televisão e quando começava o jornal, o jornalista noticiava só aquelas notícias que não tinham sido censuradas. Assim, mostrava uma realidade como fato. Temos gerações que cresceram neste espaço em que não se questiona aquilo que vem do jornalismo. A gente não tem educação para mídia no Brasil, nunca tivemos.

A gente precisa pensar nos jovens, que são influenciadores familiares, que são pessoas que influenciam a tia, o tio, a avó e o avô. Essas pessoas são importantíssimas, porque elas sabem o que está acontecendo nesse universo e elas são capazes de dizer que algo é apenas um boato. É aquele mesmo jovem que vai ajudar a mãe quando ela pedir para fazer *login* no *Whatsapp*. Esse grupo é fundamental, não só por ser um grupo importante em termos de influência, mas porque é um grupo que conhece esse universo. Há estratégias de desinformação e radicalização para jovens, mas é um grupo bem mais difícil de entrar nisso, porque são naturalmente mais desconfiados da própria rede por conta da experiência.

A gente precisa lutar, fogo contra fogo. Se o Estado quiser fazer circular informação sobre covid nos grupos, vai ter que chamar influenciadores, vai ter que usar o *Whatsapp*. É preciso que as pessoas entendam que o *Facebook* é um monopólio gigantesco e o *Whatsapp* é uma ferramenta do *Facebook*. O *Instagram* também. Todas essas ferramentas fazem parte da mesma empresa. É evidente que é uma coisa gigantesca.

E nunca terão funcionários suficientes para checar todas as informações que vêm de todos os países, em todas as línguas e dialetos, para dizer se é ou não é uma informação falsa ou discurso de ódio. As empresas sempre vão usar automação nisso. Não há interesse em promover ou usar capital para isso, porque é um trabalho hercúleo e gigantesco. Se forem obrigadas a tirar esse conteúdo do ar, as empresas vão passar mais tempo verificando conteúdo do que, efetivamente, fazendo propaganda ou outras ações que favorecem o modelo de negócios. Mas é evidente que as empresas precisam se responsabilizar, porque elas ganham dinheiro em cima disso. Não é uma coisa ingênua.

Essas empresas ganham dinheiro em cima do número de usuários ativos por mês. Nesse cálculo contam *bots*<sup>3</sup>, que são extremamente ativos. O que faz o movimento da plataforma aumentar muito e o anunciante desta plataforma ficar feliz por estar ganhando dinheiro com isso. Só que essas contas são falsas. Toda vez que essas plataformas fazem uma limpeza de contas falsas, cai o valor das ações porque diminui o número de usuários ativos. Existem estimativas de que mais de um terço dos usuários não são orgânicos no mundo. Ou seja, é um universo muito complicado. Nenhuma empresa, como *Facebook* e *Twitter*, tem escritórios no

---

3 Programas designados para agir como usuários da mídia social, reproduzindo discursos de modo automatizando, criando uma falsa impressão de maioria engajada em uma conversação.

Brasil, apenas escritórios comerciais, para não estar submetida aos regramentos dos países. Esse regramento pode ser tanto para tirar alguma coisa do ar quanto para combater a desinformação.

A gente precisa de uma ação, de estratégias de informação para combater a desinformação. Um trabalho que o nosso grupo<sup>4</sup> publicou recentemente mostra que o *fact-checking*, que desmente uma desinformação, não consegue entrar no núcleo onde está circulando aquela desinformação porque as pessoas estão tão arraigadas naquela crença que elas filtram. Ela pode até receber o *fact-checking*, mas não repassa. A checagem não consegue entrar no grupo que está discutindo aquela informação falsa. A gente precisa de estratégias que vão além de construir conteúdo informativo, ou seja, estratégias de difusão deste conteúdo. E isso deve ser feito agora, especialmente com a pandemia de covid-19.

Com a chegada da vacina, a gente precisa convencer as pessoas de tomar a vacina. Muitas não vão querer por conta da desinformação, que critica “a vacina da China” e que mente sobre seu efeito. É preciso ter estratégias para coisas simplórias, por exemplo, dizer que é bom ter vacina porque poderemos sair de casa em segurança. Ou dizer para usar máscara, que é uma coisa muito simples, mas a gente não consegue porque a gente não está

---

4 Laboratório de Pesquisa em Mídia, Discurso e Análise de Redes Sociais (MIDIARS). Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/midiars/>.

agindo contra a desinformação. E isso está gerando um fenômeno gigante e incontrolável.

É uma questão de direito internacional muito mais profunda. Mesmo que aprovem a lei das *fake news*<sup>5</sup> no Brasil, que na minha opinião não faz sentido porque sempre fico desconfiada quando o Congresso resolve legislar sozinho sobre uma coisa que eles não entendem, é uma situação extremamente complicada. Mesmo se for aprovada e mesmo que a gente não tivesse os penais que já falam das *fake news*, proibindo uma série de questões relacionadas a isso, há muitos anos no Brasil, o que vai acontecer? Nada. O país só tem soberania em cima do seu território. Se o servidor do conteúdo está fora do Brasil, não dá pra fazer nada. Então, tem que ter uma lei de outro país. Mas mesmo que façam uma lei nos Estados Unidos que fale sobre isso, o servidor pode sair de lá e ir para outro lugar.

Por isso eu acho que a melhor maneira de lidar com esse problema é pela educação. É impossível acabar com a desinformação. As pessoas precisam entender que a desinformação existe e como lidar com ela. Essa é a melhor estratégia, aliada a políticas públicas de combate à desinformação. Isso é interesse da democracia, do Estado, dos nossos processos eleitorais, das nossas instituições que são constantemente atacadas e ameaçadas, como o judiciário.

---

5 Projeto de Lei n° 2630, de 2020.

É impressionante a quantidade de ameaças e informações falsas sobre juízes e ministros, dizendo que o judiciário não funciona, que não serve para nada e que basta um capitão e um soldado.

Para enfrentar isso, primeiro, a gente deve se apoiar em pesquisa científica. É nesse ponto que o nosso grupo tem tentado contribuir. A gente tem trabalhado especificamente em identificar estratégias, características e a artificialidade da desinformação, gerando elementos para pensar em políticas públicas de combate. Se a gente não entender a estratégia da desinformação e os valores nos quais ela se baseia para se espalhar, a gente não vai conseguir combater. Por exemplo: por que a desinformação faz tanto sucesso no *Whatsapp*? Porque ela vem de uma conexão forte, de um laço forte, ou seja, de alguém do nosso convívio. E receber informação de alguém que nós conhecemos dá força para a informação que está circulando ali. O *Whatsapp* é fechado, não temos acesso a grupos fechados, como grupos de família, que é algo tenso porque a família é formada por pessoas mais próximas entre si. Os amigos e as pessoas que nós admiramos também influenciam. A desinformação usa dessa reputação dos indivíduos, do capital social que está constituído ali, para construir uma via para circular.

Quando a gente observa desinformações nos canais de mídia social, a gente percebe que elas têm estruturas parecidas entre si. A desinformação começa por vários *bots*, se citando, em uma rede pequena, que vão marcando e chamando influenciadores

que eles sabem que vão concordar com aquela mensagem. Ou porque a pessoa já sabe, ou porque ela já concorda com aquilo. Aquela mensagem inicial diz exatamente o que ela pensa, por isso ela compartilha num grupo no *Facebook*, por exemplo. Isso mostra que tem muita negociação de valor, de visibilidade, de capital social. E quando o contexto está polarizado, as pessoas estão mais sensíveis a esse tipo de informação que mostra “verdades”, fazendo com que elas fiquem menos críticas.

Ou seja, é uma situação difícil de enfrentar, mas a gente precisa entender para criar essas políticas públicas. Nosso grupo faz pesquisa numa área multidisciplinar - computação social, ciências humanas e ciências sociais - e mesmo nessas áreas, a gente não consegue financiamento para fazer pesquisa. Então, estamos em um momento em que não estamos conseguindo produzir insumos com a velocidade que poderíamos, para trazer essas questões para o debate. As pessoas estão pensando em estratégias para lidar com uma doença, mas não estão pensando em estratégias para lidar com o modo como as pessoas lidam com a doença. Não adianta falar para as pessoas “usem máscara”, se eu não entender porque as pessoas não estão usando. Elas estão recebendo um outro universo de informações que vem de um outro lado, que eu não consigo combater. Por isso a ciência é tão importante. Em termos do que fazer para combater, eu vou um pouco por aí: pela ciência e pela educação.

Nesse processo, o diálogo também é importante, mas a gente precisa desradicalizar as pessoas, senão não tem diálogo. Se a gente colocar duas pessoas radicais numa sala para conversar, vai sair um pela janela e outro pela porta, porque não conseguem dialogar, pelo nível de radicalização e alienação que as pessoas estão. É preciso que as pessoas entendam: o que se faz hoje com o brasileiro é um processo de extremização semelhante àquele que se faz com terrorista. Você aliena o sujeito, alimentando com determinadas informações que conversam com a emoção, e esse sujeito vai ficando cada vez mais isolado e fora da realidade. E isso é um problema muito sério. Acontece principalmente com as pessoas mais velhas e menos com jovens, mas é igualmente sério, porque na pandemia a população de mais risco é justamente a mais idosa.

A imprensa precisa ter responsabilidade. Não dá para ficar fazendo matérias falando, por exemplo, que ivermectina é um remédio que as pessoas estão usando, fazendo as pessoas irem à farmácia comprar tal remédio. As pessoas estão em pânico. E quando elas estão em pânico, elas estão muito mais suscetíveis à desinformação. Então é preciso que o jornalismo haja com extrema responsabilidade. E isso também é um aprendizado para o próprio jornalismo, porque ele também vem de anos de ditadura e de um processo muito complicado de redemocratização no Brasil. Hoje, com tantas fontes questionando o jornalismo, a responsabilidade é ainda maior.

É uma situação complicada, mas não é uma situação sem solução em que não há espaço para o diálogo. Acho que tem que aproximar as pessoas do centro da rede, do espaço do diálogo. Quando a gente se despe do nosso radicalismo e vai escutar o outro. Para escutar o outro é preciso empatia e é preciso estar em um espaço onde essa discussão é possível, onde eu não quero matar o outro; onde eu quero ouvir o que ele tem a dizer. Para construir essas condições, somente poderemos fazer pela educação. A educação move montanhas. É possível fazer isso no curto prazo, mas a gente precisa trabalhar para isso.



*agosto, 2020*

# **Comunicação de massa no Brasil da covid-19: entre o negacionismo e a responsabilidade social<sup>1</sup>**

Luiz Artur Ferraretto  
PPGCOM-UFRGS

Primeiro, eu quero agradecer o convite do Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS). É um prazer estar aqui conversando com as pessoas através deste espaço virtual. Agradeço a oportunidade de estar com o professor Cleber Matos de Moraes (UFPB) e a professora Maria Helena Weber (UFRGS). Para mim, é uma honra, principalmente, estar

---

<sup>1</sup> Texto adaptado da apresentação no evento on-line **Conversas ADUFRGS**, organizado pelo Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS-Sindical), no dia 5 de agosto de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/iE8ktjI9phE>.

com a Milena<sup>2</sup>, que foi minha professora em várias oportunidades e é uma referência para todos nós. Achei muito interessante ambas as falas. Acho que eu vou ao encontro de alguns pontos que foram colocados por eles.

De qual ponto de vista que eu falo? Qual é o meu lugar nesta situação? Qual é o meu ponto de observação? Eu falo a partir das pesquisas<sup>3</sup> que a gente faz no Núcleo de Estudos de Rádio (NER/UFRGS), que é o meu grupo de pesquisa dentro da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico/UFRGS). Eu sou pesquisador de rádio comercial e trabalho basicamente com emissoras comerciais. Com a pandemia, a gente se obrigou a ter algumas iniciativas mais amplas na área de comunicação. Até se trabalhou isso na forma de um *e-book* sobre covid-19 e comunicação<sup>4</sup> e outro sobre a questão do uso educativo do rádio<sup>5</sup>, como uma saída emergencial neste momento. O que eu vou falar aqui é resultado desses trabalhos.

---

2 Em referência à professora e pesquisadora Maria Helena Weber.

3 Os dados apresentados são do artigo Responsabilidade e negacionismo: apontamentos sobre o rádio brasileiro em tempos de covid-19 (FERRARETTO, maio-ago. 2020).

4 FERRARETTO, Luiz Artur; MORGADO, Fernando. Covid-19 e comunicação, um guia prático para enfrentar a crise. Rio de Janeiro: Válega, 2020.

5 FERRARETTO, Luiz Artur; MORGADO, Fernando. Dez passos para o ensino emergencial no rádio em tempos de covid-19. Rio de Janeiro: Válega, 2020.

Eu quero começar citando uma frase de William Shakespeare, que eu acho interessante: “A teia da nossa vida é de fios mesclados, o bem e o mal juntos”<sup>6</sup>. A gente fala “a mídia”, mas a mídia é muita coisa. Não é algo assim tão totalizante quanto os estudiosos da indústria cultural, da Escola de Frankfurt, achavam lá no passado. Tem muitas nuances. A gente fala de pandemia e tem que pensar que toda crise precisa de um enfrentamento para ela própria. O enfrentamento da crise em si é uma comunicação a respeito desse enfrentamento. Infelizmente, no Brasil, não se tem isso.

O governo federal não fez o enfrentamento esperado da crise. Foram dois passos para frente, três para trás, um passo de novo e, assim, foi ficando cada vez mais confuso. E a comunicação da crise, principalmente no primeiro momento, não ficou centralizada nos órgãos públicos. Ela foi transferida, como foi também o enfrentamento em si da crise, para governadores e prefeitos, muitas vezes, com seus erros e com seus acertos. A comunicação a respeito do enfrentamento foi transferida para a mídia, para os grandes veículos de comunicação, para a mídia de menor porte e para as redes sociais.

E aí a gente tem que pensar que a comunicação se realiza na cabeça de quem recebe essa comunicação. A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi muito sábia já em fevereiro em falar

---

6 SHAKESPEARE, William. **Bem está o que bem acaba**. Porto: Lello, 1948.

em infodemia como outro problema em paralelo ao da covid-19. Lembro que, em 15 de fevereiro de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, usou a expressão para alertar sobre o perigo da desinformação e das *fake news* em relação à covid-19: “Nós não estamos lutando apenas contra uma epidemia. Nós estamos lutando contra uma infodemia” (GHEBREYESUS, 15 fev. 2020). Eu posso enumerar alguns exemplos do que está acontecendo e acho que existem muitos aspectos ainda para serem estudados, do ponto de vista histórico, inclusive, a respeito do que está se vivendo. É muito difícil nesse momento tão próximo e com a pandemia em andamento chegar a conclusões que envolvem irresponsabilidade, ética – são termos que eu vou evitar na minha fala em que vou trazer alguns exemplos do que a gente está registrando em trabalhos, com foco maior no rádio a respeito do que está acontecendo. Mas é cedo para fazer julgamentos maiores, do meu ponto de vista, do ponto de vista de alguém que trabalha com história da comunicação.

Eu fico imaginando a cabeça do cidadão comum, que não tem acesso a tanta informação quanto tem um jornalista ou um professor universitário. O presidente posa com uma caixinha de remédio<sup>7</sup>. O governador do estado, Eduardo Leite (PSDB),

---

7 Referência a seguidas manifestações públicas do presidente da República, mostrando uma caixa de cloroquina, medicamento que, mesmo descartado pela ciência, foi apresentado por Jair Bolsonaro (sem partido) e seus seguidores como “tratamento precoce” contra a covid-19.

em uma semana, aqui no Rio Grande do Sul, chega e pede a colaboração da população quase em pânico. Tem um modelo teórico<sup>8</sup> construído para avaliação do que está acontecendo. O chamado modelo de distanciamento controlado utilizado pelo governo do Rio Grande do Sul é apresentado de uma forma mais restritiva com muitas áreas em vermelho na sexta-feira, em amarelo durante o final de semana. Não entro no mérito. Acho que todo mundo tem que sobreviver, mas saúde é mais importante que economia, porque a gente precisa sobreviver para poder fazer a economia andar. Esse modelo virou meme, virou piada: tudo avermelha até o final de semana, tudo alaranja na segunda-feira

O prefeito de Porto Alegre Nelson Marchezan Jr. vai para a mídia, vai aos hospitais, com um discurso correto a respeito da gravidade do problema. Proíbe os jogos de futebol. Dias depois libera tudo e fala em duas semanas de funcionamento do comércio. Durante duas semanas, o novo coronavírus “vai se retirar, aparentemente, não vai infectar ninguém”?... E vai ter umas semanas que tudo vai estar fechado. Qual é a base científica disso? Como é que se constrói isso na cabeça das pessoas?

Um jogo de futebol... Tem “toda” a segurança do mundo. Na mesma emissora de rádio em que você ouve um discurso com

---

8 Referência ao chamado modelo de distanciamento controlado utilizado pelo governo do Rio Grande do Sul.

base científica, entrevistas, ponderações importantes, alertas à população, daqui a pouco você também se depara com um sujeito que é do esporte e defende a volta do futebol como se fosse um jovem que quer jogar a sua “peladinha”. Vamos acreditar que o jogo é seguro. Mas o que comunica a realização desse jogo? Que tudo está liberado. O que comunicam as fotos nas redes sociais de profissionais que estão fazendo a cobertura dos jogos a menos de um metro um do outro, dentro de um estúdio sem máscaras?

Então, a gente tem uma confusão muito grande em termos de informação. Um problema seríssimo de comunicação. Por trás de tudo isso, há a desvalorização do conhecimento – do conhecimento científico e do conhecimento jornalístico –, feita através de redes sociais e impulsionada, muitas vezes, até por jornalistas... O negacionismo também está presente dentro do jornalismo, dentro da comunicação em geral.

Em um primeiro momento de impacto da covid, a gente vai ver uma valorização do papel da imprensa no contexto da pandemia e do negacionismo, como foi mencionado na fala da Milena, mas eu tenho dúvidas: será que a imprensa neste momento tem o mesmo peso que ela tinha em abril com toda a pressão comercial que está acontecendo para que se libere isso ou aquilo? Cito um dado do Datafolha, publicado pela *Folha de São Paulo*, em 23 de março de 2020: de 18 a 20 de março, os programas jornalísticos de TV eram confiáveis para 61% da população e os jornais para 56% da população, e os programas jornalísticos

gerais para 50% da população. A maior desconfiança estava no *WhatsApp* (58%) e no *Facebook* (50%). Será que esses dados ainda são reais?

No processo, com tanta informação sobre a covid, a exemplo do que já aconteceu com a insegurança, a pobreza, a miséria, o assassinato de negros no Brasil, o assassinato de pobres, será que as pessoas não começam a ver tudo isso como uma coisa normal como viam no passado? Como meus avós, meus bisavós, quando tinham aquelas famílias com 10, 12 crianças e já sabiam que, pelas condições de saúde, algumas daquelas crianças não iam sobreviver, nem chegar na adolescência ou na idade adulta... É uma questão importante para que se tenha clareza a respeito.

A gente tem uma posição inicial de responsabilidade, tem aquelas campanhas de solidariedade, vamos bater palmas para os profissionais de saúde... Emissoras de rádio – no meu caso, é o que eu estudo – produziram spots juntas, misturando profissionais do Rio de Janeiro e São Paulo e passando a mensagem de que “estamos todos no combate contra a covid-19”. Emissoras de rádio liberaram o seu sinal para outras emissoras em dificuldades usarem aquela programação. Houve programas transmitidos, corretamente, de dentro de hospitais, mostrando a realidade, que foram elogiados pelo Conselho Regional de Medicina. É o caso de um programa realizado pela Rádio Gaúcha, ao lado da emergência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Tem um impacto

positivo na cabeça dos ouvintes. Mostra a luta de uma categoria, a do pessoal da saúde. Mas é desconstruído por alguns comunicadores de menor impacto na própria mídia... É desconstruído nas redes sociais... Por quem nesse último caso? Por pessoas que nem se sabe quem são, muitas vezes.

Em paralelo a isso, nós temos o negacionismo explícito. Vou citar alguns exemplos, sempre descrevendo o que foi publicado pelos jornais e sem me posicionar. Primeiro, a gente tem que entender o que é negacionismo. Um pequeno trecho de um livro cujo título é *Denialism*<sup>9</sup> – negacionismo –, que não foi publicado em português, é do Michael Specter:

Todos nós estivemos em negação em algum momento de nossas vidas. Diante de verdades muito dolorosas para aceitar, a rejeição muitas vezes parece a única maneira de se lidar com algo. Nessas circunstâncias, fatos – por mais detalhados ou irrefutáveis – raramente fazem a diferença. Negacionismo é negação ampla, quando um segmento inteiro da sociedade, muitas vezes, lutando contra o trauma da mudança, afasta-se da realidade em favor de uma mentira mais confortável (SPECTER, 2009, p. 7).

É evidente. Todos são humanos. Todos estão sob pressão. O sujeito tem um ritmo de vida. No caso dos jornalistas esportivos,

---

9 SPECTER, Michael. **Denialism**: how irrational thinking hinders scientific progress, harms the planet, and threatens our lives. Nova Iorque: The Penguin Press, 2009.

em janeiro, há um determinado tipo de cobertura, um determinado tipo de envolvimento com o futebol. Em fevereiro, vai ser outro. Em março, vai ser outro. Vai ter um momento em que ele vai acompanhar a final ou a ida do time do seu estado para um campeonato mais importante, como a Libertadores da América. E aí se quebra isso e o sujeito entra em “tilt”.

Bom, a gente teria que pensar nos efeitos psicológicos, no que isso representa para quem escuta aquele sujeito, aquele sujeito que está lá naquela posição... Eu disse: eu respeito as pessoas que têm essas posições, mas me parece ilógico defender a alegria do futebol no momento em que há a tristeza das milhares de mortes no país.

Mas é necessário falar de negacionismos mais explícitos. Alguns exemplos. Vou citar o do empresário Edir Macedo, do Grupo Record, que foi apoiador do presidente Jair Bolsonaro, conforme publicou o jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 30 de setembro de 2018. De acordo com a colunista Mônica Bergamo, da *Folha de São Paulo*, em texto de 16 de março de 2020, na página A6, o empresário divulgou um vídeo nas redes sociais em que considera a covid-19 uma “tática de satanás” e critica “o pavor que a mídia tem usado”. Pouco depois, no dia 12 de junho de 2020, o portal R7, que é do Grupo Record, informava que ele havia contraído covid dias antes e estava se recuperando graças ao uso de cloroquina. É aquele medicamento que o presidente defende e – Macedo apoia o presidente – que teve suas pesquisas

suspensas, como registra o jornal *O Globo*, em 4 de julho de 2020. Como registra a revista *Veja*, em 17 de junho de 2020, naquele momento o Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército já gastara R\$ 472 mil na produção de 2,25 milhões de comprimidos de cloroquina, 150 mg. Essas informações, os jornalistas têm acesso, uma parcela da população tem acesso, mas a maioria não tem acesso, não consegue relacionar uma informação com a outra.

Posso lembrar um profissional de microfone da Rádio *Jovem Pan*, que é a sexta emissora em audiência na Grande São Paulo. Registra a revista *IstoÉ*, no dia 2 de setembro de 2019, que boa parte dos colunistas e comentaristas da rádio está alinhada à direita do espectro político. Jornalismo é uma atividade – pelo menos, eu aprendi isso na faculdade –, em que a gente tem de ouvir todos os lados. Uma vez, batendo papo com um grupo de alunos meus, eu disse “Olha, não existe jornalismo nem de direita, nem de esquerda. Existe jornalismo”. E um deles diz assim: “Nem de centro”. E essa é a realidade. É esse o papo de redação que a gente tem. Talvez tenha muito romantismo nisso, porque tem outros interesses. Explicitamente, começou a se conviver com outro “jornalismo” – uns chamam de jornalismo de opinião, jornalismo feito pensando nas redes sociais, nos cliques, enfim.

Na *Jovem Pan*, destaca-se o Augusto Nunes, que já teve passagem aqui pelo Rio Grande do Sul. Vou pinçar algumas frases dele citando as datas dessas manifestações. Em 3 de junho de 2020,

a respeito da OMS: “Não dou a menor bola para o que eles pensam porque eles não entendem nada”. Ao defender o uso da cloroquina, Augusto Nunes transforma o debate como uma oposição entre esquerda e direita: “Se você é a favor do Lula, você é contra a cloroquina. Se você é a favor do Bolsonaro, você recomenda a cloroquina”. Isso foi dito na *Jovem Pan*, no dia 21 de maio. Antes do confinamento ser adotado, em 5 de março, quando a gente ainda não sabia direito o que vinha pela frente, ele disse que havia uma campanha alarmista e, portanto, ele se posicionava contra o alarmismo... Um direito dele. Em seguida, em abril, ele critica os governadores e prefeitos que estavam tendo uma postura mais dura, mais relacionada com o que a OMS recomenda – aquela que não tem sentido nenhum segundo o próprio comunicador. Ele vai classificar essas pessoas e essas atitudes como “excessivamente rigorosas”, “uma crueldade” e “uma violência contra a verdade”. E usa uma frase, no dia 3 de junho de 2020, que é uma frase que a gente observa com muita frequência em grupos mais à direita: “Os jornalistas especializados em cobertura de velório”. Todos os que têm uma postura mais crítica em relação ao governo passam a ser tachados assim.

Como há um crescimento da *Globo*, do *Jornal Nacional*, e da *GloboNews* nesse período, Nunes diz no dia 3 de julho, “a Globo está em combate a favor do coronavírus”. E também desconstrói pesquisas, como a do Imperial College. Em 10 de abril, chega a anunciar que está otimista, pois o Brasil estaria ganhando a

guerra contra o coronavírus. Chega a dizer, em determinado momento, que tinha uma viagem para ser feita e ia fazer a viagem. Depois, ele não volta ao assunto. Pelo menos, não pelo que se conseguiu ver nas redes sociais, no que está disponibilizado na internet.

Por fim, tem-se as fontes negacionistas. E aí há um erro dos jornalistas, que usam fontes negacionistas. Provavelmente, a fonte mais negacionista de todas é, num primeiro momento, com base no estudo que eu fiz até o final de junho<sup>10</sup>, o deputado do MDB Osmar Terra. Entre tantas considerações, em um artigo publicado na *Folha de São Paulo*, ele diz que no Brasil, ao redor da terceira semana de abril de 2020, deverá começar a queda do número de novos casos terminando na primeira semana de junho.

Bom, se pode considerar negacionismo como *fake news*? É cedo para analisar isso, pois se está muito próximo do fato e o fato segue em andamento. Mas eu quero fazer algumas considerações, já me encaminhando para o final da minha fala, a respeito de fontes. Tecnicamente, sem entrar em questões ideológicas ou em questões éticas: o que é uma fonte verdadeira e uma fonte falsa?

---

10 O já referido artigo [Responsabilidade e negacionismo: apontamentos sobre o rádio brasileiro em tempos de covid-19](#) (FERRARETTO, maio-ago. 2020).

Existem fontes que são as autoridades. Por exemplo, não adianta tentar desconstruir e dizer que a mídia não deve ouvir o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, porque ele não é da área médica. Ele é uma autoridade. Precisa ser ouvido.

É a mesma lógica do acompanhamento daquele momento em que o presidente da República, que é uma autoridade, fazia aquela intermediação entre uma claqué e os jornalistas que estavam ali presentes<sup>11</sup>. Meio que mobilizando seus apoiadores contra a imprensa mais tradicional. Autoridade é autoridade. Existem as testemunhas e os protagonistas (quem viu o fato e quem protagoniza o fato) e existem os especialistas.

Eu cito um exemplo de desconstrução, que alguns estão fazendo, inclusive na mídia. É a desconstrução como fonte do reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o professor Pedro Hallal<sup>12</sup>, que não tem na graduação formação médica, mas possui mestrado e doutorado em Epidemiologia. Bom, se você não quer considerá-lo como especialista para ser ouvido, considere-o como

---

11 Referência às chegadas e saídas de Jair Bolsonaro do Palácio do Planalto, onde se aglomeram fãs do presidente, situação acompanhada pelos jornalistas até o final de maio de 2020, quando a imprensa passou a ser hostilizada pelos presentes e a mídia não alinhada com o governo suspendeu esse tipo de cobertura (CORREIO BRAZILIENSE, 25 maio 2020).

12 Em janeiro de 2021, deixou o cargo, terminando o seu período à frente da instituição.

autoridade. A universidade que ele dirige, onde é o gestor principal, é a responsável por uma das maiores pesquisas existentes<sup>13</sup> a respeito de covid-19 no Brasil. Então, Hallal é fonte. Não adianta querer desconstruí-lo como fonte. Tecnicamente, ele é uma fonte.

O que é covid-19? Eu não sou médico, mas pelo que leio é uma síndrome respiratória. Eu preciso, portanto, sendo jornalista, entrevistar como especialista quem é da área de epidemias, de vírus e de sistemas respiratórios. Eu não contrato o técnico que resolve o problema de esgoto do meu prédio para resolver o problema do ar-condicionado. Talvez ele até tenha esse conhecimento, mas é expertise múltipla em demasia, digamos assim.

O primeiro problema que se está vivendo é a construção de fontes que não são verdadeiramente fontes. Essas fontes interessam para alguém. Teria que se analisar para quem interessa. Também há outro problema que é a transposição de visibilidade, o que está acontecendo agora com o Felipe Neto, um dos mais populares *youtubers* brasileiros, que se notabilizou, ao longo de 2020, pelas fortes críticas ao bolsonarismo. Na mídia, alguns bolsonaristas criticam Felipe Neto e tem uma transposição de visibilidade dele para si – e é isso que buscam. Têm o direito de

---

13 Na mídia não alinhada ao bolsonarismo, o levantamento chega a ser tratado como “a maior pesquisa sobre covid-19 no mundo” (PARÊNTESE, 25 ago. 2020).

criticar? Têm o direito de criticar. Mas não têm o direito de ofender, nem de usar *fake news* como argumento. Isso é problemático<sup>14</sup>.

Por fim, como uma última provocação que eu deixo aqui para vocês pensarem. Muitos dizem que há uma construção política em torno do presidente da República, muito embasada nas redes sociais. Mas a gente precisa lembrar que ele começa a aparecer, como curiosidade, em programas de redes menores de televisão, em programas sensacionalistas... Ou as duas coisas: sensacionalistas e de redes menores. Isso é usado para reverberar Bolsonaro e suas opiniões nas redes sociais. Por isso, tem que se olhar amplamente esse quadro.

Achei muito interessante a divisão que foi apresentada pelo Cléber entre redes sociais *on-line* e *off-line*, especialmente quando se fala em comunicação. Da mesma forma, a gente tem que olhar a comunicação como um todo. Lembro uma vez que eu estava em uma discussão promovida pelo Ministério da Educação e alguém falou para rebatizarmos o curso de Rádio e TV ou de Radialismo como “Comunicação Digital”. E alguém respondeu: “Não, gente. comunicação digital é agora. Em seguidinha, vai ser só comunicação”. A gente precisa de uma visão ampla, no espaço e no tempo.

---

14 Referência a comentários de comunicadores de menor destaque na mídia, divulgando mentiras a respeito do *youtuber*.

Nessa visão ampla com o objeto – a pandemia e o enfoque dado pela comunicação à pandemia, que ainda está em andamento –, a gente está próximo em demasia no tempo. No futuro, vai se ter mais segurança para ver questões éticas, sociológicas, psicológicas... Enfim, vai se precisar analisar também não apenas pelo viés da comunicação, mas pelo viés da saúde. É preciso ver a pandemia por vários pontos de vista para ter uma ideia completa desse momento. Pelo lado da história, se constata que a pandemia remonta a outros fatos e situações que já aconteceram no país, como a Revolta da Vacina no início do século passado. Outro exemplo é a resistência em relação à chamada gripe espanhola, denominação hoje que é totalmente preconceituosa, como “vírus chinês”. A gripe dita espanhola nem surgiu na Espanha.

Enfim, essas negações e esses conflitos que existem entre o senso comum, construído pelas pessoas, pelo cidadão dito comum. O senso jornalístico deveria quebrar um pouco essa ideia de senso comum. Alguns, em função das redes sociais, buscam curtidas, cliques e burburinho... Vão muito ao encontro do senso comum e abandonam sua condição de jornalista, de comunicador, enfim. E tem o senso científico, que precisa ser referendado pela ciência. Eu falei antes em especialista. Existem especialistas e especialistas. Se eu sou jornalista e estou em um veículo de comunicação, eu vou buscar o maior especialista possível. Eu não vou buscar o senso comum, eu não vou buscar o sujeito que critica

os grandes especialistas. Ele critica com base no quê? Só se ele for um grande especialista também. E quem é que disse que ele é um grande especialista? Precisa ser a comunidade científica.

Então, é com essa observação que eu encerro essa fala inicial. Agradeço novamente a oportunidade de estar aqui debatendo, trocando informações e aprendendo nesse processo.



## Referências

AO VIVO: Gaúcha Atualidade é transmitido direto do CTI do Hospital de Clínicas. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/06/ao-vivo-gaucha-atualidade-e-apresentado-direto-do-cti-do-clinicas-ckbung8b8000301629peli4wx.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

ARAN, Edson. A rádio que virou TV. **IstoÉ**, São Paulo, 2 set. 2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/a-radio-que-virou-tv>. Acesso em: 2 set. 2019.

BERGAMO, Mônica. Edir Macedo apaga vídeo em que diz que coronavírus não passa de estratégia de Satanás e da mídia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 mar. 2020. p. A6. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/03/edir-macedo-apaga-video-em-que-diz-que-coronavirus-nao-passa-de-estrategia-de-satanas-e-da-midia.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BISPO Edir Macedo vence a covid-19 e recebe alta médica em São Paulo. **R7**, São Paulo, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/bispo-edir-macedo-vence-a-covid-19-e-recebe-alta-medica-em-sao-paulo-12062020>. Acesso em: 12 jun. 2020.

FERRARETTO, Luiz Artur; MORGADO, Fernando. **Covid-19 e comunicação**: um guia prático para enfrentar a crise. Rio de Janeiro: Válega, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/livroner>.

FERRARETTO, Luiz Artur; MORGADO, Fernando. **Dez passos para o ensino emergencial no rádio em tempos de covid-19**. Rio de Janeiro: Válega, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/10passosner>.

FERRARETTO, Luiz Artur. Responsabilidade e negacionismo: apontamentos sobre o rádio brasileiro em tempos de covid-19. **Radiofonias**, Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, ano 11, n. 2, p. 15-38, maio-ago. 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216527/001119550.pdf?sequence=1>

FRAZÃO, Felipe. Edir Macedo declara apoio a Bolsonaro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,edir-macedo-declara-apoio-a-bolsonaro,70002526353>. Acesso em: 6 jul. 2020.

GHEBREYESUS, Tedros Adhanom. Munich Security Conference. **World Health Organization**, Genebra, 15 fev. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/munich-security-conference>. Acesso em: 5 abr. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Modelo de distanciamento controlado**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//modelo-de-distanciamento-controlado-apresentacao.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

HOFMEISTER, Naira. Como a UFPEL realizou a maior pesquisa sobre a covid-19 no mundo. **Parêntese**, Porto Alegre, 5 ago. 2020. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/reportagem/um-clarao-nas-trevas/>. Acesso em: 5 ago. 2020.

LEITÃO, Matheus. Exército já gastou quase meio milhão de reais com cloroquina desde março. **Veja**, São Paulo, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/exercito-ja-gastou-quase-meio-milhao-de-reais-com-cloroquina-desde-marco>. Acesso em: 6 jul. 2020.

MARQUES, José. TVs e jornais lideram índice de confiança em informações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 mar. 2020. p. A5. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 26 mar. 2020.

MASSARO, Carlos. Exclusivo: contra a covid-19, rádios do Grupo Bandeirantes liberam programações para retransmissão de outras emissoras. **Tudo Rádio**, Curitiba, 3 abr. 2020. Disponível em: <https://tudoradio.com/noticias/ver/23280-exclusivo-contr-a-covid-19-radios-do-grupo-bandeirantes-liberam-programacoes-para-retransmissao-de-outras-emissoras>. Acesso em: 4 abr. 2020.

OMS retira cloroquina de testes em definitivo e confirma novo recorde de casos por covid. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 jul. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/oms-retira-cloroquina-de-testes-em-definitivo-confirma-novo-recorde-de-casos-por-covid-24516149>. Acesso em: 6 jul. 2020.

RÁDIO JOVEM PAN. **Os Pingos nos Is**. São Paulo, 5 mar. 2020. Programa de rádio. Disponível em: <https://jovempan.com.br/videos/programas/os-pingos-nos-is/os-pingos-nos-is-05-03-2020.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

RÁDIO JOVEM PAN. **Os Pingos nos Is**. São Paulo, 10 abr. 2020. Programa de rádio. Disponível em: <https://jovempan.com.br/videos/programas/os-pingos-nos-is/os-pingos-nos-is-10-04-2020.html>. Acesso em: 11 abr. 2020.

RÁDIO JOVEM PAN. **Os Pingos nos Is**. São Paulo, 21 maio 2020. Programa de rádio. Disponível em: <https://jovempan.com.br/videos/programas/os-pingos-nos-is/os-pingos-nos-is-21-05-2020.html>. Acesso em: 22 maio 2020.

RÁDIO JOVEM PAN. **Os Pingos nos Is**. São Paulo, 3 jun. 2020. Programa de rádio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dlzyf3vHPac>. Acesso em: 6 jun. 2020.

RÁDIO JOVEM PAN. **Os Pingos nos Is**. São Paulo, 3 jul. 2020. Programa de rádio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tqDbmX-7JSQ>. Acesso em: 5 jul. 2020.

SHAKESPEARE, William. **Bem está o que bem acaba**. Porto: Lello, 1948.

SOARES, Ingrid. Apoiadores de Bolsonaro hostilizam jornalistas em frente ao Alvorada. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 maio 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/25/interna\\_politica,858160/apoiadores-de-bolsonaro-hostilizam-jornalistas-em-frente-ao-alvorada.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/25/interna_politica,858160/apoiadores-de-bolsonaro-hostilizam-jornalistas-em-frente-ao-alvorada.shtml). Acesso em: 25 maio 2020.

SPECTER, Michael. **Denialism**: how irrational thinking hinders scientific progress, harms the planet, and threatens our lives. Nova Iorque: The Penguin Press, 2009.

STARCK, Daniel. Rádios do Rio de Janeiro e de São Paulo se unem em campanha #juntosnumasofrencia no enfrentamento ao coronavírus. **Tudo Rádio**, Curitiba, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://tudoradio.com/noticias/ver/23246-radios-do-rio-de-janeiro-e-de-sao-paulo-se-unem-em-campanha-juntosnumasofrencia-no-enfrentamento-ao-coronavirus>. Acesso em: 31 mar. 2020.

*agosto, 2020*

# A pandemia das narrativas políticas e comunicacionais<sup>1</sup>

Maria Helena Weber  
PPGCOM-UFRGS

Agradeço este convite que possibilita que eu possa compartilhar reflexões e aprendizagens da minha trajetória na área de comunicação política, especialmente através do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (NUCOP) e do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP). Sinto-me na obrigação de expor meus pensamentos sobre os desafios e as dimensões da política e da comunicação nestes tempos distópicos

---

<sup>1</sup> Texto adaptado da participação no evento on-line **Conversas ADUFRGS**, organizado pelo Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS-Sindical), no dia 5 de agosto de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/iE8ktjI9phE>. Com o apoio da Bolsa Pesquisadora CNPq.

demarcados pela pandemia da Covid-19. Vivemos realidades distorcidas que ampliam as diferenças sociais e desequilibram todas as nossas certezas. O trinômio – política, comunicação e pandemia – é o título desse debate e é, também, o mais novo problema de pesquisa da área da saúde e da comunicação. Devo abordá-los individualmente para depois reuni-los.

Em primeiro lugar, a questão política nessa pandemia expõe, seguramente, as responsabilidades e irresponsabilidades de atores e instituições políticas e governamentais sobre procedimentos relacionados à saúde pública e conseqüentemente sobre a nossa vida. Nestes processos políticos, por nós vivenciados, podemos enxergar um espaço de disputa entre mecanismos e procedimentos para a sobrevivência dos cidadãos e a sobrevivência da própria economia. Essa disputa é, novamente, a disputa milenar entre a compreensão da ciência, a intervenção da religião e a pressão do capital. É um equilíbrio difícil e impossível, sendo que, no Brasil, vivenciamos também o fato da inexistência de políticas públicas eficazes contra a pandemia em ações combinadas que possam abranger o país. Não há unidade na circulação de informações governamentais e isto causa insegurança, amplia as informações falsas e a produção de *fake news*. Conseqüentemente, o Brasil se tornou pauta de notícias internacionais, não por alguma conquista, mas devido aos nossos números crescentes de mortos e

infectados<sup>2</sup>. Mesmo assim, há uma dramatização circense, vamos dizer assim, protagonizada pela presidência da República, quando minimiza o contágio, a recomendação da ciência e participa de aglomerações, sem a devida proteção. Então, do ponto de vista da política, nesse trinômio – política, comunicação e pandemia –, nós estamos à deriva. Estamos sozinhos porque a narrativa descompromissada do presidente Jair Bolsonaro parece ser utilizada como estratégia de salvação pela cegueira.

Sobre a comunicação, cabe ressaltar que a pandemia expõe os limites da política assim como a abrangência e a necessidade de informação e comunicação e que sejam próximas da verdade e da credibilidade possível. Desde 2018 – ano eleitoral – vivemos uma proliferação de *fake news* a ponto de desencadear importantes debates no sistema legislativo e judiciário com acionamento de ações policiais. Centros de pesquisa, por sua vez, estudam a relação entre os déficits da democracia, por exemplo, e a produção de falsas informações em dimensões incontroláveis. Mesmo assim, a circulação de mentiras e a manipulação de informações não cessam nem diante da possibilidade de causar mortes. Em meio

---

2 Em agosto de 2020 os registros apontavam cerca de 30 mil mortes pela Covid-19 e no início de abril de 2021 o país atinge o macabro número de 333 mil mortos e milhões de infectados. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=mortos+em+abril+de+2021+na+pandemia+brasil>. Acesso em: 5 abr. 2021.

a isso, é possível acompanhar a imprensa que retoma seu papel, especialmente, porque é preciso estabelecer alguma contraposição às falácias e expor a verdade necessária e possível nessa crise pandêmica. Então, pode-se afirmar que há uma retomada do jornalismo e uma derrocada, em parte, talvez momentânea, até as próximas eleições, das *fake news*. O legislativo vem fazendo o seu trabalho e há importantes estudos, como os realizados pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD). Tudo isso pode ser acessado.

Por outro lado, os temas sobre saúde ocupam espaços de debates na sociedade e na imprensa. O próprio SUS, sempre relegado ao último lugar, retoma seu indispensável lugar no país porque representa a qualidade do sistema de saúde no Brasil, exemplo para o mundo. Os temas vinculados à saúde pública e à crise sanitária trazem para o centro do debate público um aspecto importante: precisam ser tratados sob a verdade e gerar credibilidade, ou matam. A circulação de notícias e dados sobre a Covid-19 tem indicado os cuidados preventivos necessários, os procedimentos, as ações institucionais, e tem debatido problemas de emprego, educação, transporte e o comportamento das pessoas, etc. A imprensa tem promovido o máximo de visibilidade e, em parte, as redes sociais reverberam, na exata medida com que colocam em dúvida estas informações obedecendo a interesses privados, obscuros, negacionistas e não necessariamente relacionados à defesa da vida, nesta pandemia.

O lugar que a imprensa vem ocupando, neste momento, é o lugar que caberia à comunicação do Estado, a comunicação de governo e, neste sentido, a imprensa investe no resgate da sua credibilidade. Neste sentido, as maiores empresas midiáticas do país e a imprensa de referência (*Rede Globo, G1, UOL, jornais Extra, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo*) criaram o Consórcio de Veículos de Imprensa diante da possível ocultação e dificuldade de acesso aos dados sobre a Covid-19 administrados pelo governo federal. Desde o dia 8 de junho de 2020, estas mídias mantêm e repercutem a divulgação e a análise das informações que deveriam ser de responsabilidade do governo federal.

Outra instituição importante é a universidade que tem cumprindo o seu importante papel nesse sistema de comunicação pública que é exatamente falar, dizer, orientar e responder à sociedade, para que haja uma política, um plano para a saúde pública diante da pandemia.

Por último, no trinômio, a questão da pandemia que já se configura como instigante tema de estudo para todas as áreas de conhecimento, delimitado por esta grande catástrofe pública nacional e internacional. Trata-se de um grande acontecimento de proporções inimagináveis que depende da informação, da comunicação e da governabilidade de um país, do mundo e das cidades. Essa dependência entre a circulação de informações e a necessidade de estabelecer comunicação é vital e pode causar a vida ou a morte. Por isso, importa abordar a questão da

responsabilidade e da irresponsabilidade governamental sobre a comunicação, nesse momento. É de vida e verdade que precisamos falar.

A pandemia deu visibilidade aos erros e acertos da política e da ciência, mas especialmente, deu visibilidade à miséria, tanto a miséria da pobreza, da exclusão social, na falta de acesso à saúde, nas filas, nos bancos para receber os míseros R\$ 600. Mostrou também, a miséria das relações humanas exposta em todos aqueles que desobedecem às indicações de proteção de si e dos outros, ou seja, desconhecem os princípios mínimos de solidariedade.

Política, comunicação e pandemia estão, portanto, profundamente relacionados e geram um debate público e ininterrupto, no mínimo, desde o mês de fevereiro de 2020. Sobre esse debate, abordarei três aspectos sobre a sua configuração e as características fundamentais para a compreensão da política governamental e da comunicação em relação à pandemia, narrativa, visibilidade e imprensa. Primeiro, o modo de ocorrência já que a pandemia foi transformada em narrativa e passou a ocupar espaços em todos os discursos das organizações públicas, privadas, instituições e atores, especialistas, políticos, celebridades e, especialmente, nos grupos sociais.

As mídias sociais hoje são o grande palco desse debate público, que mistura a solidariedade, arte, debates políticos e filosóficos em dezenas de *lives* e gravações diárias acessíveis. Esta é uma grande diferença, digamos, no modo com que nós

vivemos neste último ano. Centenas de opções para que participemos do grande debate nacional sem que haja uma coordenação, de fato, de algum lugar. Sem dispendir tempo, nunca tantas pessoas puderam ter acesso e puderam opinar. Esse movimento é o mais interessante da pandemia.

Quer dizer, é incontrolável a quantidade de circulação dessas informações e opiniões. Por isto, esse é um momento histórico, também do ponto de vista comunicacional porque há uma reinvenção de formatos, que reúnem e difundem a opinião e a produção artística, cultural, pessoal e política. É um debate particularmente interessante porque é inclusivo e está tendo uma função pedagógica. Eu posso saber muitas coisas, que eu não sabia que existiam e eu posso opinar sobre muitas coisas, sem necessariamente ter uma grande racionalidade. Então, a participação passa a ser algo importante nesse processo. Espaço privilegiado que tem sido ocupado pelos pesquisadores e pensadores de todas as estirpes intelectuais que mostram a ciência se impondo sob outras perspectivas.

Isso é bonito, embora não tenha a subjetividade, a passionalidade das reuniões presenciais. As aulas, por exemplo, sofrem muito com esta limitação, mas talvez estejam provocando outro tipo de encontro com a participação daqueles que estão longe e, assim, podem ser convidados. Por outro lado, parece que as *lives* também foram transformadas em ótimas aulas. Nunca a universidade, por exemplo, foi tão universidade como

agora. Não que não haja aulas formais da universidade abertas ao público, mas porque os professores, os pesquisadores, estudantes, doutorandos e mestrandos se expõem e falam mais e muito para a sociedade, para quem quiser ouvir. Então, está aí a universidade ocupando esse lugar no debate, além do trabalho imenso de pesquisa em seus laboratórios em busca de soluções.

Por outro lado, cabe ressaltar o debate público nacional vinculado à crise sanitária, protagonizado por instituições e especialistas sobre a pandemia, mas sem a participação estratégica do Estado. Os burocratas da saúde não debatem, não apresentam soluções e o governo central não participa e quando o faz, desequilibra. Então é um debate incompleto. Os sistemas de comunicação do Estado, das estatais, das redes públicas, sustentam uma comunicação do governo muito mais privada e vinculada à propaganda do que propriamente uma comunicação pública em resposta aos acontecimentos.

A comunicação de governo numa democracia é necessariamente pública, mas em relação a este conceito estamos acompanhando uma comunicação privada marcada por estratégias circenses para nos distrair do perigo e das mortes que nos rodeiam. As respostas presidenciais, por exemplo, escamoteiam o debate e privilegiam o entendimento particular, nada público, nada responsável sobre as consequências da contaminação para o país. Por um lado, colabora para ampliar o medo e o desespero dos miseráveis e, por outro, fortalece uma narrativa mítica,

religiosa que permite aos seus apoiadores segui-lo cegamente, sem questionamentos.

De fato há uma diferença entre as narrativas sobre a pandemia e a narrativa presidencial. Esta cria uma diferença cada vez maior entre seguidores e cidadãos, quando deveríamos todos, nesse momento, ser tratados como cidadãos. A postura errática dos órgãos governamentais tem mantido a discussão como um jogo aonde as regras vão sendo modificadas na conveniência do dono do tabuleiro. O tabuleiro é o Brasil e, nós, as peças desse jogo.

Um segundo aspecto tem a ver com o que eu chamo de um paradoxo da visibilidade. Uma grande consequência dessa pandemia é que nesse movimento participativo, empresas e instituições colaboram com benefícios, doações, participações e, ao fazer isso, ajudam e se solidarizam com o momento, com as pessoas, com outras instituições, mas também geram seus lucros institucionais. Isso é importante para a imagem pública das organizações, porquanto se mostram solidárias, colaborativas e geram, simultaneamente, lucros financeiros com a propaganda veiculada e lucros institucionais. Não há o que reclamar destas ações e dos benefícios causados, mas importa, sim, identificar os objetivos e o alcance de cada ação. É algo que no campo da comunicação e política nós não podemos perder de vista e que pode ser analisado numa perspectiva paradoxal. Significa novamente entender aquilo que vem acontecendo nas últimas décadas em que há uma sobreposição do capital sobre a política em quaisquer

situações. Em relação aos problemas sociais, sempre há espaço para o mercado participar, doar e ganhar institucionalmente, mas não defendemos que ele não colabore com os problemas sociais e aqui reside o paradoxo.

O terceiro aspecto, e aí já vou me dirigindo para o final, é a recuperação do jornalismo e do papel da imprensa, que de alguma maneira já abordei. Parece que a pandemia provocou a imprensa a retomar o seu papel importante ou a sua função social, termos que estavam até sempre pensados teoricamente, mas bastante colocados de lado. Podemos dizer junto à sociedade com reportagens, dados, entrevistas e debates permanentes e esclarecedores. Ela se fez essencial para compreensão e para a credibilidade de situações, procedimentos e a voz de especialistas que permitiram dar alguma segurança à sociedade.

A voz, digamos, dos marginalizados desse processo de atendimento econômico e do atendimento à saúde não obtiveram tanto espaço assim, mas podemos identificá-los nas narrativas políticas e de analistas da imprensa. Esse processo valorizou a capacidade de comunicar da imprensa sobre um tema de interesse público, como a questão da pandemia e da saúde pública e foi nesta direção que a imprensa voltou a se sobrepor às *fake news*. A ação legislativa e judiciária em torno das *fake news*, por exemplo, tem valorizado, de alguma maneira, a perspectiva da verdade e credibilidade sobre a informação veiculada via essa grande imprensa. É uma discussão sempre complexa sobre os limites

e interesses da imprensa entre sua natureza pública e a pressão mercadológica: estão ou não cumprindo o seu papel?

Eu finalizo ressaltando que a comunicação pública é indicativa de qualidade da democracia e a pandemia permite que afirmemos que a democracia brasileira está fragilizada, na medida em que o governo fala sobre interesses que são da ordem do privado ao promover remédios ineficazes, no modo de explicar a pandemia ou no modo de rir dessa população que tenta se cuidar e cuidar do outro. O interesse público, neste momento, parece estar sendo escamoteado pelo governo central e isto é inexplicável numa democracia. Assim, é relevante identificar este interesse público no plano da comunicação pública desenvolvida pelas instituições, pela universidade e pela própria imprensa.

A pandemia é, sim, um problema comunicacional formado por narrativas desconcertantes. De um lado especialistas insistem e defendem medidas protetivas e do outro, estas são desqualificadas exatamente pelo discurso do poder central. Assim, contamos com a segurança mínima, que é a segurança dos dados que circulam na imprensa, capaz de tensionar os poderes. Temos, ainda, a segurança manifestada por informações do campo científico, mas que vai se contrapondo à insegurança das narrativas e da comunicação pública do governo.

Muito obrigada pelo espaço e penso que todos nós que estamos na universidade e sabemos refletir, escrever e falar, temos obrigações para com a sociedade e o país e devemos, na medida do possível, usar todos os espaços para refletir e falar sobre comunicação política e sobrevivência.



*outubro, 2020*

## **O imaginário do fim do mundo<sup>1</sup>**

Ana Taís Martins  
PPGCOM-UFRGS

Boa noite, todas e todos. Nesse ano que certamente vai marcar não apenas as nossas histórias pessoais, mas também a nossa história humana, coletiva, trouxemos para os Encontros com o Imaginário o tema mítico do fim do mundo que se torna agora muito real, muito concreto, muito próximo de nossas vidas, evidenciando o quanto é falaciosa a ideia de mito como falseamento da história.

---

<sup>1</sup> Texto adaptado da apresentação no evento on-line **Encontros com o Imaginário 2021**, no dia 29 de outubro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/ZILL5C7jXDo>. O evento foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Eu começo esse nosso último momento pegando o fio que um os nossos participantes, o Luciano Pessoa, deixou solto no final da conversa com Jean-Jacques Wunenburger semana passada. Luciano faz uma referência ao filme “História sem fim”, em parte baseado no livro do alemão Michael Ende, no qual o Nada ameaça destruir o Tudo, e para salvar o mundo há um pequeno guerreiro-criança que deve salvar certa Imperatriz do Mundo de Fantasia, e então dar novamente Nomes às coisas e reiniciar os Desejos... Luciano pergunta que nomes queremos efetivamente dar a nosso mundo? Que desejos gostaríamos de ver crescer?

De fato, nomear coisas é dar origem ao mundo, e tanto isso é verdade que quando queremos que algo não se concretize não lhe damos um nome. É o que ocorre com o arcano 13 do tarô, chamado de o arcano sem nome, pois se trata da tão indesejada morte. Reiniciar os desejos também é vetor de vida porque o desejo é sempre desejo por algo diferente de nós mesmos, algo que pode ser traduzido de modo simples por mundo. Desejamos porque há algo fora de nós a ser desejado; há um mundo que faz sentido. Mas, antes de haver o mundo, existiu o fim do mundo. E não é pensando no tempo cíclico que eu digo isso, e sim pensando que a imagem fundante do *Homo sapiens* é a imagem do fim.

É porque sabemos que vamos morrer que sabemos que existimos, é aí que reside a autoconsciência como o diferencial da nossa espécie. Esse conflito em estar vivo agora e saber que no instante seguinte podemos não mais estar vivos se encontra

no nascimento do imaginário. As grandes imagens simbólicas brotam da necessidade de lidar com essa contradição.

Se recuamos até o início dos tempos, quando essa consciência começa, vamos encontrar a primeira imagem de todas, que é a do sagrado. O sagrado, segundo Rudolf Otto, é necessariamente algo externo ao eu. Esse sentido ancestral do sagrado é “[...] completamente inacessível à compreensão conceitual, constitui algo inefável, algo que não pode ser dito” (OTTO, 1985, p. 13). Então, não dá para explicar a alguém o que é o sagrado; tudo o que dá para fazer é localizar isso dentro de nós mesmos. Há algumas pistas que podem remeter a essa experiência do sagrado. O sentimento de dependência é um dos elementos que participam dessa experiência. Não se trata de uma dependência como a que se dá em outros domínios da vida e sim – eu continuo citando Rudolf Otto (1985, p. 13) – “[...] a consciência de nossa insuficiência, de nossa impotência, de nossas limitações”. É um “[...] ‘sentimento de ser criatura’, o sentimento de que a criatura tem seu próprio nada e que desaparece na presença daquele que está além de, acima de toda a criatura” (idem, p. 14). O sentimento de ser criatura é a sombra de um outro sentimento, o do medo. Ora, o medo se relaciona com algo existente fora de nós. E é aí que sabemos que existimos, quando tomamos consciência de que há algo fora de nós. E esse fora de nós é desconhecido, é arbitrário, ele age sobre nós sem que possamos fazer muito a respeito. Ele é um grande mistério, o *mysterium tremendum*, o mistério que faz tremer.

Nessa altura, já está desencadeada a produção de imagens simbólicas que vão constituir o imaginário. E sempre é bom lembrar que a própria racionalidade é uma dessas imagens simbólicas, ela não escapa dessa fundação do imaginário.

Os mitos como os do fim do mundo são elementos do imaginário, são uma das formas de o imaginário se organizar e se integrar ao nosso cotidiano. Não estamos aqui utilizando o termo “mito” no sentido de falseamento da história ou de naturalização da história construída e sim no sentido de narrativa primordial, capaz de responder questões fundamentais da existência que não se satisfazem com as respostas que a imagem da racionalidade pode fornecer sozinha – e eu sublinho aqui que a racionalidade é, ela também, uma imagem, um produto da imaginação. Eliade (2000, p. 15) nos lembra que mito entendido como “falso” é sobrevivência “da cultura cristã contra o mundo pagão”, então se enganam os que se dizem ateus e evocam a falsidade do mito, pois estão evocando um argumento cristão.

O mito tem um caráter de revelação de sentido, ele age sobre o *Sapiens* a partir do sentimento do sagrado. Existem muitas formas de classificar os mitos, de buscar sua lógica. Quando estamos falando de imaginário apocalíptico, estamos também falando de uma das três maiores questões dos mitos: para onde vou? As outras duas questões são: “quem sou eu?”, respondida pelos mitos identitários ou, como se conhece popularmente,

pelas mitologias dos heróis, e “de onde vim”, que é respondida pelas mitologias cosmogônicas.

Para Gilbert Durand (1996), é possível observar nas sociedades a ação de pelo menos dois mitos simultaneamente, um que está em ascensão e outro em declínio. O que podemos chamar de mito diretor de uma sociedade tem por destino entrar em declínio, um declínio que, a meu ver, começa exatamente quando ele consegue se instalar como mito diretor.

Um mito nunca acaba, sempre está em algum lugar. Considerando então que existe uma dinâmica mítica na sociedade, e que os mitos, basicamente, são derivados de grandes imagens primordiais estáveis, não será de surpreender que os mitos retornem, ainda que com as roupas do espírito do tempo.

Na Idade Média, por volta do século 10, o fim do mundo também foi esperado e a culminância desse imaginário apocalíptico foi no século 14, quando chegou a peste bubônica. A Idade Média foi um período em que a Europa era dominada pelo cristianismo e o último livro da Bíblia, o Apocalipse de São João, descrevia cenas que pareciam coincidir com a realidade histórica.

Essa angústia escatológica começa a mudar com a Renascença (séculos 14 a 17), quando podemos observar mudanças nas respostas míticas, com o foco das narrativas se deslocando progressivamente do fim do mundo para a invenção do sujeito. Jacques Le Goff (2014) sublinha que a maior parte do que hoje

consideramos “artistas” era na Idade Média chamada de “artesãos”, a arte era um trabalho anônimo, não havia o autor, o sujeito do jeito que pensamos hoje. A noção de artista teria surgido no começo do século XIII com Giotto. Esse é apenas um dos traços de uma consciência de si tímida, mas que vai progressivamente se desenvolvendo até que os mitos identitários parecem triunfar no século 19, quando o indivíduo começa a ser definido pela função social que exerce. Então, se até bem pouco tempo os nossos mitos dominantes tentavam responder a pergunta “quem sou eu?”, agora parece que há uma outra pergunta gritando mais alto: “para onde vou?”. E essa pergunta só pôde encontrar esse enorme espaço na coletividade por causa de um exacerbamento das respostas à pergunta anterior, “quem sou eu?”. Eu vou voltar a isso mais adiante.

Agora, eu gostaria ainda de lembrar que não é de hoje que os estudos sobre o imaginário identificam uma sobrevalência dos mitos escatológicos na contemporaneidade. Há pelo menos vinte anos eles têm sido rastreados. O ano de 2000 se inscreveu manifestadamente na lógica do apocalipse, com pensamentos escatológicos vindo à tona sem nenhuma barreira, com a disseminação de discursos alarmistas, alimentados pela denúncia de “[...] desenvolvimentos científicos inquietantes, de catástrofes médicas, ecológicas e planetárias, de impasses coletivos, sociais

e privados, de uma ressurgência de seitas e religiões” (GERVAIS, 2004, p. 13, tradução minha)<sup>2</sup>.

Eu vou lembrar aqui rapidamente um acontecimento histórico que trouxe muito medo com a aproximação do ano 2000: O Bug do Milênio, que deixou de ser um simples problema relacionado à informática e se transformou em uma preocupação com o fim do mundo. No final das contas, não ocorreu nada de catastrófico, mas o que nos interessa é que realmente houve um pânico geral. Foram lembradas as profecias de Nostradamusevocandoum cataclisma em agosto de 1999, também a de Paco Rabanne de que a estação espacial Mir cairia sobre nossas cabeças.

No entanto, o século 20 inteiro pode ser visto como preparando esse apocalipse, pois foi durante esse século que ocorreram as duas guerras mundiais, o Holocausto, e isso marcou a invenção de uma verdadeira indústria da morte, conforme nos lembra Gervais (2004). Desde então, temos a catástrofe nuclear como uma ameaça onipresente, “[...] os perigos crescentes de uma poluição que atinge graus de toxidade inquietantes, uma superpopulação

---

2 No original francês: “[...] développements scientifiques inquiétants, de catastrophes médicales, écologiques et planétaires, d’impasses collectives, sociales et privées, d’une résurgence des sectes et des religions”.

sempre em expansão [...]” (GERVAIS, 2004, p. 13)<sup>3</sup>. O autor francês continua: “As práticas desviantes, os delírios de perseguição, as formas extremas de violência não são mais fenômenos isolados e independentes uns dos outros, mas sintomas que convergem todos para um mesmo apocalipse”.<sup>4</sup>

Esse apocalipse não só nos mostra seus sinais nítidos, como também era previsível desde a ascensão dos mitos identitários da Idade Moderna, quando as figuras dos heróis vieram para um primeiro plano: os grandes navegadores – Colombo, Vasco da Gama, Cabral para citar os que conhecemos melhor, heróis das invasões, os heróis das reformas religiosas – Lutero, Calvino, os heróis da ciência – Copérnico, Newton, Galileu, Descartes, Kepler etc. Não que essas pessoas sejam heróis literais de um ponto de vista mítico, e sim que a valorização de suas figuras indica o espaço que os mitos identitários vão tomando na sociedade, até que no século 20 chega ao senso comum a ideia de que cada um de nós, ser individual, pode se identificar com as mitologias dos heróis, pode encontrar o autoconhecimento. Essa consciência

---

3 No original francês: “les dangers croissants d’une pollution qui a atteint des degrés de toxicité inquiétants, d’une surpopulation toujours en expansion”.

4 No original francês: “Les pratiques déviantes, les délires de persécution, les formes extrêmes de violence ne sont plus des phénomènes isolés et indépendants les uns des autres, mais des symptômes qui convergent tous vers une même apocalypse”

de si se acentua ao ponto de chegarmos ao estado de *hybris*, de exacerbamento do eu coletivo e fatalmente conduzir à queda – daí chegam os mitos apocalípticos. Então, o apocalipse não acontece porque fizemos descobertas científicas capazes de destruir nosso próprio mundo com o simples apertar de um botão, o imaginário não conhece uma coerção de mão única, da realidade histórica e material em direção ao mito. A instalação dos mitos identitários na presidência da sociedade já prenunciava sua queda.

Compreender a sociedade como dinamizada por mitos implica aceitar que há forças coletivas que agem sobre essa sociedade. Seria então de nos perguntar se não teria sido o mito apocalíptico que ensinou o racionalismo característico das sociedades do *selfmade man*, que acreditam profundamente na meritocracia, na capacidade do homem de dominar a natureza e, portanto, também de acabar com ela. Porque se houve um momento em que era a forte identidade que presidia a sociedade, e eu posso pensar num lado mais sombrio de Prometeu do que aquele que estamos acostumados a louvar, havia também um outro mito forçando caminho para subir.

Um mito se institucionaliza, toma o poder, porque é bem-sucedido em abandonar seus aspectos mais rebeldes para ser mais bem aceito pela consciência social, mas é exatamente isso que também faz com que ele se esgote e entre em declínio, dando espaço para um novo mito.

O fim do mundo é a queda. A queda é resultado da *hybris*, do exagero, do desafio que a arrogância humana faz aos deuses. Isso o mito já nos ensinou muito tempo antes de o pecado ser inventado pelas religiões e de a humanidade criar a bomba atômica e destruir a natureza. E mais ainda: a queda é necessária para a restauração do equilíbrio. Malena Contrera, há duas semanas, na primeira palestra desse evento, citou Jung quando ele afirma que as pessoas querem a guerra para se sentirem vivas. A guerra vem assim dar sentido à vida, mas por que é necessário chegar a esse extremo para que o sentido aconteça? A falta total de sentido é um sintoma do fim do mundo. Não me parece que o mundo possa acabar porque não faz mais sentido. Na verdade, quando o mundo não tem mais sentido, ele já se acabou. Antes de isso acontecer, ainda vamos espernear um pouco para buscar o sentido.

Como podemos saber disso? Por exemplo, no interesse que os internautas têm em depositar seus sonhos em bancos de sonhos. Vimos nos últimos meses se proliferarem convites para contarmos os nossos sonhos. A notícia mais recente que eu tive a respeito disso foi sobre um algoritmo desenvolvido pela Nokia que permite a análise automática dos sonhos e que promete revelar a saúde mental da humanidade. Existem aspectos éticos na coleta de sonhos. Talvez esses pesquisadores argumentem que a participação na pesquisa é voluntária. Sim, é voluntária, do mesmo modo que nós, voluntariamente, cedemos nossos dados para os sites que visitamos, para as redes sociais em que

criamos contas. Cedemos os dados porque achamos que no fundo não valem grande coisa, que nada pode ser feito contra nós com esses dados, o que já está bastante demonstrado que é mentira. Então, eu não vejo a contação generalizada de sonhos como uma valorização do imaginário, bem pelo contrário. É mais uma prática que banaliza os símbolos que dão sentido à vida. Sonhos são íntimos, revelações do inconsciente. Contá-los a quem quer que seja não é anódino, não é sem consequências para nós. Achar que não vamos perder nada contando um sonho anonimamente é não dar ao sonho sua devida importância.

A implicação ética da coleta de sonhos se estabelece quando se compreende que a proliferação de sonhos é sintoma de uma busca de sentido através da ativação do inconsciente. Quando a pandemia começou, as pessoas começaram também a lembrar mais seus sonhos porque está havendo um fluxo de energia inconsciente muito grande nesse momento em que a consciência não consegue mais responder nossas angústias. A boa vontade de quem cede seus sonhos para um banco de dados de uma pesquisa tem mais a ver com sua necessidade de ressignificar sua vida do que com participação voluntária e desinteressada na pesquisa, necessidade essa que é completamente ignorada pelos pesquisadores, que não tem condições de cuidar das feridas de seus sujeitos de pesquisa.

A pandemia que a humanidade vive hoje, então, escancarou o vazio de sentido que já vinha se configurando antes.

Mas antes, nós estávamos distraídos demais com nossos egos, com nossa autoimagem. Agora nos chega a pandemia, que é sentida como punição. O assustador nisso é que continuaremos presos dentro do ciclo em que exageros são equilibrados com a humilhação da queda e a queda equilibrada com novos exageros. A própria ideia de que tudo o que está acontecendo no planeta é resultado da ação do homem também é um estado de *hybris*, de exagero.

O exagero aparece claramente nas condutas coletivas, não é necessário invadir a intimidade dos sonhos para diagnosticar as doenças do imaginário. Nós, pesquisadores da Comunicação, temos longamente ignorado a circulação das imagens simbólicas nas mídias. Essas imagens estão aí, se oferecendo aos nossos olhos nus todos os dias. A aglomeração nas praias, contrariando todos os conselhos das autoridades de saúde, as reuniões em bares, em praças, que parecem ignorar a circulação de um vírus letal são indícios de que o fim está próximo e então o melhor a fazer é curtir a vida adoidado, como se não houvesse amanhã – e na verdade não há...<sup>5</sup> A consciência dionisíaca permite a aglomeração, mas é condenada pela consciência apolínea. No limite, são dois comportamentos excessivos, um no qual falta a distinção entre

---

5 Referência ao título do filme “Ferris Bueller’s day off” (1986), de John Hughes, que no Brasil foi lançado como “Curtindo a vida adoidado”, e da canção “Pais e Filhos”(1989), composta por Marcelo Bonfá, Dado Villa-Lobos e Renato Russo.

os fatos e as versões, outro em que o excesso de distinção provoca uma dispersão do sentido que é também uma padronização por carência. Então, antes de ver uma guerra de deuses entre os que se aglomeram e os que seguem as regras do isolamento, é bom lembrar que Apolo e Dionísio eram irmãos. A oposição entre eles na obra de Nietzsche é uma metáfora para a dicotomia entre razão e intuição e não uma realidade do mito pleno. Apolo se reconcilia com Dionísio em Delfos, e Mircea Eliade (2000) mostra essa reconciliação ao descrever a integração dos conhecimentos ocultos, demoníacos, dionisíacos com a dimensão divina do oráculo.

Se queremos valorizar o mito na contemporaneidade, é necessário assumir que ele é revelador da fundação do real e do comportamento humano. Como diz Mircea Eliade (2000, p. 10), “[...] quando deixa de ser assumido como uma revelação de mistérios, o mito se degrada, se obscurece, se transforma num conto ou lenda”.

Embora as imagens simbólicas sejam denunciadas pelas expressões humanas que podem ser flagradas, por exemplo, nos processos comunicativos, nem sempre é fácil diagnosticar o mito que está reunindo essas imagens. Mircea Eliade (2000) indica alguns comportamentos que nos informam da atividade do mito hoje. Um desses comportamentos é a imitação de modelos. Imitar modelos indica desprazer com a história pessoal, uma tendência para se transcender o momento histórico e recuperar o início do tempo, quando tudo ainda era perfeito. A busca pela saída da

história, por viver num outro ritmo temporal também indica um mito ativo. Essa saída da história é detectável nos comportamentos de lazer, na apologia ao tempo lento, nos modismos como o *slow food*, mas hoje talvez a maior indicação dessa saída da história seja o entretenimento audiovisual – o que seria mais eficaz para matar o tempo do que maratonar uma série? Eliade (2000, p. 27) diz que o espetáculo é por excelência o tempo concentrado do mito, mesmo se não levarmos em conta as origens rituais dos espetáculos contemporâneos, é sempre “[...] um tempo totalmente diverso da duração profana, um ritmo temporal concentrado e ao mesmo tempo partido que, para além de toda implicação estética, provoca uma profunda ressonância no espectador”.

Em suma, e aqui já me encaminho para a finalização de minha fala, toda saída do tempo, toda fuga da história é nostalgia do tempo primordial, do início do tempo, quando os deuses ainda viviam entre nós e o mundo era perfeito. A saudade da nossa união com a natureza e o cosmos se revela na angelização do selvagem, na figura do bom selvagem, um ser que jamais entra em conflito com a natureza, já que ela é sua mãe. Existe uma degradação desse mito porque esquecemos que a natureza, nossa mãe, pode ser também muito cruel. Na verdade, a natureza é apenas a natureza, ela está ligando muito pouco para o que fazemos contra ela, ela não se vinga de nós, ela apenas busca seu próprio equilíbrio. Pensar na natureza como mãe é um comportamento infantil, que guarda a expectativa de uma recompensa por suas boas ações.

O bom selvagem idealizado pelos povos que se acreditam civilizados também cultiva o mito do bom selvagem, que nada mais é do que a fé na perfeição original. Wunenburger dizia semana passada, nesse evento, que não é possível tomar os indígenas da Amazônia como exemplo para moldar nosso comportamento, e isso não apenas porque não é mais possível voltar atrás nos avanços tecnológicos e industriais, mas eu diria que sobretudo porque tomar os indígenas da Amazônia como exemplo de união com a natureza significa mais uma vez romantizar a vida desses povos, como se eles não estivessem sujeitos às dificuldades da vida na Terra já que escaparam dos castigos da grande mãe. Fazer isso é escapar da nossa responsabilidade, é colocar nos ombros dos povos nativos a responsabilidade pela receita que vai nos salvar dos erros que nós cometemos.

É certo que os comportamentos míticos se prolongam hoje, mas não é possível afirmar que os mitos conservam o papel pleno que tinham nas sociedades tradicionais. Hoje, não conseguimos mais lembrar do que aconteceu no início dos tempos; não temos rituais eficazes para nos transportar a esse início. Os gestos cotidianos que chamamos hoje de rituais não são rituais plenos porque não são capazes de fundar de novo o mundo. É preocupante colocar shoppings centers no lugar de templos; telas no lugar dos totens; chamar de avatar um pequeno ícone padronizado que toma nosso lugar no perfil de uma rede social. Esses são pequenos comportamentos coletivos que reverberam o que ocorre no cenário

político. Eles de fato tomaram o lugar de honra que o mito ocupava nas sociedades tradicionais, mas não conseguem desempenhar o seu papel. Os fanatismos, os sectarismos de todos os tipos, os negacionismos são resultado do fechamento dos espíritos para a complexidade e plenitude mítica. Afirmar a continuidade do mito hoje não é negar o estágio civilizatório em que nos encontramos e sim reivindicar para o mito uma atualização que lhe dê espaço para exercer seu papel de regulador do psiquismo coletivo.

Assumir os limites da razão é uma reivindicação dos estudos do imaginário, mas nem sempre sabemos o que fazer quando esses limites são finalmente admitidos por nossos pares. Há estudos cognitivos que já mostram que a razão se desenvolveu na espécie humana para atender problemas colocados pela vivência em grupo e que, portanto, é a isso que a razão responde, e não exatamente a fatos, como desejaria o pensamento científico. É aí que encontra justificativa o hábito mental chamado de viés da confirmação, que é basicamente rejeitar informações que contradizem nossas crenças porque isso poderia prejudicar nossa inserção no grupo. A bolha social não surgiu com as redes. Desde sempre, o ser humano precisa colaborar com o grupo, e um dos jeitos de fazer isso é concordando com ele, porque isso protege sua própria sobrevivência. Sendo uma característica evolutiva, esse procedimento pelo viés da confirmação precisa mudar porque as nossas características ambientais não são mais as mesmas de quando esse comportamento surgiu. No entanto, sabemos que a

velocidade adaptativa é muito mais baixa do que a velocidade das mudanças ambientais trazidas pelo processo civilizatório. É por isso que continuamos a rejeitar o que contraria nossas crenças mesmo que, hoje, isso signifique colocar em risco a sobrevivência do grupo, como é o caso na disseminação de medicamentos duvidosos para curar a covid ou na rejeição à vacina. Por mais que se apresentem argumentos, quem acha que a vacina vai causar autismo e que cloroquina cura covid vai continuar achando. Do mesmo jeito que comer o máximo possível quando encontramos alimento fazia sentido naquele estágio civilizatório em que faltavam alimentos, continuamos a fazer assim mesmo diante da oferta contemporânea de alimentos hipercalóricos e de digestão fácil. Comemos como se nunca mais fosse possível fazer isso.

Claro que dá para mudar esses comportamentos, mas não é simplesmente através de argumentos que isso vai acontecer, porque a própria razão precisa se adaptar às novas circunstâncias. A ciência continua acreditando na supremacia da razão, mesmo tendo encontrado evidências de que não são os fatos que mudam as opiniões – e a continuidade dessa crença na razão corrobora o fato que a própria ciência descobriu, de que os fatos não mudam opiniões.

Com a onipresença das comunicações digitais, muito se falou sobre a realização do projeto iluminista do conhecimento universal, pois finalmente o conhecimento estaria acessível a todos. Hoje, sabemos que o viés da confirmação, aquilo que nos mantém na

nossa bolha social, continua muito bem, obrigada. A ampliação do acesso às informações ampliou também o acesso às informações que confirmam o que já sabemos, e essa confirmação inunda o nosso cérebro de dopamina – para quem deseja a confirmação científica, sim, existem outros estudos cognitivos que mostram isso. É bom saber que estamos certos, e agora existem muitas e muitas formas de confirmar nossas crenças iniciais.

Os limites da razão estão dados porque o ser humano é muito mais do que sua própria razão. E a nossa pesquisa com o imaginário tem cada dia mais responsabilidade sobre isso. Cabe a nós fazer uma pesquisa séria sobre o imaginário, compreender em primeiro lugar como esse imaginário está presente em nós mesmos. Reconhecer as imagens simbólicas em nós, pesquisadores, é o primeiro passo para compreender como elas circulam no mundo e dialogar com uma razão limitada por essas próprias imagens.

O fim do mundo tantas vezes anunciado pela religião, é agora também anunciado pela ciência. Talvez seja esse o momento de devolver ao mito o seu lugar de honra. Ou então, de nos lançar no abismo sem volta da terra plana.



## Referências

DURAND, Gilbert. **Introduction à la mythodologie**: mythes et sociétés. Paris, Albin Michel, 1996.

ELIADE, Mircea. **Mitos, sonhos e mistérios**. Lisboa: Edições 70, 2000.

GERVAIS, Bertrand. En quête de signes: de l'imaginaire de la fin à la culture apocalyptique. **Sociétés**, n. 84, 2004/2, p. 13-26. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-societes-2004-2-page-13.htm> Consultado em 20 out. 2020.

LE GOFF, Jacques. **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

OTTO, Rudolf. **O sagrado**. Um estudo do elemento não-racional na ideia do divino e sua relação com o racional. São Bernardo do Campo, Imprensa Metodista, 1985.

# entrevistas

- Este caderno apresenta cinco entrevistas com professores(as) e pesquisadores(as) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS).
- Dentre os temas abordados, conversamos sobre afetos, interações sociais, circulação e arquivamento da informação, jornalismo, ética, perspectivas para o ensino superior e os desafios da pesquisa de campo.

# Afetos, emoções e interações na pandemia<sup>1</sup>

Entrevista com Alê Primo

*Conversar, rir, abraçar, dentre outras formas de interação, são genuínas da vida em sociedade. Tendo em vista os protocolos de isolamento e de distanciamento social, a naturalidade dessas ações se diluiu. Uma conversa, uma risada ou um abraço – que tanto representam o universo das emoções e dos afetos – passam a ser um risco, deslocando-nos ainda mais para as mídias sociais. O interesse em compreender tal deslocamento gerou a presente entrevista com a professora e pesquisadora Alê Primo, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS), especialista em interações mediadas por computador.*

---

<sup>1</sup> Esta entrevista foi respondida por áudio e transcrita para a presente publicação.

*Amor, afeto e amizade. Esse trio faz parte da história da humanidade e preenche os mais diversos dilemas da vida cotidiana. É também um trio de referência dos estudos da área da psicologia. Como traduzi-lo para a perspectiva da comunicação?*

**Alê Primo:** De fato, a questão dos afetos – e aqui vocês listam o amor e a amizade, poderíamos incluir também a felicidade, os conflitos e a raiva – eles tradicionalmente, na comunicação, são criticados como questões típicas da psicologia. E muitas vezes até o termo “psicologizante” era uma crítica a textos, trabalhos e artigos que se dedicavam a colocar em discussão como os afetos se relacionam com interações e com a mídia. Hoje, nós percebemos que não há como pensar a comunicação sem passar pelo registro do emocional. Na verdade, as críticas anteriores vinham de uma perspectiva racionalista, que separa a razão da emoção. E a razão está absolutamente imbricada na emoção. Se a gente for pensar, até mesmo nos debates políticos atuais, eles são marcadamente atravessados por afetos, que, inclusive em uma perspectiva racionalista, poderia dizer até que os argumentos de lado a lado acabam muitas vezes não seguindo uma lógica, não seguindo a razão. Mas assim é o comportamento humano. Ele não é um livro de ciências ou de matemática, ele é sempre atravessado por questões discursivas, religiosas, familiares, de gênero e por aí vai. João Freire Filho (UFRJ) percebe nas obras-referência da comunicação, como

dicionários e enciclopédias, um desinteresse pelo debate do afeto. O que demonstra, para ele, que a emoção, segundo a perspectiva tradicional da comunicação, é relegada ao campo da psicologia. Porém, ainda segundo o autor, as emoções precisam ser percebidas como uma prática cultural e política. A socióloga Eva Illouz é uma pesquisadora muito importante no que se refere a pensar os afetos nos estudos sociológicos. E ela vai defender que as emoções estão para além da psicologia, não são algo que só a psicologia pode estudar e pensar. A Illouz vai entender que os afetos não são pré-sociais e pré-culturais. As emoções estão imbricadas de significados culturais e de relações sociais. Para Illouz (2011, p. 62), “através dos afetos nós pomos em prática as definições culturais da individualidade”.

O antropólogo Daniel Miller, um pesquisador muito importante da antropologia, ao discutir felicidade e mídias sociais defende que a experiência da felicidade depende de fatores particulares, religiosos, culturais, filosóficos, educacionais e temporais. Então, como pensar que os afetos são um tema de propriedade da psicologia? Evidentemente, a psicologia tem uma tradição e todo um aparato teórico-metodológico para estudar os afetos, contribuindo para áreas afins. Mas, como a gente viu até agora, todos esses aspectos sociais, culturais e religiosos, citados aqui, são atravessados por afetos. E a comunicação e os estudos das mídias, incluindo as mídias sociais, são tipicamente marcados por práticas afetivas. Por isso, um pesquisador da comunicação

que deixa essa perspectiva de lado, está adotando uma perspectiva dualista - que separa razão e emoção/afetos -, pensando o mundo de uma maneira absolutamente racionalista e lendo apenas uma fatia parcial do fenômeno.

*A partir da década de 1990, a crescente popularização da internet passou a ser mais um capítulo da história das relações sociais. Quais as principais diferenças provocadas por essa inovação tecnológica?*

**Alê Primo:** Eu comecei a faculdade de Comunicação no final dos anos 80 e uma das bandeiras mais discutidas em diferentes disciplinas era a da democratização dos meios de comunicação. Até então, dizia-se que a liberdade de expressão existia para os donos de jornais. A posse das condições de produção dependiam da disponibilidade de grande capital para se montar um estúdio de TV ou de rádio, ter potentes transmissores ou uma capacidade de impressão e distribuição de impressos para fazer circular jornais e revistas. É claro que existiam mídias alternativas, como *fanzines* e rádios livres, e a possibilidade de circulação de pequenos jornais de maneira mais barata. Só que todos esses meios alternativos tinham uma grande dificuldade de circulação. O *fanzine*, distribuído de mão em mão, tinha o alcance de um comprimento de um braço. As rádios livres também tinham um alcance muito pequeno, muitas vezes também com problemas de som. Então o potencial de resistência das mídias

alternativas era muito limitado e era desproporcional a sua capacidade de chegar ao público com relação à mídia massiva. O grande capital midiático se impunha e as formas de resistência eram bem difíceis do ponto de vista tecnológico. Com a chegada da internet, a popularização do e-mail e, depois, da web, foi facultado a mais vozes poderem se expressar, e com o grande diferencial de um alcance mundial. Se a comunicação de massa dependia de antenas, de máquinas de impressão e uma logística de distribuição, com a internet bastaria então a disposição de um computador para que se pudesse enviar *newsletters*, *e-mails* e, depois, publicação de páginas na *web*.

É claro que no início existia ainda uma dificuldade de acesso a computadores que eram bastante caros, mas com o passar do tempo esse custo foi caindo e o aparecimento dos *smartphones* facilitou não apenas a possibilidade de escrita, mas, fundamentalmente, de publicação de imagens e vídeos com alta qualidade, e com interfaces de edição de vídeo, imagem e som bastante facilitadas, com *software* inclusive gratuitos. Com isso, a diferença que existia entre os profissionais da indústria da comunicação para os amadores foi bastante reduzida a ponto de adolescentes manterem canais no *YouTube*, por exemplo, com condições bastante profissionais, permitindo que este adolescente possa concorrer pela atenção das pessoas. Atenção, que é um bem raro e que não pode ser dividido, como quando uma pessoa deixa de assistir a um programa massivo para assistir a um canal no *YouTube*. Então o adolescente pode

concorrer com a Rede Globo. Se formos agora pensar mais especificamente sobre as tecnologias digitais, e voltando à questão do afeto, a psicóloga estadunidense Sherry Turkle (2011) nos diz que “tecnologia apresenta-se como arquiteta de nossas intimidades”. Mark Deuze, em 2012, vai dizer que nós vivemos na mídia. Quer dizer que tudo que nós fazemos e somos não existe fora da mídia. E hoje, a mídia é ubíqua, ela está em todo lugar. Ela está nos nossos bolsos e bolsas, e parece que se nós não divulgamos fotos e vídeos de uma janta, aquela janta não ocorreu.

Com *Instagram*, *Facebook* e outras mídias sociais, o imperativo é de nós nos expormos e mostrarmos a nossa felicidade contínua e o nosso sucesso profissional. Isso tem repercussões afetivas muito grandes, porque nos impõe uma necessidade de nos mostrarmos sempre bem. E com a frenética publicação dessas atualizações de todos os lados de nossos amigos, familiares e colegas de trabalho, parece que nós estamos sempre numa urgência de estar respondendo aos outros, congratulando os outros e, também, de estar fazendo as nossos publicações para não parecer que a nossa vida é menor, tem menos sucesso e é menos feliz. Isso cria um sentimento que veio a ser apelidado de FOMO (*fear of missing out*<sup>2</sup>), que é este medo de estar perdendo o

---

2 Termo em inglês para tratar do “medo de estar perdendo algo”, referente ao medo de não acompanhar as informações e o ritmo da tecnologia. O termo foi mencionado pela primeira vez por Dan Herman, em 2000.

que está acontecendo. Ou seja, eu preciso estar sempre conectado, o que causa uma grande ansiedade. Isso amplia o que o psicólogo e pesquisador Festinger chama de “comparação social”, que é eu estar comparando a minha vida com a vida dos outros exposta na vitrine digital. E passo também a quantificar a minha felicidade através de curtidas ou número de seguidores e inscritos.

Então, as mídias digitais vieram para permitir uma liberdade de expressão maior de todas as vozes, tanto das vozes dos movimentos de resistência aos governos autoritários e reacionários, mas também supremacistas e preconceituosas, com um debate que nem sempre é racional ou de deliberações respeitadas. Mas ao lado dessa possibilidade de discussão política, há também toda essa questão de uma disputa afetiva, uma disputa de quem se mostra melhor, quem é mais feliz e quem tem mais sucesso na sua carreira. Isso tem discussões, obviamente, que importam à psicologia, que toca a ansiedade e a depressão, mas também torna-se uma fonte de renda para as plataformas, que são as empresas que disponibilizam essas mídias sociais. Cria-se também todo um mercado para (o que veio a se chamar de) influenciadores digitais, que transformam a sua presença na internet em uma profissão. Parece que, de certa maneira, vulgariza o mundo das celebridades e que há um desejo de tornar-se uma celebridade, como alguém famoso que vai transformar sua fama em negócio. E isso, além da concorrência com a mídia de massa, também traz uma concorrência entre as pessoas, uma disputa de belezas

e entre carreiras. A gente vai ver na sequência como esses aspectos acabam repercutindo numa situação de isolamento social, onde as pessoas tem como possibilidade de interação apenas a mediação tecnológica.

*Além das transformações causadas pela internet e pelas mídias sociais, testemunhamos um acontecimento sem igual: a pandemia de covid-19. Em recente estudo publicado na revista Comunicação & Inovação (v. 21, n. 47, 2020), você investigou os padrões afetivos e conversacionais durante o período de isolamento social. Como os usos de mídias sociais neste contexto específico da pandemia indicam algo novo para os relacionamentos?*

**Alê Primo:** Essa pesquisa traz resultados de uma *survey* que foi respondida por 725 pessoas. Lamentavelmente, nesse período já somavam 4 a 5 meses de isolamento, onde estávamos tentando entender o que era essa pandemia de Covid-19 e qual era sua gravidade, o comércio estava fechado e os alunos de todos os níveis fazendo aulas em suas casas, numa situação nova tanto para professores, quanto para outras pessoas que passaram a trabalhar em *home office*. Lamentavelmente, essa situação de isolamento mostrou-se um momento importante para nós pesquisadores avaliar como as mídias sociais estavam sendo utilizadas para satisfazer a necessidade de interação e permitir que, apesar do distanciamento físico, amigos, familiares e, até, cônjuges pudessem manter os relacionamentos em andamento. Sempre se disse que as mídias digitais facilitam

a aproximação das pessoas mesmo em distanciamento espacial e temporal. Eu digo “lamentavelmente” porque o mundo inteiro foi aprisionado em suas casas, inviabilizando que as pessoas circulassem, se visitassem e se abraçassem. Mas isso mostrou também uma oportunidade importante para pesquisadores do mundo inteiro avaliarem o potencial interativo e afetivo dessas mídias sociais.

Como eu vinha estudando há muitos anos os relacionamentos mantidos com o apoio de mídias sociais e, recentemente, me dedicando mais à questão da amizade e o desenvolvimento de relacionamentos amorosos, eu direcionei a minha pesquisa para essa nova situação. Primeiramente, eu queria avaliar quanto as pessoas perceberam que o seu uso das mídias sociais aumentou, ou se diminuiu. Pude perceber que 37,1% das pessoas entrevistadas disseram que o seu uso de mídias sociais durante o isolamento social aumentou muito e 34,2% disseram que aumentou um pouco. Então é possível comprovar aquilo que poderia parecer óbvio: o incremento do uso das mídias sociais, que passa a ser a única (ou a principal) forma de interação. Essa pesquisa também teve o interesse em avaliar como as pessoas percebiam a sua felicidade e seu estado emocional antes e durante a pandemia. Antes da pandemia, 48,7% das pessoas entrevistadas se julgavam felizes e durante a pandemia há uma queda significativa em que 18,9% das pessoas se julgavam felizes. Se antes da pandemia apenas 5% se julgavam tristes, durante a pandemia 26,6% das pessoas

responderam que estavam tristes. A pesquisa também conduziu diferentes cruzamentos de idade e escolaridade, e também da percepção particular sobre seu estado emocional e o volume de uso das mídias sociais. O que os resultados mostraram foi que o uso dessas mídias aumentou, não apenas de *Instagram* e *Facebook*, como também do uso de videoconferências, como *Skype*, *Meet* e *Zoom*, para a relação com amigos, familiares e cônjuges.

Antes havia até um certo constrangimento em uso da videoconferência para relações pessoais, em virtude até mesmo da própria estética, de ter que se arrumar para aparecer em vídeo, mas esta foi uma forma de interação que tornou-se mais comum, incluindo as pessoas de mais idade, por serem um grupo de risco e mais vulnerável aos efeitos mais trágicos da Covid-19. Isto porque as pessoas da terceira idade precisavam ficar absolutamente isoladas sem ver seus filhos e netos, então as videoconferências se tornaram a principal forma da manutenção desses relacionamentos afetivos.

*No mesmo estudo, 47,4% dos entrevistados da amostra se dizem muito tristes quando se deparam com publicações de outras pessoas sobre as dificuldades da pandemia. Como você analisa esse dado também tendo em vista a conjuntura pré-pandemia em que muito se falava sobre as comparações em mídias sociais, em especial, no Instagram?*

**Alê Primo:** Como eu já havia comentado, o fenômeno chamado de FOMO, já vinha sendo bastante discutido, pelo uso muito

intenso de publicações baseadas em imagens, como no *Instagram* ou *Facebook*, onde as pessoas mostram fotos e vídeos jantando nos melhores lugares, pratos muito saborosos, acompanhadas de pessoas bonitas. Essas *selfies* são publicadas diariamente por um conjunto de diferentes pessoas que você segue, pois não quer dizer que a mesma pessoa está todos os dias nos melhores restaurantes), então você está sempre vendo pessoas felizes, sendo promovidas, dando palestras para clientes importantes e conquistando novos clientes. E uma possível impressão que você tem é que as pessoas dos seus círculos de amizade e profissional estão sempre felizes e estão em uma situação profissional melhor que a sua. Esta prática chamada por Festinger de “comparação social” pode causar grande ansiedade e, no limite, depressão, por estar comparando a sua vida com a vida dos outros. Ou seja, a minha felicidade fica dependente da minha percepção da felicidade dos outros. E o FOMO, que eu falava antes, é essa sensação também de grande ansiedade, porque tanto coisa está acontecendo e você está perdendo. Tantos eventos, tantos encontros e tantas relações que você não está participando, porque você não foi convidado ou porque você não teve tempo. Tantas informações e tantas coisas acontecendo no mundo e você não consegue acompanhar. Mais uma vez, este não é um fenômeno que deve ser estudado apenas pela psicologia. Este é um fenômeno midiático. E à medida que nós estamos estudando as práticas sociais mediadas por diferentes tecnologias, nós não podemos deixar de prestar atenção

em como as relações sociais são impactadas por essa conexão constante através de tecnologias ubíquas, pelas quais nós vemos o mundo e nos vemos.

Então, ao cruzar os dados de como as pessoas se viam, no ponto de vista afetivo e do seu estado emocional e bem estar, como o que vem e leem as mídias sociais, nós percebemos que muitas pessoas se mostravam muito tristes com a percepção de que outras pessoas também estavam sofrendo na pandemia. Isso demonstra uma empatia, uma questão de percepção de sofrer em conjunto, mas também que a percepção individual que se tem do mundo é de um momento de sofrimento coletivo. Ao ligar a televisão vemos noticiário com, principalmente, notícias do avanço da doença no mundo inteiro e a impossibilidade até de pegar sol, passear com as crianças e ver pessoas diferentes, e isso tem um impacto emocional muito grande. Por outro lado, as interações através de mídias sociais se mostraram uma importante forma de dar conta do isolamento físico. O abraço, o toque e estar junto são importantes e têm um impacto sobre as emoções muito grande. Mas as conversações, nas quais a gente pode ver as pessoas como em uma videoconferência, por exemplo, permitiram minimizar esses efeitos de entristecimento pelo isolamento social.

E fica a pergunta: como poderia ter sido essa pandemia mundial sem o apoio das mídias digitais? Inclusive, no final do questionário, tinha uma pergunta aberta, que vai ser discutida em outro artigo, sobre como as pessoas imaginam que teria sido a

pandemia na hipótese, fantasiosa, da ausência das mídias sociais. Era uma pergunta até mesmo ousada, mas que buscou ir além da questão mais óbvia de que como as mídias sociais foram proveitosas. A opção pela negativa, de como teria sido sem as mídias sociais, permitiu que as pessoas se aprofundassem, também, sobre como essas mídias digitais foram importantes para ultrapassar o isolamento imposto pelo perigo da transmissão do vírus. Já sabíamos que nunca o mundo havia interagido compartilhado tantas informações, imagens e vídeos. E já sabíamos do impacto disso no dia a dia, no cotidiano das pessoas no trabalho e na educação. Com a pandemia e o isolamento social, nós podemos realmente ver como o mundo seguiu a sua marcha, com muitas dificuldades, mas permitiu que os relacionamentos, que a educação seguissem, mesmo que com muitas perdas. Muitos empregos foram perdidos, muitas empresas fecharam. A economia sofreu demais, mas as mídias permitiram que muitos trabalhos pudessem ser mantidos. E sabemos que, após a pandemia, o *home office* (ou trabalho remoto) será uma opção de muitas empresas que perceberam que é uma alternativa viável. Por outro lado, precisaremos observar como isso contribuirá também para uma maior precarização do trabalho.

*A coleta dos dados empíricos da pesquisa citada acima foi realizada em agosto de 2020, cinco meses depois do agravamento dos casos Brasil, que ocorreu em março de 2020. Por que esse recorte?*

**Alê Primo:** O questionário foi distribuído, digitalmente, em agosto de 2020 em virtude da organização da pesquisa, dos estudos que antecederam e da preparação do próprio instrumento, que também foi testado. Eu corri para fazer a distribuição em agosto porque era o momento de afrouxamento do isolamento e era muito importante fazer essa pesquisa com as pessoas ainda em restrição de circulação, apesar de que até seria melhor ter esperado um pouco mais. É claro que hoje, já com as respostas dessa entrevista, a pandemia ainda segue, mas as escolas, em sua maior parte, já retornaram aos encontros presenciais, as ruas, os salões de beleza e os shoppings já estão, mais uma vez, com bastante circulação. Mas naquele momento ainda se podia investigar os impactos da baixa circulação de pessoas, do número muito pequeno de encontros e do trabalho em casa. Uma das respostas abertas que recebi através do questionário foi que tanto o lazer quanto o trabalho aconteciam na frente de uma tela. Isto é, depois do trabalho ou da escola, durante todo dia, o relaxamento acontecia também nas telas - no *Instagram*, *YouTube* ou *TikTok* -, o que causa um cansaço e uma estafa de estar sempre sentado ou deitado, mal posicionado, e que também exige dos olhos e da atenção. Essa foi uma das vantagens de poder fazer essa pesquisa ainda em agosto

de 2020, quando as pessoas estavam saindo muito pouco de casa, basicamente para supermercado e farmácia. Ainda eram também os primeiros meses dessa pandemia mundial, em que não se sabia sobre ela ou seus tratamentos. Então este é um registro muito importante de um momento histórico da humanidade, que essa pesquisa pode investigar e descrever.

*Em debates valorativos sobre os usos de mídias sociais, há quem faça uma avaliação crítica e pessimista sobre as interações sociais, assim como temos simpatizantes dos impactos da internet para a qualidade das relações. De que maneira o debate pode ser aprofundado para além do antagonismo?*

**Alê Primo:** De fato o debate sobre o uso intenso de mídias sociais é bastante polarizado. Enquanto de um lado defende-se a liberdade de expressão, a possibilidade de entrar em contato com pessoas ao redor do mundo e de estar sempre bem informado com leitura direta de fontes primárias, existe uma outra perspectiva diametralmente oposta que vai entender que o uso intenso de mídias sociais diminui a empatia das pessoas, em virtude de mensagens muito breves e diretas, até mesmo sem saudações iniciais e despedidas. E que em vez de fomentar o debate democrático, a troca de ideias e o respeito às diferenças, o uso das mídias sociais favorece as trocas violentas de mensagens, as ofensas protegidas pelo anonimato, ampliando a ansiedade e quadros depressivos em virtude de processos de comparação social. Como eu comento

no segundo artigo (que está no prelo), não existe um consenso sobre esse debate.

O que se sabe é que não é a tecnologia que causa esses comportamentos e estados emocionais; essa seria uma perspectiva de determinismo tecnológico. Essas práticas e sentimentos tem múltiplas causas. Bayer et al (2018), que eu cito no segundo artigo, dizem que não existe um “Efeito *Facebook*”, isto é, que o uso do *Facebook* por qualquer pessoa, em qualquer lugar e a qualquer momento impõe as mesmas consequências. Isto tudo vai depender de quem usa, onde usa e como usa. Não é o *Instagram* que faz uma pessoa ficar deprimida. É claro que tem questões pessoais, familiares e religiosas anteriores que podem fomentar para que este tipo de procedimento ocorra. O que se pode perceber numa situação tão radical, como essa de isolamento, é a impossibilidade de interação presencial. Sendo o homem um animal social, para usar esta máxima, como manter a sanidade mental sem os encontros, trocas de ideias e suporte afetivo? E o que se percebeu é que essa questão do suporte emocional pode ocorrer através da internet, como também, as pessoas com a tendência maior a entristecer-se, vieram a entristecer mais ao perceber o sofrimento de outras pessoas.

Por outro lado, as pessoas mais gregárias, e até as gerações mais novas, já acostumadas com a grande interação através da internet, encontraram uma forma viável de sobrepor-se à impossibilidade de encontros presenciais. Então não há uma

resposta única para qual é o impacto das mídias sociais sem que isso incorpore estudos que observem a situação caso a caso. O Daniel Miller, antropólogo inglês que eu já mencionei, fez um estudo em diversos países do mundo, como China, Índia, Brasil e Itália, e perguntou se as mídias sociais permitiam que as pessoas fossem mais felizes ou mais tristes. É claro que esta é uma pergunta bastante radical, que envolve muitas questões, mas é interessante que as pessoas na China industrial (diferente da rural), que trabalham muitas e muitas horas e vivem ao lado das indústrias, sem a possibilidade de grandes interações, manifestaram que as mídias sociais as faziam mais felizes. Então a gente percebe como a situação vivida por cada pessoa e cultura tem um impacto emocional que não pode ser generalizado para todo tempo e lugar.

*Nos últimos anos, observamos a intensificação dos usos de alguns termos para classificar comportamentos nas mídias sociais, a exemplo de “cultura do cancelamento” e “tribunal da internet”. Como esses termos e outros similares representam a nossa realidade social e cultural, sobretudo em tempos de pandemia?*

**Alê Primo:** João Freire Filho fala muito sobre os “tribunais da internet” e isso também é tema de conversas cotidianas, artigos científicos e matérias jornalísticas, e se refere à chamada “cultura do cancelamento”. Inicialmente, os profissionais de marketing digital e analistas do mercado alertaram às marcas

de sua responsabilidade social, para ter uma boa e responsável atuação com seus consumidores, já que os seus clientes podem se organizar e denunciar problemas com produtos, vindo, até mesmo, a boicotar essas marcas pela chamada “cultura do cancelamento”. A influenciadora digital Gabriela Pugliesi é um exemplo disso. Ela tem milhões de seguidores no *Instagram*, atua nisso que se chama de “mercado fitness” e já foi várias vezes autuada pelo CONAR e por conselhos de nutricionistas e de educação física. Durante a pandemia, ela promoveu uma festa e divulgou vídeos do acontecimento. Ela foi muito criticada por isso e perdeu milhares de seguidores, a ponto de ter que tirar sua conta “do ar” para evitar que perdesse ainda mais seguidores. Isso também prejudicou contratos publicitários. Por outro lado, a cultura do cancelamento mostra, muitas vezes, um certo comportamento moralista das pessoas e uma facilidade de criticar, prejudicar e punir outra pessoa. Então, deixar de seguir alguém é um protesto legítimo e importante. Isso também mostra como o anonimato, que é uma proteção atrás de um perfil na internet, permite que as pessoas se sintam como inquisidores e julgadores, não apenas agora, através do *Instagram*, mas também antes, pelo *Facebook* e *Orkut*. Como no caso do namorado que divulgou um print de sua namorada o traindo, conversando com um professor, e isso fez com que muitas pessoas fossem ao perfil dessa moça para acusá-la, inclusive com palavras de baixo calão. Como se todas as pessoas ali criticando tivessem sido santificadas e pudessem fazer julgamentos e efetuar punições,

num caso que não lhes diz respeito e que nem conhecem os protagonistas.

Ainda que a “cultura do cancelamento” possa ter um impacto positivo no mercado, diante das marcas, também não merece ser saudada, porque demonstra como, apesar dos públicos exigirem por liberdade de expressão, muitas vezes essas pessoas estão prontas para castigar outras pessoas que não conhecem, nem sabem em que fenômeno estão envolvidas. Mesmo assim, nós não podemos, a partir disso, defender a censura ou o fim do anonimato, porque a própria possibilidade de manifestação sem uso do nome real é um importante meio de resistência. Imagina se num regime autoritário, todos os protestantes precisassem colocar o número da sua identidade. Isso beneficiaria o ditador. Logo, nós não podemos pensar que se ocorre um caso de abuso sexual em uma praça, todas as praças deveriam ser fechadas. Nós temos que continuar defendendo a expressão e as trocas. E a questão do anonimato é uma importante defesa do movimento *hacker* para que se possa, por exemplo, fazer denúncias. Imagine toda perseguição e ameaças ao Julian Assange, por ter revelado documentos sigilosos que demonstravam práticas autoritárias de muitos governos, que foi chamado de *WikiLeaks*. Como se em qualquer manifestação contrária a um governo, nós pudéssemos ser punidos e enquadrados em uma lei de cessamento de expressão, como vem acontecendo recentemente.

*Como você percebe a ocorrência do fenômeno dos influenciadores digitais em diferentes plataformas? E como isso funciona com públicos de diferentes gerações?*

**Alê Primo:** Com todo fenômeno de influenciadores digitais, nós podemos colocar em discussão o aprofundamento da cultura das celebridades nas últimas décadas a ponto de que toda essa admiração que nós temos por pessoas famosas - das mídias, dos esportes, da política - faz com que nós também sonhemos em ser celebridades. O *slogan* original do *YouTube* era “*broadcast yourself*”. *Broadcast* é o termo em inglês para transmissão em massa, típico do rádio e da televisão, e que também serve como um verbo. Então o *slogan* significa transmita o seu *self*, ou transmita-se. Transmitir no sentido de grande alcance. E numa cultura egocêntrica, que vem sendo fomentada também pela grande mídia, nós percebemos que hoje até mesmo crianças tem canais no *YouTube* ou perfis no *Instagram* e *TikTok*, e que muitas vezes tem até milhões de seguidores e visualizações nesses vídeos e imagens, o que são números massivos, que inclusive colocam em questão o próprio conceito de massa. Já não se faz massa como antigamente (*risos*).

A gente poderia dizer que se no passado a televisão era um meio de comunicação de massa, nós não podemos dizer o mesmo do *YouTube*, por exemplo. O *YouTube* tanto pode atrair uma massa, como ser utilizado de modo privado para compartilhar um vídeo

da formatura de uma criança, apenas para parentes, ou até, simplesmente, para guardar um vídeo na internet. Claro que a massa é amorfa, não se comunica e não se organiza, enquanto no *Instagram*, *YouTube*, *Facebook* e *TikTok* há a possibilidade de comunicação, conversação, troca e comentários. Ainda que nem sempre essas conversações vão muito longe: às vezes os comentários ficam soltos e, eventualmente, há um pequeno debate, possivelmente até com o próprio *youtuber* ou *instagrammer*. Na medida que um influenciador digital vai ficando muito famoso e tendo uma audiência muito grande, ele próprio não consegue manter a sua interação com os seus seguidores e fãs, porque tem outros afazeres, como manter reuniões, estabelecer contratos e produzir conteúdos para diferentes plataformas. Então muitas vezes os influenciadores digitais acabam tendo equipes para até mesmo responder comentários em seu nome. Esse é o sonho de muitas pessoas, de poder transformar a sua presença digital em um negócio, em algo que seja rentável. E as próprias plataformas incentivam isso, porque quanto mais audiência um *youtuber* ou um *instagrammer* atrair, mais propagandas são vendidas e anúncios são visualizados. A minha filha, que hoje tem 10 anos, há vários anos já tem o seu canal no *YouTube* e publica também no *Instagram* e no *TikTok*, e ela tem um desejo, como muitas crianças, de se tornar famosa.

Na verdade, as crianças do passado também sonhavam em ser cantoras e atrizes, só que hoje a percepção da necessidade

contínua de conteúdo e o potencial rentável disso é muito mais palpável entre elas. E, como eu já comentei, o ferramental tecnológico para captura, edição e circulação de imagens e vídeos dessas informações é mais facilitado. É mais fácil de se produzir conteúdo hoje. Muito mais fácil do que no passado, quando os equipamentos exigiam que profissionais os operassem. As próprias plataformas incentivam que as pessoas abram suas casas e seus quartos, façam vlogs. O *YouTube*, abertamente, incentiva a produção de vlogs nos materiais que divulga para as pessoas que produzem conteúdo lá. A minha filha fala em fazer *vlogs*. Mas o que acontece é que em vez da vida ser simplesmente vivida e curtida em seus momentos, ela passa a ser um material com potencial de rentabilidade. A vida passa a ser uma fonte de informações para publicação e de renda. Então, uma janta não é só uma possibilidade de encontrar amigos, de rir e de contar novidades, mas um cenário pronto para fotos e vídeos a serem publicados em plataformas digitais visando a maior audiência possível. Aqui há um exemplo típico do borramento do público e do privado, e uma mercantilização do cotidiano.

Tem um artigo que falei sobre a industrialização da amizade, sobre como as plataformas digitais, como o *Facebook*, oferecem um espaço gratuito, de grande qualidade e estabilidade para que nós compartilhemos informações pessoais das nossas vidas e da vida dos nossos amigos, para que isso seja transformado em perfis vendáveis para anunciantes que querem atingir públicos

segmentados. Hoje, as mesmas pessoas que criticavam a quantidade de comerciais que havia no meio da novela, do telejornal ou em outros lugares, sonham em ter anúncios em suas publicações para que possam ganhar dinheiro com isso. A gente poderia colocar em discussão se de fato o capital sempre vence e se a autonomia do capital, que não dá bola para bandeiras e culturas, quer fundamentalmente se multiplicar. E que acaba atingindo seu ápice na cibercultura quando existe uma tolerância muito maior à propaganda, como, por exemplo, vídeos de *unboxing*, que podem durar 30 minutos, o que comparado com os 30 segundos da televisão e do rádio é realmente um latifúndio mercadológico. Há uma tolerância e uma vontade de produzir e expor a sua própria vida para que ela possa ser um produto. Assim, transformo o meu self em uma mercadoria. Isso, claro, tem relação com a cultura das celebridades e com a história do capitalismo.

A liberdade de expressão, que a gente sempre defendeu na mídia, não tem apenas um cunho político, mas aqui, talvez, uma grande vulgarização do marketing, onde até uma criança jovem consegue perceber como transformar a sua vida cotidiana em um produto. Inclusive vemos famílias, que com suas crianças de grande carisma que atraem audiência na internet, passam a ser seus funcionários, ou a fonte de renda da família. Tem toda uma questão ética aqui que também merece ser discutida. Maria Clara Monteiro, do nosso grupo de pesquisa, identificou isso e em seu livro que coloca o tema em discussão.

*Considerando historicamente o impacto de diferentes tecnologias das últimas décadas, que tendências podem ser percebidas nas relações humanas para os próximos anos?*

**Alê Primo:** Esta é uma questão difícil de ser respondida com precisão, pois envolve hipóteses sobre o futuro. Não há dúvida que sairemos desta pandemia muito diferentes de quando entramos. Não apenas em relação à educação a distância, o trabalho remoto e ao uso de mídias sociais para interações por texto e vídeo. Mas as formas de relacionamento também terão sido bastante impactadas. Já ouvi apostas que as pessoas estarão mais responsáveis e reflexivas quando deixarem o isolamento. Tenho dúvidas sobre esta expectativa otimista. Após grandes crises e guerras já se observou o desejo de aproveitar intensamente os prazeres da vida. Até o fenômeno do *baby boom* nos Estados Unidos ocorreu após a grande guerra. Hoje os tempos são outros. Não penso que teremos um aumento súbito da natalidade. Mas acredito que haverá uma busca intensa por tudo que envolva experiências em grupo, como grandes eventos (ex.: festivais de música), festas e turismo. Talvez aplicativos como Tinder conquistem ainda mais popularidade. Ou seja, imagino que todas as práticas que antagonizem com o isolamento serão buscadas. Depois de dois anos de reclusão, suponho que teremos um período de grande intensidade em tudo o que envolva aglomerações e as diferentes formas de entretenimento *offline*. Será que o uso de mídias sociais cairá em

benefício de atividades *offline*? Como haverá mais encontros longe das telas, certamente o tempo de conexão terá um decréscimo. Por outro lado, não penso que as pessoas deixarão de publicar fotos e vídeos de suas vidas cotidianas. Pelo contrário, estarão celebrando tudo o que fazem longe de casa. E essa celebração também passará pelas mídias sociais.

## Referências

ILLOUZ, Eva. **Amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

TURKLE, Sherry. **Alone Together: Why We Expect More From Technology and Less From Each Other**. New York, Basic Books, 2011.

BAYER, Joseph et al. *Facebook* in context(s): Measuring emotional responses across time and space. **New Media & Society**, v. 20, n. 3, p. 1047–1067, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444816681522>.

PRIMO, Alex. Industrialização da amizade e a economia do curtir: estratégias de monetização em sites de redes sociais. In: Lídia Oliveira; Vania Baldi. (Org.). **A insustentável leveza da web: retóricas, dissonâncias e práticas na sociedade em rede**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 109-130.

MONTEIRO, Maria Clara Sidou. **Crianças e Consumo Digital: A Publicidade de Experiência na Era dos Youtubers**. Curitiba: Appris, 2020.

# Espírito de (re)existência e (re)invenção

Entrevista com Karla Maria Müller

*As universidades congregam um universo de diferenças. São espaços de produção de conhecimentos, mas também de relações sociais, incluindo, as conflituosas. O ano de 2020 marca mais um episódio de aprendizado, ainda que drasticamente desequilibrador. O rápido alargamento da pandemia de covid-19 inviabilizou o que era para ter sido mais um ano letivo, ou seja, mais um ano de diálogo entre ideias, pessoas e experiências. Os significados da suspensão repentina são abordados pela professora e pesquisadora Karla Maria Müller, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS). A entrevista versa sobre os bastidores da crise que, mesmo tão evidente e publicizada, resguarda também o lado invisível do afinco individual e coletivo para fazer funcionar, apesar das dificuldades, uma outra forma de ser e estar na universidade.*

*A pandemia da covid-19 obrigou as universidades brasileiras a suspenderem as atividades presenciais, o que no caso da UFRGS ocorreu já em março de 2020. Qual o principal desafio enfrentado nessa época para que a gestão da Fabico e do PPGCOM pudesse seguir com o mínimo de prejuízos? A UFRGS estava preparada para oferecer o suporte necessário para esse momento de transformação?*

**Karla Maria Müller:** No início da segunda quinzena do mês de março de 2020 fomos surpreendidos pelo avanço da covid-19 entre nós. Tivemos que agir rapidamente e a Fabico, em reunião emergencial ocorrida em 16 de março, da qual participaram representantes dos três segmentos de nossa comunidade – estudantes, técnicos e professores – decidiu por se preparar para a suspensão das atividades presenciais. Foi uma semana bastante agitada, pois professores e técnicos tiveram que se organizar, levar seus materiais de trabalho para casa e comunicar aos estudantes que os encontros presenciais seriam suspensos. Naquele momento, tínhamos poucas condições de realizar um trabalho remoto a contento. No caso dos Programas de Pós-Graduação, como o PPGCOM, já havia alguma experiência neste sentido, mas nem todos estavam preparados para atender todas as demandas virtualmente, fossem elas administrativas, pedagógicas, de ensino, pesquisa ou extensão. A partir de então, iniciamos trocas de informações e mensagens por diferentes canais de comunicação, na tentativa de realizar esforços conjuntos no

intuito de facilitar o trabalho de técnicos e docentes e prejudicar o menos possível as atividades dos estudantes de graduação e pós-graduação.

Se por um lado a estrutura administrativa e pedagógica de nossa Unidade estava pouco preparada para enfrentar as dificuldades que surgiram, por outro, a Universidade, como um todo, apresentou problemas graves no que se refere ao apoio administrativo e tecnológico para que fosse possível iniciarmos as atividades regulares o mais rápido possível, de forma remota. As bancas de qualificação e defesas de teses e dissertações logo foram retomadas, com a participação dos examinadores, orientadores, mestrandos e doutorandos, todos *online*. Quanto às disciplinas, em meados de maio de 2020 iniciaram-se as tratativas para que houvesse atividades virtuais, compensando o tempo perdido e adaptando, ao máximo, as aulas para que fossem ministradas de forma remota. Professores da pós-graduação conseguiram começar a ministrar algumas disciplinas de forma adaptada, as bancas e orientações tiveram continuidade, fazendo com que a pós-graduação fosse pioneira no novo formato, o que foi seguido pelos cursos de graduação, no início do segundo semestre do ano de 2020, com a implantação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) em toda a UFRGS.

*Como foi a adaptação de docentes e discentes para atividades remotas, levando em consideração os níveis de graduação e de pós-graduação? Quais as principais particularidades de cada nível de ensino?*

**Karla Maria Müller:** A adaptação de estudantes, técnicos e docentes ao novo sistema não foi nada fácil. Na graduação, muitos estudantes não tinham condições de acompanhar as atividades de modo remoto por falta de equipamento, sinal de internet e até mesmo material didático-pedagógico como livros, por exemplo; na pós-graduação foi um pouco menos complicado, pois estamos tratando com profissionais já formados, muitos que já estiveram ou ainda estão vinculados ao mercado de trabalho, que também faz exigências neste sentido. Mas mesmo tendo condições um pouco melhores de trabalho remoto e maturidade profissional, não estavam preparados para realizarem todas as atividades virtualmente.

*Além de oferecer condições técnicas para que as atividades remotas pudessem ser desenvolvidas, de que maneira você analisa a situação de outras demandas, como o suporte psicológico para alunos, professores e técnicos?*

**Karla Maria Müller:** A Universidade já pecava (e muito) no quesito apoio psicológico a estudantes, técnicos e docentes. Eram poucas as alternativas que tínhamos disponíveis e podíamos indicar em condições “regulares” para atender nossas demandas.

Com a pandemia e a obrigatoriedade do distanciamento social, muitas questões ligadas à saúde física e mental se arrefeceram, desestabilizando vários membros da comunidade fabicana que solicitam uma atenção especial para que consigam prosseguir trabalhando e/ou estudando de modo satisfatório (pessoal, institucional e social).

*As atividades de extensão também precisaram ser repensadas e ter o formato presencial suspenso - ainda que inicialmente. Como foi essa adaptação para que os projetos pudessem seguir ocorrendo? A direção da Fabico acompanhou e/ou ofereceu suporte para as iniciativas e demandas dos extensionistas?*

**Karla Maria Müller:** Muitos projetos foram suspensos e até mesmo cancelados ou nem oferecidos, mas os extensionistas fizeram esforços para poder propor atividades em novos formatos e até apresentaram novas propostas. Poucos recorreram à Direção da Unidade, mas todas as solicitações feitas e que estavam a nosso alcance foram atendidas, inclusive estimulando e parabenizando iniciativas diferenciadas.

*Dentre as novas práticas adotadas em função da pandemia, não apenas no ensino, mas também no âmbito administrativo, quais aquelas que se revelaram mais produtivas e que devem permanecer mesmo após a volta das atividades presenciais?*

**Karla Maria Müller:** Acreditamos que o formato híbrido será recorrente daqui para a frente, com ou sem pandemia, tanto no ensino, como na pesquisa, extensão e em diversas atividades de caráter administrativo. Nossos docentes e técnicos se capacitaram na aplicação de novas ferramentas e os estudantes estão buscando atualização e recursos para darem conta das exigências do momento da melhor forma e com o menor desgaste possível, mas todos seguem em fase de adaptação. Creio que uma das atividades que será incrementada são as bancas *online*, o que já acontecia parcialmente em nível de pós-graduação, assim como as reuniões virtuais, que evitam deslocamentos físicos, com economia de tempo, facilitando, em certa medida, a participação dos envolvidos independentemente do local onde estejam. Cabe destacar que para isso tomar forma e obtermos resultados positivos, a Universidade precisa se empenhar no sentido de dar condições físicas e materiais que atendam as necessidades dos envolvidos.

*Quais foram os feedbacks que receberam em relação ao ERE da comunidade fabicana?*

**Karla Maria Müller:** A Fabico criou comissões de análise de nosso contexto em meados de abril de 2020 com o objetivo de acompanhar o desenrolar dos fatos, consequências da pandemia, para pensar em alternativas de retomada das atividades, fossem elas a distância ou presenciais. Foram três comissões: duas ligadas aos dois departamentos da graduação (Departamento de Ciências da Informação – DCI, e Departamento de Comunicação – Decom), a terceira comissão estava vinculada aos três programas de pós-graduação sediados na Unidade (Pós-Graduação em Comunicação – PPGCOM, Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPGMUSPA, e Pós-Graduação em Informação – PPGCIN). As três comissões eram paritárias, compostas por representantes de estudantes, técnicos e docentes. Quando ocorreu a implantação do ERE, em meados de agosto de 2020, a comissão ligada aos PPGs já estava se “desfazendo” tendo em vista que as atividades dos Programas tiveram encaminhamentos específicos e encabeçados pelas suas coordenações, atendendo suas especificidades, e estavam dando bons resultados. As duas outras comissões, associadas aos Departamentos, modificaram sua atuação, passando a fazer o papel de acompanhamento ao ERE. Cabe destacar, que desde o início e ainda hoje, quando estamos nos dirigindo para o início do terceiro semestre

em atuação com o ERE, os comentários e avaliações formais e informais vão muito no sentido de destacar a desmotivação dos estudantes da graduação em acompanhar as atividades propostas pelas disciplinas. Acreditamos que o cansaço por estarem muito tempo em frente às telas, a falta de encontros presenciais, com o desenvolvimento de trabalhos práticos e o convívio com colegas e professores, a falta de acesso às dependências da Fabico, como biblioteca, estúdios e laboratórios, e até mesmo do acesso aos Restaurantes Universitários (RUs) está levando muitas pessoas ao desinteresse e desânimo, além disto temos que lembrar que a situação familiar e pessoal está pesando no desempenho de todos.

*Percebemos que toda comunidade fabicana foi impactada pela pandemia de alguma forma, tendo que se adaptar ao ERE mesmo sem as condições necessárias para isso. Como foi para vocês esse processo constante de decisão e adaptação, tendo que escolher o melhor caminho possível para o coletivo, considerando situações individuais tão plurais?*

**Karla Maria Müller:** Todo o período em que estivemos na Direção da Fabico, desde o início da gestão (fins de dezembro de 2016), foi bastante complicado. Primeiro sofremos com cortes nos recursos financeiros, resultantes das ações do Governo Federal em relação às Universidades (de modo específico) e à educação (de modo geral), com reflexos diretos na manutenção de nossa infraestrutura física e tecnológica, na perda de pessoal administrativo (com cargos em extinção sem reposição de vagas), demora

em processos de contratação de novos docentes ou de substitutos (por meio de concurso público ou de temporários), todos estes fatores afetam diretamente nas decisões de um gestor de Unidade e conosco não foi diferente. Para completar, no último ano de nossa gestão, tivemos que enfrentar a pandemia. Apesar de muitas pessoas desconhecem, havia docentes que não tinham uma estrutura de trabalho adequada para darem segmento às atividades laborais todos os dias de suas casas; nossos técnicos, menos ainda. Estes estavam habituados a realizar grande parte de seus afazeres profissionais na Fabico.

Alguns tiveram que iniciar o trabalho remoto utilizando seus aparelhos celulares, outros não tinham sinal de internet satisfatório para assessorarem reuniões e darem encaminhamento a processos. Tudo passou a ser exclusivamente virtual e cada um de sua residência. A todos foram exigidas novas formas de atuação e organização. Além disso, todos – estudantes, técnicos e docentes – precisaram se adaptar, ajustar-se às novas rotinas domésticas, partilhar espaços com familiares, e outros tantos tiveram que ficar isolados, sozinhos em pequenos apartamentos, o que também ocasionou problemas provocados pela falta de socialização. Nós mesmos tivemos que ir até a casa de servidores para saber se estava tudo bem, devido à demora no retorno das mensagens por email ou também por não atenderem chamadas telefônicas. O momento foi e segue sendo difícil para os membros de nossa comunidade. Some-se a tudo isso, o aguardo ansioso

por vacinação e a tristeza que se abateu sobre nós devido à perda de pessoas queridas, conhecidos, amigos e familiares, vitimados pela covid-19 e outros tantos que ficaram com sérias sequelas deixadas pela contaminação pelo vírus. Na Fabico, foram várias ações de solidariedade visando dar suporte financeiro e psicológico a colegas e aos demais membros da comunidade fabicana e universitária, mas muito ainda precisa ser feito.

*Debate-se muito sobre mudanças pós-pandemia. Como você vislumbra o cenário do ensino de graduação e pós-graduação após a superação dessa crise?*

**Karla Maria Müller:** Acreditamos que esta crise e suas consequências irão perdurar por alguns meses e seus reflexos serão sentidos pelos próximos anos. Quanto ao cenário no ensino de graduação e pós-graduação, bem como nas atividades administrativas, de pesquisa e extensão, ficou evidente as desigualdades entre os membros dos três segmentos que compõem a comunidade fabicana. Infelizmente teremos que redobrar nossa atenção para dar condições favoráveis a estudantes, técnicos e docentes para que consigam desempenhar suas atividades da melhor forma possível. As disparidades são imensas e a Universidade precisa se deter em aprimorar iniciativas para que seus trabalhadores possam executar seus afazeres visando seu bem estar e de toda a comunidade universitária por um lado, com resultados importantes para a sociedade, por outro. Nosso trabalho está muito

relacionado com atender pessoas e o resultado que buscamos vai no sentido de melhorar o contexto social, encontrando alternativas e soluções que combatam a desigualdade social, respeitando as diversidades e o ambiente no qual estamos inseridos e do qual fazemos parte. Vivemos um momento que solicita espírito de (re) existência para que possamos nos (re)inventar. A tarefa não está sendo fácil, mas temos que tirar muitas lições desta pandemia e suas consequências. Vários recursos, técnicas e instrumentos dos quais lançamos mão para seguir sobrevivendo deverão permanecer entre nós, outros tantos foram provocados para serem pensados e/ou colocados em prática, propiciando o enfrentamento a adversidades em situações delicadas com as quais não estávamos habituados a conviver. Que todo sentimento de dor e incerteza que tivemos nestes últimos meses sirva de aprendizado para encarar este e outros tantos desafios que estão por vir. Uma das maiores armas que possuímos é a união e a parceria, pois a atuação em equipe se mostra cada vez mais poderosa, confirmando que podemos e devemos nos apoiar uns nos outros, reforçando sentimentos de alteridade, compreensão e respeito.

# Porque falar em arquivamento da web: do cotidiano aos tempos pandêmicos<sup>1</sup>

Entrevista com Moisés Rockembach

*A internet é uma espécie de jovem problemática. Essa invenção transformou significativamente as dinâmicas sociais. As mais diferentes formas de uso geram um universo aberto de possibilidades e, também, de novos desafios, dentre eles, destaca-se o arquivamento da web. O arquivamento da web é um processo que tem a ver com o consumo cotidiano de informação e com as necessidades de preservá-la para o futuro. A preocupação se atualiza em tempos de pandemia, tendo em vista a intensa produção e circulação de informações e, conseqüentemente, a perda de conteúdos nesse fluxo. Nesta entrevista, conversamos sobre ambas as vertentes com o professor e pesquisador Moisés Rockembach, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação (PPGCIN) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

---

<sup>1</sup> Esta entrevista foi respondida por áudio e transcrita para a presente publicação.

*Professor, poderia definir, de forma breve, o que é arquivamento da web, a que público essas iniciativas interessam e como essa tecnologia colabora com a pesquisa científica?*

**Moisés Rockembach:** Se nós formos pensar em uma definição de arquivamento da *web*, poderíamos dizer que consiste em um processo que compreende coletar, armazenar e disponibilizar a informação retrospectiva da *web* para futuros pesquisadores. Esse tipo de processo envolve questões tecnológicas e também questões das humanidades. Então temos um cruzamento de interesses que se relacionam com diferentes campos científicos. Nos interesses das humanidades, de diversos fins, vemos, por exemplo, desde a História, Sociologia, Ciência Política, Comunicação e a Ciência da Informação. Todas estas – e outras – podem utilizar os arquivos da *web* como fonte de pesquisa. Se nós pensarmos como essa tecnologia e esse processo colaboram com a pesquisa científica, na medida que os arquivos da *web* são utilizados como fonte de pesquisa, temos uma falsa impressão de que a *web* é permanente e de que os dados publicados hoje em um site ficam disponíveis por muito tempo. E, na verdade, diversos estudos falam o contrário. Eles citam que o ciclo de vida dos *sites* é muito curto se comparado a outros meios e outros formatos, pois em cerca de 1 ano após a publicação, 80% dos *sites* se perdem - ou seja, perde-se a informação: ou ela é deletada ou se modifica. Isso pode acontecer por diversos motivos,

como perder o *hyperlink*, que é o que conecta o recurso da *web* ao servidor. Então se eu perco a conexão com esse recurso, eu tenho a perda da informação. Esse recurso pode ter sido deletado do servidor, fazendo com que percamos totalmente a informação, ou ele pode ter sido modificado, onde perde-se o conteúdo original. Então existem diversas possibilidades de apagamento da informação de uma forma muito rápida. E como a informação é produzida em um crescimento constante, vamos ao mesmo tempo sobrepondo e perdendo uma parte da memória também, seja ela individual, coletiva ou organizacional. Essas seriam algumas das nossas preocupações. O autor Ian Milligan é um professor que fala sobre isso, dizendo que nós não conseguimos escrever nada da história dos anos 1990 para cá sem a preservação dos arquivos produzidos na *web*.

Neste sentido, podemos observar que no público interessado há o cidadão comum, que tem interesse em alguma informação que está no arquivo da *web*. Isso representa seu direito à informação, o que é muito importante dentro do arquivamento da *web* e da preservação digital. Por exemplo, se algum site se modificou, eu tenho como perceber a modificação ao longo do tempo, a partir de versões. E este público interessado, que vai desde o cidadão comum ao pesquisador, que irá utilizar os arquivos da *web* como fonte de pesquisa, assim como ele utiliza outros tipos de dados primários, secundários, de coleta

de pesquisa e de bibliografia. Então, assim como utiliza dados de repositórios, ele poderá utilizar os arquivos da *web*.

*Tendo em vista o curso desigual do desenvolvimento tecnológico em cada país, como estabelecer critérios justos para avaliar o avanço do arquivamento na web em diferentes regiões do mundo?*

**Moisés Rockembach:** Nós viemos escrevendo sobre isso e percebemos que o *Internet Archive*, que é um dos arquivos da *web* mais famosos, procura preservar a *web* de todo o mundo. Mas nós sabemos que é uma tarefa praticamente impossível e utópica. Isso não quer dizer que a iniciativa não deva perseguir esse objetivo e tentar chegar o mais próximo possível disso. O que acontece é que o arquivamento da *web* é uma atividade extremamente colaborativa e cooperativa. Isso significa que quanto mais iniciativas de preservação digital houverem, maior será a cobertura desses conteúdos. Então nós percebemos que determinadas iniciativas vão cobrir um escopo de um determinado domínio, como um domínio nacional, por exemplo, e outras vão, assim como o *Internet Archive*, procurar cobrir todos os domínios do mundo. Mas se percebe também que há uma incidência sobre alguns *sites* em detrimento de outros. Se nós formos comparar, por exemplo, um site de um jornal como da *CNN internacional*, com um site jornalístico brasileiro, nós vamos ver a diferença de cobertura em relação a versionamentos. Eu cito um exemplo de *site* de notícias, que é um tipo de conteúdo da *web* que atualiza

constantemente. Então é importante que existam iniciativas nacionais que cubram esses conteúdos e iniciativas que preservem as memórias organizacionais, e que os indivíduos preservem sua própria memória. Aqui nós temos diversas questões que podem ser levantadas novamente, como o fato desta falsa impressão de que o que está na *web* está sempre disponível. Entretanto, como disse anteriormente, diversos estudos apontam que, após um ano, 80% dos conteúdos acabam se perdendo ou modificando-se. Se nós olharmos para os conteúdos das redes sociais, nós também não temos uma garantia de que essas informações vão estar disponíveis durante todo o tempo, porque simplesmente não é o objetivo da empresa que gera a rede social preservar esses conteúdos.

Então essa é uma questão que nós devemos pensar, assim como as características próprias nacionais, fazendo uma avaliação sobre os conteúdos brasileiros e sobre o que deve ser preservado. Acho que isso daria um certo equilíbrio de cobertura de conteúdos, que não há hoje em dia, mas, que de certa forma, nós estamos procurando perseguir em termos de pesquisa científica e iniciativas nacionais.

*Em 2017, foi criado o NUAWEB (Núcleo de Pesquisa em Arquivamento da Web e Preservação Digital), sob sua coordenação. Até então, não havia nenhuma iniciativa institucionalizada de arquivamento da web no Brasil.*

*O que motivou a criação do grupo e quais os principais temas de pesquisa trabalhados pelo NUAWEB?*

**Moisés Rockembach:** O grupo remete a essas iniciativas internacionais que vem preservando o conteúdo da *web*. Nós percebemos essa necessidade de fomentar essa discussão em nível nacional e nós estamos desenvolvendo diversas frentes de pesquisa. Atuo como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, ambos da UFRGS, e, nos dois programas, nós estamos trabalhando aspectos comunicacionais e informacionais, ou melhor dizendo, infocomunicacionais, relativos à preservação dos conteúdos na *web*. Um dos projetos que eu posso citar é advindo do pós-doutorado que eu realizei entre 2018 e 2019, na Universidade do Porto, em Portugal, que versa sobre o arquivamento da *web* nas eleições brasileiras de 2018. É interessante perceber que o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais tem uma necessidade de guardar informações relativas a campanhas eleitorais por um curto espaço de tempo. Isso está mais relacionado com os jornais impressos, o rádio e a televisão, mas a internet é o principal campo de discussão hoje em dia e este ambiente digital, que é usado para divulgar as informações, não é contemplado. Por sua vez, o arquivamento da *web* dá conta destes documentos complexos. São diversos formatos de documentos, formas de capturar e formas de reproduzir esses *sites*, ou seja, uma série

de fatores tecnológicos. Também é preciso pensar nas questões de seleção desses conteúdos. Realmente não é uma tarefa fácil, mas é necessária. Diversas organizações do mundo todo vem desenvolvendo a preservação desses conteúdos de eleições. Esta é uma das primeiras atividades que alguns países fizeram e uma das primeiras iniciativas que se põe à frente quando se fala de arquivamento da *web*.

No Brasil, nós não tínhamos isso e, em 2018, eu realizei esse projeto de pesquisa no meu pós-doutorado, para preencher esta lacuna brasileira. Nós preservamos digitalmente e estudamos, sob um ponto de vista teórico e aplicado, os *sites* que fizeram parte das campanhas eleitorais dos treze candidatos à presidência naquele ano. Isso inclui os *sites* oficiais de campanha, alguns *sites* secundários e, também, conteúdos dos partidos políticos relativos à campanha presidencial. Esta é uma atividade que nós pretendemos dar continuidade e expandir para outras eleições e outras esferas. E também possibilitar que esses artefatos de memória nos auxiliem a recuperar as informações porque, se formos verificar, muitas delas já não estão mais *online*. Outros projetos envolvem, por exemplo, o arquivamento da *web* institucional e organizacional, pensando como essa memória é instituída, e também a preservação de conteúdos governamentais. Nós temos algumas dissertações já defendidas no âmbito do PPGCOM e no PPGCIN, em relação ao arquivamento da *web*, que dão conta de mapeamento de públicos para arquivamento

da *web*, de arquivamento da *web* de streaming dos vídeos da campanha eleitoral de 2018, do arquivamento da *web* relacionado a *sites* governamentais e dos aspectos éticos e legais no acesso e uso destes conteúdos. Nós também temos um projeto em nosso grupo que diz respeito a Covid-19. Fomos provocados por essa situação da pandemia, de pensarmos em como nós poderíamos contribuir na nossa esfera de atuação científica.

Percebemos que diversas iniciativas do mundo começaram a preservação de conteúdos relacionados e, então, nós iniciamos em abril de 2020 a cobertura desses assuntos na *Folha de São Paulo*, *Estadão*, *O Globo*, *El País*, *UOL*, *The Intercept Brasil*, *sites* relacionados ao governo federal, entre outros. A gente começa a perceber que, passado um ano, muitos destes *sites* já não estão mais no ar ou tiveram seus conteúdos modificados. Isso caracteriza a preservação urgente da preservação digital, porque se não preservarmos agora, em breve não teremos mais acesso. Esse é um grande problema. Outro projeto que nós estamos executando diz respeito à preservação digital de conteúdos na *web* sobre as mudanças climáticas, no contexto brasileiro, para poder servir de fonte de pesquisa. É algo que possui um grande interesse científico e da população em geral e que vamos percebendo que rapidamente também pode sumir. Todos estas pesquisas e conteúdos tendem a integrar a plataforma do Arquivo da *Web* Brasileira ([www.arquivo.org.br](http://www.arquivo.org.br)), que é a possibilidade de buscar e encontrar no mesmo lugar estes

sites preservados, colaborar com as pesquisas e se atualizar sobre questões de preservação da *web*.

*Desde abril de 2020, o NUAWEB passou a monitorar e capturar páginas da web referentes à pandemia do coronavírus. Quais páginas estão sendo monitoradas e guardadas? Por que preservar esse material?*

**Moisés Rockembach:** Anteriormente acho que consegui responder boa parte dessa pergunta, relacionando alguns *sites* que a gente vem cobrindo ao longo do tempo. Desde abril do ano passado até o presente momento, nós estamos cobrindo esses conteúdos e já percebemos que muitos desses conteúdos se modificaram ao longo do tempo. Quando buscamos uma página não mais acessível, o erro que acontece nem sempre é aquele 404, que é um erro quando tentamos acessar um recurso e este não se encontra da forma como requisitamos ao servidor. Às vezes ele é modificado, então eu tenho perda de conteúdo da mesma forma. Isso pode gerar vários problemas. Temos alguns problemas nos conteúdos informacionais dos *sites* de notícias e governamentais, tenho outros problemas, que tem a ver com o próprio acesso à informação, a transparência pública. Nós precisamos ter a disponibilidade desses conteúdos por diversas questões que tem a ver com transparência e com o próprio exercício da cidadania. Por perceber que a *web* é volátil nesse sentido, nós precisamos preservar esse material.

*O governo brasileiro em suas diversas esferas e suas instituições vinculadas já não seriam responsáveis por guardar esse material e disponibilizar para pesquisa, já que se trata de informação de interesse público sob a guarda do Estado?*

**Moisés Rockembach:** O projeto de pesquisa “Arquivamento da *web* brasileira: políticas de preservação e modelos tecnológicos” é um projeto guarda-chuva para os outros, porque ele compreende esses aspectos macro dentro do arquivamento e da preservação digital. E nossas discussões de grupo vem justamente ao encontro dessa perspectiva, de que o governo deve ser responsável pela guarda desses conteúdos na medida que eles promovem aspectos de transparência pública e de cidadania. O cidadão pode utilizar essas informações para uma pesquisa de interesse próprio e o pesquisador científico para sua pesquisa, mas isso só será possível se elas estiverem disponíveis. Se elas não continuam disponíveis, nós temos perda desta informação e isso é grave. Diversos países vêm percebendo essa necessidade e é uma discussão que precisa ser aprofundada no Brasil. Naturalmente, isso precisa ser discutido em termos de políticas públicas e regulamentado a partir da legislação, porque ela dá uma força de lei para determinadas questões como essa da preservação digital. O que nós estamos fazendo em termos de pesquisa acadêmica e científica é preservar determinados conteúdos para o uso de pesquisa científica, para que eles não se percam

definitivamente. Então o caráter urgente da preservação é o que dita determinadas ações. Nós temos que executar rapidamente, senão não teremos mais acesso.

*As ferramentas atualmente disponíveis para arquivamento de websites dependem da “colaboração” da página a ser guardada para que as informações possam ser capturadas. Isto é, sites não amigáveis, ou cujas informações mudem constantemente de lugar ou tenham links quebrados, não são armazenados em sua integralidade, como demonstrado em artigo recentemente publicado na Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (RECIIS) da Fiocruz. Como isso impacta o projeto de arquivamento das páginas referentes à pandemia do coronavírus e o que pode ser feito para mitigar essas limitações?*

**Moisés Rockembach:** Esse artigo diz respeito à arquivabilidade dos *websites*. E essa arquivabilidade tem relação com a forma que o *website* é produzido e como os crawlers (robôs) capturam essa informação. Boa parte da informação é capturada de forma automatizada, e há uma verificação de controle da qualidade desses site capturado, dando preferência para o conteúdo, mas também verificando as questões de diagramação e de estética do site, e se todas as imagens e o estilo do site são mantidos. É um conceito que vem dos autores Banos e Manolopoulos (2015). Nós temos aqui uma característica fundamental, que é padronizar. Este padrão é trazido pelo Consórcio Internacional da *Web*, que é a organização W3C. É de lá que vem as boas práticas e a

padronização em relação aos protocolos da *web*, e a produção dos conteúdos da *web*. Diversas linguagens e frameworks vem, ano após ano, incrementando também as funcionalidades utilizadas pela *web*, plataformas digitais e redes sociais. E isso impacta na forma como o crawler é executado e como esses conteúdos são preservados e reproduzidos. Por isso que a preservação digital tem que estar constantemente se atualizando. Quando a produção e preservação desses *websites* andam lado a lado, nós temos a garantia de que aquele conteúdo vai ser preservado na sua integralidade, ou seja, que esse conteúdo esteja completo.

E sobre o que pode ser feito para mitigar essas limitações em relação aos conteúdos referentes à pandemia do coronavírus? Eles não se diferenciam muito dos conteúdos sobre outras notícias, sejam das empresas jornalísticas, de redes sociais ou *sites* governamentais. Então as limitações tecnológicas são semelhantes, mas a seleção de conteúdos deve ser pensada para tentar cobrir todas essas informações. De certa forma, nós tentamos cobrir diversos conteúdos distintos e esse vai ser um material muito interessante para análise e uso como fonte de pesquisa. São muitos conteúdos que dizem respeito à evolução do contágio, questões da política de isolamento social, vacinação. Tudo isso vai aparecendo nos *sites* e eu só tenho como recuperar se eu preservo. O que traz a questão da preservação, novamente, em seu caráter urgente.

*Conforme Gomes (2010), o arquivamento da web deve observar 3 etapas: (1) recolher a informação, (2) indexar a informação e (3) disponibilizar serviços de pesquisa e acesso às informações preservadas. No caso brasileiro, como essas três etapas estão sendo trabalhadas? Temos investimentos - financeiros e estruturais - para assegurar as três etapas? E qual a forma de disponibilizar essas páginas de forma ampla e simplificada?*

**Moisés Rockembach:** O que nós estamos fazendo em termos de pesquisa científica dá conta de uma parte desses conteúdos, mas, certamente, o fomento governamental daria uma outra escala para esse tipo de preservação. É preciso que haja um interesse de preservar esses conteúdos digitais pelo governo em qualquer esfera. Digo novamente, é um trabalho cooperativo e colaborativo. Então não é algo que só uma instituição deveria ser responsável. Nós temos a possibilidade e necessidade de haver diversas iniciativas e trabalhos, e o conjunto deles pode cobrir uma maior parte da *web*, desses conteúdos digitais.

É possível perceber claramente que não há um investimento financeiro estrutural hoje em dia para isso. Esse fomento precisa ser desenvolvido e garantido. De certa forma, esse é um investimento em pesquisa e ciência, mas também nas próprias informações do governo, fazendo cumprir o direito de acesso à informação. Esta é uma característica fundamental a ser observada aqui, é preciso que haja esses investimentos e que se trabalhe de forma

colaborativa, com todos aqueles que tem a expertise para auxiliar nesse campo em termos brasileiros.

*O estudo intitulado “A Universe of Opportunities and Challenges”, desenvolvido pela consultoria EMC e publicado ainda em 2012, apontava a perspectiva de que o volume de dados produzido no mundo alcançasse a casa dos 40 trilhões de Gigabytes. É possível armazenar todo o conteúdo digital produzido pela humanidade? Aliás, é necessário? Se não, como a pesquisa em arquivamento da web se debruça sobre a questão da seleção das páginas a serem armazenadas? Que instituições ou grupos devem estar à frente dessa decisão?*

**Moisés Rockembach:** O arquivamento da *web* se associa a questões de curadoria e avaliação da informação. Tem iniciativas que procuram cobrir todo um domínio, como no nosso caso seria o “.br”, outras que buscam cobrir todos os domínios do mundo, como é o caso do *Internet Archive*, e outras que tem escopo mais reduzido, mas que também contribuem no seu contexto. A contribuição das iniciativas que têm um escopo reduzido, vão ao encontro de colaborar com as outras iniciativas. Ou seja, é uma rede. Há uma rede de diversas iniciativas globais onde é possível colaborar, por exemplo, tentando preencher lacunas que essas iniciativas não cobrem, sugerindo *websites* para preservação. Isso envolve a questão da avaliação desses conteúdos da *web* e a curadoria digital. Nesse sentido, é possível desenvolver pesquisas, investigações e trabalhos aplicados para tentar cobrir essas lacunas, perceber

onde conteúdos poderiam ser mais preservados ou versionados e contribuir com as iniciativas já existentes. Se vocês forem buscar no *Internet Archive*, vocês vão encontrar conteúdos brasileiros. A questão é que a cobertura é desigual, então eu preciso observar essa desigualdade e cobrir informações que hoje em dia não são abrangidas pelas iniciativas que existem.

*Uma iniciativa de arquivamento muito comentada é o projeto Internet Archive, criado em 1996. Em 2020, devido à pandemia e ao fechamento das bibliotecas, o grupo disponibilizou livros no site e, por conta disso, foi processado por editoras dos Estados Unidos. Como você avalia o debate sobre arquivamento e direitos autorais?*

**Moisés Rockembach:** A gente tem que perceber que o *Internet Archive* não é só um arquivo de sites. Ele tem outros tipos de documentos, como livros digitais, vídeos, áudios e jogos de computador. Tem uma infinidade de documentos e formatos. Especificamente, dentro da questão das bibliotecas, houve uma questão sobre o direito autoral. Mas o que nós devemos pensar, e que é uma discussão que sempre precisa ser feita, é a questão do direito à informação e o direito da informação. Esses termos são muito similares e ao mesmo tempo muito diferentes, porque assim como nós temos que reconhecer os direitos autorais e a questão da propriedade intelectual, também temos que ter direito à informação e à memória. Isso também precisa ser posto na mesa. Um pouco do que é colocado pelo *Internet Archive* tem a ver com

o acesso e o direito à informação e isso não pode ser deixado de lado. Essa é uma discussão que leva para outros debates também, justamente porque lida com livros digitais, mas é algo que muitas vezes se faz presente, como a discussão dos direitos do autor, a preservação e a disponibilização desses conteúdos.

Essa também é uma discussão que já houve com o *Google Books*, que disponibiliza trechos de livros de forma gratuita, mas digitaliza todos os livros. Então essa não é uma discussão nova, mas com o digital e estas possibilidade e necessidades de acesso à informação, precisa ser sempre discutida e vista individualmente, atingindo um equilíbrio entre acesso *online* e direito do autor. Essa é uma questão: ver caso a caso conforme o tipo de documento a ser disponibilizado e os direitos atribuídos. Mas o que não pode ser esquecido no debate é o direito à informação e à memória, o acesso e à transparência. Todos estes são direitos fundamentais que devem ser preservados.

*Qual o futuro do arquivamento da web? Você acredita que a prática pode extrapolar o campo da pesquisa científica, de projetos ligados a universidades e governos, para se tornar uma prática corriqueira também entre empresas e instituições da sociedade civil?*

**Moisés Rockembach:** Tim Berners-Lee criou o conceito da *web* em 1989 e a primeira página web do mundo em 1991 (<http://info.cern.ch/hypertext/WWW/TheProject.html>). Foi na década de 1990 que nós vimos o crescimento e expansão da web como

uma ferramenta para fins comerciais, governamentais e dos cidadãos. E a concepção da *web* está ligada ao conceito do livre fluxo da informação. De certa forma, nos últimos tempos nós viemos observando, e há uma crítica a respeito, do que nós entendemos como a *web*. Se nós observarmos diversos sujeitos, não só no Brasil, percebemos que eles acabam confundindo o uso da *web* com usar ou entrar numa plataforma digital. Entrar na *web* seria entrar no *Google* ou no *Facebook*, o que na verdade são plataformas comerciais. E a *web* é muito mais do que isso. Tim Berners-Lee vem criticando nos últimos anos esse tipo de abordagem porque isso vai contra os princípios originais que basearam os conceitos da *web*. A concentração de informação nessas plataformas, que são grandes empresas tecnológicas, chamadas de *Big Techs*, vem criando distorções. Nós percebemos isso com a polarização nas redes sociais, os filtros-bolha ou filtros invisíveis - segundo Eli Pariser - e toda questão de falta de transparência algorítmica. Algoritmos que nós não temos acesso a construção, porque ficam dentro de uma caixa preta (*black box*). Nós não conseguimos compreender então como os algoritmos trabalham e somente verificamos os resultados deles, que são os filtros que eles realizam. Em um movimento contrário a isso, Tim Berners-Lee fala sobre a redescentralização da *web*, ou seja, que a informação e a comunicação não fiquem centradas somente nessas plataformas, de uma forma fechada. E, muito provavelmente, a preservação dos conteúdos *web* vem trazer o controle dessas informações

para o cidadão ou organização, para que essas informações não fiquem à mercê de uma empresa privada, que pode, de uma hora pra outra, encerrar suas atividades.

Há um outro autor, Vint Cerf, que é o criador do protocolo da Internet TCP/IP, que fala sobre uma possibilidade das trevas digitais, o *digital dark age*. Ele aponta para uma necessidade de nós pensarmos na preservação e continuidade do acesso à informação ao longo do tempo porque, caso contrário, nós não vamos conseguir recuperar a informação daqui a alguns anos ou décadas, da mesma forma que nós conseguimos recuperar informações das décadas passadas, antes da *web*. Então tudo se torna mais difícil pelo caráter dinâmico dos conteúdos na internet.

Verificar o versionamento dos *website* pode ajudar em determinados casos a verificação dos conteúdos e modificações, inclusive no combate às *fake news*. Há um tweet que demonstra uma notícia veiculada sobre o *Black Lives Matter*, nos Estados Unidos, que rapidamente foi modificada sem uma sinalização. Ou seja, ela foi veiculada de uma forma, com um título, e depois esse conteúdo foi modificado sem sinalização. E só foi possível detectar pelo próprio *Internet Archive*. Versionamentos permitem a nós, além do acesso à informação, compararmos as modificações ao longo do tempo. Todos esses critérios apontam para um futuro em que nós tenhamos mais controle sobre essas informações e de todas as transformações que vão ocorrendo ao longo do tempo.

## Referências

### **Sobre o Núcleo de Pesquisa**

NUAWEB – Núcleo de Pesquisa em Arquivamento da Web e Preservação Digital - <https://www.ufrgs.br/nuaweb/>

### **Sobre a pesquisa sobre a COVID-19 do Núcleo de Pesquisa**

COVID-19 – Colaboração na captura de conteúdos da web – NUAWEB - <https://www.ufrgs.br/nuaweb/covid19/>

**Sobre Ian Milligan** (Professor University of Waterloo / Canadá): “não é possível escrever a história dos anos 1990 em diante sem o auxílio dos arquivos da web”.

**Livro:** The SAGE handbook of web history.

**Resenha crítica:** RODRIGUES, V. L. D. .; ROCKEMBACH, M. Arquivos da web como fonte historiográfica. **RDBCI:** Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 19, n. 00, p. e021010, 2021. DOI: 10.20396/rdbci.v19i00.8663680. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8663680>.

**Sobre políticas de arquivamento da web:** ROCKEMBACH, Moisés, PAVÃO, Caterina M. Groposo. Políticas e tecnologias de preservação digital no arquivamento da web. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação.** Brasília: UnB. Vol. 11, n. 1, 2018, p. 168-182. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8473>.

**Sobre a arquivabilidade de websites:** MELO, Jonas Ferrigolo., ROCKEMBACH, Moisés. Arquivabilidade de websites para preservação digital: estudo a partir da área da saúde, 2020. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2116>.

BANOSV, MANOLOPOULOSY. A quantitative approach to evaluate website archivability using the CLEAR+ method. **International Journal Digital Libraries**. 2015;17(2):119-41. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fsoo799-015-0144-4>

**Sobre mapeamento de públicos para iniciativas de arquivamento da web:** MARTINS, Marina Rodrigues; ROCKEMBACH, Moisés. Mapeamento de públicos para iniciativas acadêmicas de arquivamento da web. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo , v. 43, n. 1, p. 71-88, Jan. 2020 Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-58442020000100071&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-58442020000100071&script=sci_arttext&tlng=pt)

**Sobre preservação de mídias sociais:** FERREIRA, Lisiane B., ROCKEMBACH, Moisés. Preservação de mídias sociais e arquivamento da web: um estudo acerca das eleições presidenciais brasileiras de 2018. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (20.: 2019 out. 21-25: Florianópolis, SC). Anais [recurso eletrônico]. Florianópolis: ANCIB 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/%20viewPaper/566>

**Sobre a re-decentralização da web, nas palavras de Tim Berners Lee, o inventor da web**

Tim Berners-Lee is on a mission to decentralize the web | TechCrunch. - <https://techcrunch.com/2018/10/09/tim-berners-lee-is-on-a-mission-to-decentralize-the-web/>

**Sobre a idade das trevas digital (digital dark age), nas palavras de Vint Cerf, um dos criadores da Internet e do protocolo TCP/IPm - Google's Vint Cerf warns of 'digital Dark Age' - BBC News**  
<https://www.bbc.com/news/science-environment-31450389>

**Sobre tweet do Wayback Machine, do caso Vidas Negras Importam (Black Lives Matter) e da mudança da notícia veiculada, sem sinalizar que foi modificado.:**

(4) The Wayback Machine no Twitter: "Web pages, news articles, government guidelines, etc. are often edited, without a change in their associated Web address (URL). Here is a example of such an edit, documented and highlighted with the @internetarchive Wayback Machine's "Changes" feature: <https://t.co/xfLpQJMXoK> <https://t.co/OnBjvV1WZe>" / Twitter

# Não tem como fugir da audiência<sup>1</sup>

Entrevista com Nilda Jacks

*As pesquisas sobre as audiências podem perder fôlego por conta da pandemia e do distanciamento social? A professora e pesquisadora Nilda Aparecida Jacks, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS), afirma que não. Segundo Jacks, o contexto de pandemia é, inclusive, determinante para recolocar as análises de forma a contemplar esse período. Nesta entrevista, conversamos sobre essa e outras questões que envolvem a elaboração da pesquisa de campo, seja de modo presencial ou mediada por tecnologias.*

---

<sup>1</sup> Esta entrevista foi respondida por áudio e transcrita para a presente publicação.

*Desenvolvida em âmbito nacional, a pesquisa Jovem Brasileiro e Práticas Midiáticas em Tempo de Convergência: o “Brasil Profundo” (PROCAD/CAPES) é um estudo de fôlego realizado através de pesquisas de campo. Quais as principais dificuldades enfrentadas no processo de elaboração de uma pesquisa do gênero, mesmo em contextos ditos normais, ou seja, no período pré-pandemia?*

**Nilda Jacks:** A maior dificuldade foi no contexto da logística, como organizar as idas a campo, por exemplo. No caso da nossa pesquisa aqui no Rio Grande do Sul, tivemos de prever saídas para quatro municípios, localizados em quatro diferentes quadrantes do estado. Também foi preciso montar essa operação e ao mesmo tempo coordenar uma das equipes. Quatro equipes se deslocaram cronologicamente de modo a permitir que eu pudesse presenciar o trabalho de campo nas diferentes cidades. Essa foi uma parte complexa porque envolveu a previsão dos deslocamentos, aluguel de carro, conhecimento das estradas, chegada em horários que garantisse a alimentação e hospedagem, o que acabou não ocorrendo de maneira fácil em duas das cidades. A equipe que eu estava coordenando foi a Porto Vera Cruz, na fronteira com a Argentina. Nós nos perdemos na estrada porque havia um desvio e chegamos de noite, numa viagem que levou nove horas. Chegamos num horário em que o único restaurante da cidade já tinha fechado e a dona da pensão, que era bem precária, nos indicou um mercado, onde conseguimos comprar macarrão e sardinha.

Nós éramos cinco pessoas. A dona da pensão nos emprestou a cozinha e nós fizemos o que deu para matar a fome. No outro dia, sim, teve café da manhã, mesmo sendo um lugar bem simples.

Em termos do trabalho de campo, conseguimos resolver relativamente bem as entrevistas e a aplicação dos questionários porque já tínhamos feito um contato com o pessoal da prefeitura e das escolas, que nos indicou os possíveis jovens a serem entrevistados. Fizemos uma pré-organização do roteiro para visitar os jovens em suas casas ou locais de trabalho, mas isso nem sempre funcionou. O outro caso aconteceu foi em Pedras Altas, na parte sul do estado. A cidade só tem uma pousada que fica a uns 5km da cidade e nós fomos todos para lá. É um hotel fazenda, um lugar muito legal, uma casa colonial com história na Revolução Farroupilha. Nós chegamos na cidade perto do meio-dia e o único restaurante existente não tinha aberto naquele domingo. Nós praticamente não teríamos o que almoçar, não fosse os pais de um dos membros da equipe, bolsista de iniciação científica, moradores da região, que foram encontrá-lo, e no caminho compraram comida para todos. Nós comemos na praça, ao ar livre. E isso foi se repetindo.

Essa dificuldade de ir para o “Brasil Profundo” se repetiu nas três equipes, como lá no Pará e Sergipe, em cidadezinhas que não tem onde se hospedar ou comer. Então esse é um dos aspectos da dificuldade. Há também as dificuldades de articulação das equipes, por causa das diferentes formações, gerações, culturas,

abordagens teóricas e formações metodológicas. Então chegar a um consenso ou à conclusão de que não é possível haver um consenso sobre como desenvolver a pesquisa é um longo trajeto. No nosso caso, teve uma das equipes que não concordava com as propostas da coordenação, então optamos por trabalhar com autonomia: cada equipe poderia resolver da sua maneira os procedimentos e no final nós chegaríamos a comparações possíveis. O projeto tinha essa abertura para aspectos teórico-metodológicos e de realização da pesquisa empírica. Basicamente, foram esses os problemas dessa pesquisa, mas teve uma anterior – o Brasil Conectado – que era uma outra história, outra dinâmica, com mais articulações alcançadas.

*A pesquisa citada foi desenvolvida através das visitas das equipes ao campo. Quais são as contribuições científicas das pesquisas que contam com presença de pesquisadores(as) no campo?*

**Nilda Jacks:** Eu acho que tem, no mínimo, dois níveis para pensar sobre isso. Por um lado, tem o tensionamento de teorias, conceitos e dos próprios métodos ou técnicas, porque às vezes a gente chega no campo e eles não dão conta da brutal realidade. E por outro, tem a parte empírica, porque se vê como acontece a operacionalização de um conceito, como ele se deixa emergir ou não, observa práticas, questões simbólicas, etc. Então a contribuição do trabalho de campo, para mim, tem esses dois aspectos: ver como a teoria consegue dar conta desse real e, por outro lado, ver

esse real aflorar, colocando em xeque certas noções que a gente tem, por exemplo, da juventude brasileira e o uso da tecnologia. Tudo isso, que na leitura de textos fica num nível teórico, quando a gente chega no campo consegue ver muitas contradições, muitos usos diferentes e muitas apropriações inimagináveis pela teoria. Então o trabalho de campo é de uma riqueza muito grande, porque faz com que se tenha mais cuidado ao discutir teoricamente algumas coisas. Mesmo que essas teorias tenham sido observadas no campo, devemos nos perguntar: Que campo foi esse? De que país? De que sujeitos estamos falando? Então essa é uma oportunidade ímpar para colocarmos realmente o pé no chão e saber do que estamos falando.

*São muitas as alterações vivenciadas durante a pandemia de covid-19. Como a pandemia afetou a ciência de forma geral e a pesquisa em comunicação de maneira mais específica?*

**Nilda Jacks:** Acho muito difícil falar da ciência de forma geral, porque tem campos científicos que se beneficiaram muito com isso, outros foram prejudicados, então eu não me atreveria a responder nessa dimensão. Mas na pesquisa em comunicação e nas ciências sociais, de maneira geral, eu acho que onde mais afetou foi no trabalho de campo. Nós, por exemplo, acabamos laconicamente a pesquisa sobre os jovens do “Brasil Profundo”, porque tínhamos a intenção de voltar ao campo para mostrar e discutir os resultados com os entrevistados. Com o encerramento

compulsório, tivemos que devolver mais de 70 mil reais para a CAPES, porque não conseguimos usar o recurso disponível. Então acho que o que mais interferiu foi no face a face e todo esse processo de interação com os sujeitos observados e entrevistados, que foi inviabilizado com o distanciamento social. Por outro lado, a gente se deu conta que podemos resolver determinadas questões pensando reflexivamente sobre quais são os limites, e usar as tecnologias para manter esse contato possível. O *WhatsApp* e as entrevistas on-line, por exemplo, são maneiras de promover um “face a face virtual”. São duas caras da mesma moeda: a dificuldade e o encontro de alternativas.

*Quando se trata de pesquisa de campo, imaginamos que é necessário construir uma relação de confiança entre pesquisadores(as) e entrevistados(as). Em entrevistas realizadas online ou por telefone, por exemplo, devido ao respeito às normas de distanciamento, quais preocupações devem ser levadas em conta por parte do pesquisador(a)?*

**Nilda Jacks:** Certamente há diferenças entre entrevistas *online* e as presenciais, mesmo tendo uma situação “cara a cara” e conseguindo ver as expressões da pessoa, tentando até olhar nos olhos (*risos*). E também é diferente por telefone a não ser que seja uma videochamada, que deveriam ser priorizadas na impossibilidade da presencialidade, porque existe um simulacro da entrevista face a face. Os cuidados são similares: estabelecer um diálogo delicado, amistoso e adequado para ir firmando essa

confiança. Uma possibilidade é trabalhar com conhecidos de conhecidos, fazer parte de um tipo de rede por recomendação, como a conhecida “bola de neve”. Tem várias alternativas, como fazer mais de uma sessão, ir criando intimidade. Talvez fazer uma primeira sessão de apresentação um para o outro, com conversas mais informais e depois marcar uma outra e outras mais. Ou seja, ir alongando o processo de contato. Talvez essa seja uma saída viável e adequada.

*O grande diferencial da pesquisa de campo é a experiência realizada no local natural onde ocorre determinado fenômeno. Devido às determinações de distanciamento social, quais adaptações e/ou inovações possíveis para a pesquisa de campo neste período?*

**Nilda Jacks:** De certa forma já respondi nas questões anteriores, mas vamos ver se consigo avançar um pouco mais. Eu acho, por exemplo, que o processo de observação pode ser implementado com mais detalhes. O fato de ir a campo não pressupõe entrevista, pode ser só observação, direta e indireta. Mesmo tendo a entrevista, realizada em espaço aberto, seria interessante prolongar a observação e entrar com mais detalhes no âmbito das relações que se estabelecem no espaço público. É um outro cenário a ser explorado. E também dar mais importância para este tipo de aproximação, trabalhar com imagens, tentar contatos iniciais via telefone ou internet, em qualquer plataforma possível, e fazer uma observação via redes sociais. Ou seja, elencar possibilidades

à distância para se chegar a esse grupo ou local e, com o tempo e o distanciamento, tentar aproximações, conversar de longe. Tem algumas possibilidades, desde que se tenha autonomia para ir a campo. Que campo é esse? No interior do estado ou em um bairro da cidade? É num espaço fechado? Então tem que pensar qual é o cenário que vai ser trabalhado e a partir disso ver quais são as possibilidades dessa aproximação lenta para chegar até lá. É claro que eu estou falando de uma pesquisa com mais tempo. Eu fico imaginando um mestrado ou doutorado. Não apenas imaginando, mas estou orientando trabalhos nesse contexto que tiveram que ser adaptados usando as tecnologias. Não tem outra forma ou se perde o trem da história (ou o trem do prazo).

*Falar de adaptações a novos cenários ultrapassa uma questão funcional de procedimentos de pesquisa. De que forma o contexto pandêmico nos convida a repensar o fazer metodológico?*

**Nilda Jacks:** Eu acho que a grande diferença que está ocorrendo é que nós temos que pensar que tipo de mediação tecnológica estamos usando nos nossos procedimentos metodológicos. Antes da pandemia, com as técnicas “analógicas” ou “tradicionais” de pesquisa, o correto já era pensar reflexivamente sobre elas, ou seja, perguntar o que um questionário traz, o que ele limita e o que ele não traz de dados. Ou o que uma entrevista aberta, estruturada, em profundidade ou coletiva faz emergir de conhecimento, como esses dados são construídos, qual é a relação que se estabelece

entre o entrevistado e o entrevistador. Tudo isso deveria estar nas nossas pesquisas, mas às vezes aparece muito naturalizado. Como se não fizesse diferença como o dado foi coletado. Agora tem toda a questão da tecnologia, de entender que mediação é essa. E entender a temporalidade, por exemplo, como se eu estivesse trabalhando com um fuso horário diferente, o que significa isso? Ou quando o diálogo não se estabelece simultaneamente e a resposta é diferida. Isso tudo tem que ser pensado. E dentro de um pacote metodológico, é preciso refletir epistemológica e teoricamente sobre isso, tanto quanto em relação às técnicas que compõem esse pacote.

*No início das pesquisas da área da Comunicação havia um interesse preponderante à produção midiática a partir do qual foram produzidos importantes análises e resultados. Contudo, as audiências foram, por vezes, analisadas com certo maniqueísmo. Em que medida a maior restrição de circulação de pesquisadores e pesquisadoras pode gerar, a longo prazo, uma espécie de apagamento das audiências e/ou um retrocesso nessas investigações?*

**Nilda Jacks:** Eu não acredito no apagamento das audiências e nem no retrocesso dessas investigações apesar da circulação mais restrita nesse período dramático da pandemia. Nesse momento eu acho que temos que tomar as medidas que eu já ressaltai a partir das perguntas feitas até aqui, ou seja, entender o que é possível fazer. E, além disso, é necessário que conste no documento analítico

o cenário em que estamos trabalhando, ou seja, em que medida esse cenário está interferindo nas próprias práticas de pesquisa. Eu acho que é um momento riquíssimo de se pensar as audiências porque nós tivemos que nos reformular como tal. Por exemplo, a diminuição da audiência dos meios massivos com todo esse processo de *fake news* nas redes sociais, por causa da pandemia fez com que a audiência do telejornalismo, e mesmo da ficção, aumentasse, pela falta de circulação em teatros e cinemas, etc. Esse período é riquíssimo para flagrarmos isso. O que aconteceu com as práticas midiáticas durante a pandemia? Com as pessoas todas em casa, o que aconteceu? Tem alguns pesquisadores acompanhando isso. Nós acompanhamos no nosso grupo do OBITEL as reprises de telenovelas. Então o cenário da pandemia é um cenário determinante, esse contexto tem que ser analisado. Não podemos nos furtar de analisar, indicar e rebuscar as análises nesse período. Todos os meus orientandos estão recolocando seus projetos nesse âmbito, do drama que todos estamos vivendo e suas consequências para nossas práticas. Isso faz parte das respostas, das perguntas e da análise.

Por outro lado, as audiências estão cada vez mais no foco com a convergência midiática. Não tem como estudar nenhum meio sem pensar que as audiências estão na constituição dos próprios conteúdos, da própria convergência tecnológica. Toda a questão da participação, coprodução e recriação, dependendo do que estamos tratando, passa pela questão das audiências,

dos receptores. Não tem mais como fugir da audiência. Eu gosto muito de citar um teórico chileno que participou de um evento que eu organizei, Valerio Fuenzalida, que é um especialista em televisão e recepção. Ele diz que a teoria da comunicação hoje é a teoria da recepção. Ou seja, quem é que faz e constrói a convergência midiática possibilitada pela tecnologia? É a audiência. Então, a pergunta é muito oportuna para dizer que não vai ter um apagamento, nem tampouco um retrocesso. É daqui pra frente.

*Também de fôlego, a celebrada trilogia Meios e Audiências (I, II e III) é uma referência para a área da Comunicação. Em um exercício especulativo, quais temas de pesquisa suscitados pela pandemia de covid-19 seriam essenciais para um volume IV de Meios e Audiências?*

**Nilda Jacks:** Aqui vai um *spoiler*: o volume IV já está em fase embrionária. Estamos com o levantamento feito de todas as teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação no período de 2016 a 2020. Estamos em fase de classificação dos trabalhos: os que tratam de recepção, consumo midiático, conversação em rede, apropriação e uso das tecnologias e as demais categorias que temos trabalhado nos outros volumes. Ou seja, vamos fazer uma primeira triagem, depois vai haver uma repescagem. As equipes já estão todas montadas. Dessa vez, nós temos novos integrantes. Tem avanços no dimensionamento da equipe.

Esse cenário vai até 2020, portanto, não sei o que vamos encontrar nesse último ano, se algum trabalho conseguiu incorporar o cenário da pandemia. Isso nós não vimos ainda, porque não nos debruçamos sobre os trabalhos, apenas sobre os resumos e eles nem sempre são bem escritos. Ou seja, ainda estamos montando o corpus. Se fosse de 2021 em diante, que vamos tratar no Meios e Audiências V (*risos*), daria para flagrar esse momento. Possivelmente para as defesas de 2020 não deu tempo de dar esse giro e incorporar a discussão sobre a pandemia. A minha hipótese é que não virá muita coisa sobre isso no volume que estamos preparando. Se fosse num outro período, que já contemplasse as pesquisas durante a pandemia, e se for um trabalho de campo, toda a questão metodológica, a reflexividade, os usos da tecnologia e um novo arranjo de instrumentos técnicos devem aparecer. Empiricamente, pensar algumas práticas que foram restauradas, abandonadas, ou recriadas, durante a pandemia. Tudo isso, idealmente, deveria estar sendo pensado, como as novas práticas, o resgate das antigas, a questão metodológica e como circulou o debate sobre a pandemia como foco e objeto de pesquisa. Como ir para as redes sociais, ver como isso circulou, como foram tratadas as *fake news* sobre isso. Entender todo esse embaralhamento de informação que nos perturbou esse tempo todo, como objeto de estudo, e analisar essa relação da audiência com toda essa difusão de não-informação. Acho que isso seria essencial.

# Dilemas do jornalismo: viver e noticiar a pandemia

Entrevista com Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

*O que sabemos hoje sobre a pandemia se deve ao trabalho jornalístico, especialmente, ao noticiar as descobertas científicas. De acordo com a professora e pesquisadora Virginia Pradelina da Silveira Fonseca, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS), a busca da verdade é um dever de caráter absoluto para o jornalismo, um compromisso firmado pela instituição com a sociedade. Em meio ao fluxo ininterrupto de informações sobre um universo de coisas tão novas, em que as nossas ações cotidianas estão em voga, cabe questionar com base em quais princípios se orientam os profissionais que nos informam. Nesta entrevista, conversamos sobre valores que regem o jornalismo, imprescindíveis hoje e sempre.*

*Em artigo publicado na Revista Famecos (v. 20, n. 3, 2013), você argumenta já no título: assessoria de imprensa não é jornalismo. Quais são os valores que diferenciam ambas as práticas?*

**Virginia Pradelina da Silveira Fonseca:** Jornalismo, Relações Públicas (RP) e Publicidade e Propaganda (PP) são campos profissionais da Comunicação, mas têm finalidades específicas, embora compartilhem práticas. No entanto, alguns valores profissionais são distintos, ou seguem hierarquias diferentes. Para o jornalismo, por exemplo, o dever de verdade tem caráter absoluto e o de lealdade refere-se ao público, à sociedade em geral, mais que a empresa ou ao veículo. Esses valores são fundantes da própria instituição, sem os quais não haveria razão de existir. Para RP e PP, que também têm compromisso com a verdade, este valor tem caráter relativo: a verdade que comunicam é seletiva, é aquela que interessa ao assessorado, pois seu objetivo é criar um clima positivo e de boa imagem da organização perante os públicos (interno e externo). O dever de lealdade destes profissionais se dá em relação à organização para a qual prestam serviço. Esta é, a meu ver, a principal distinção que me leva a afirmar nesse artigo, e a permanecer com a mesma convicção, que assessoria de imprensa não é jornalismo, e que não deveriam compartilhar o mesmo código deontológico. Assessoria de imprensa é um instrumento de comunicação, que faz a mediação entre a organização ou assessorado e as organizações jornalísticas, mas sua

finalidade é tornar pública a informação conveniente e defender o assessorado de possíveis prejuízos perante a opinião pública. Em contrapartida, a informação jornalística pode ser conflitiva, de denúncia, contrariar interesses. Diante disso, pode-se afirmar que o dever de verdade do jornalista é um imperativo categórico da profissão, um valor indeclinável segundo uma perspectiva ética deontológica (Immanuel Kant).

*Jornalistas, assim como outros profissionais de comunicação, possuem opiniões, crenças e gostos. Ao mesmo tempo, devem se comprometer com a verdade. Pensando hipoteticamente, quais seriam exemplos práticos de conflito de interesse a partir do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros?*

**Virginia Pradelina da Silveira Fonseca:** Alguns exemplos:

a) produzir matéria ou reportagem visando, previamente, inscrevê-la em um concurso, uma premiação. O reconhecimento, a premiação, deve ser resultado de um bom trabalho, e não sua motivação inicial, que deve obedecer a outros critérios de noticiabilidade;

b) Prestar serviço para um órgão jornalístico e, concomitantemente, para alguém (pessoa ou organização) que tenha interesse em divulgar determinado assunto ou influenciar o enquadramento de determinado tema;

c) Usar identidade falsa ou dispositivos de áudio e vídeo ocultos antes de tentar, por todos os meios possíveis, a obtenção das informações usando a sua identidade profissional e os meios regulares de apuração. Esses recursos devem ser usados excepcionalmente, não como regra, e ainda assim somente quando o interesse público justificar plenamente;

d) Proteger alguma fonte ou algum interesse de caráter particular ou de simpatia do jornalista.

*Enfrentamos crises de diferentes naturezas: crise de saúde pública, crise política e crise econômica. Em casos extremos, a exemplo da pandemia de covid-19, como os preceitos éticos do jornalismo devem ser pensados?*

**Virginia Pradelina da Silveira Fonseca:** Em obediência aos seus compromissos éticos, o jornalismo (tomado como instituição composta por muitos atores – jornalistas, empresas, etc.) deve oferecer ao público o máximo de informações para uma boa orientação das pessoas. Para isso, deve acionar fontes credíveis e informações criteriosas sobre cuidados preventivos (medidas de higiene, uso de máscara e distanciamento social) e possíveis tratamentos (vacinas), evitando dar publicidade a notícias falsas ou sem embasamento científico, uma vez que se trata de uma pandemia. Para isso, também deve desmentir toda forma de crença e de desinformação de que tenha conhecimento. Postura semelhante deve manter também em relação aos agentes públicos

(todas as esferas de governo e poderes) encarregados de propor e executar políticas públicas – da saúde à economia.

*O jornalismo acompanha as descobertas sobre a covid-19: efeitos do coronavírus no corpo, corrida pela vacina e novas cepas. Essas são manchetes comuns em tempos de pandemia. Quais os desafios das coberturas jornalísticas quando as informações científicas estão em processo de desenvolvimento?*

**Virginia Pradelina da Silveira Fonseca:** Penso que o jornalismo deve enfatizar sempre que se tratam de estudos que podem não ter suas hipóteses iniciais comprovadas. A informação jornalística deve avisar o público quando as informações forem iniciais, provisórias, e sempre corrigir a informação quando ela não se confirmar verdadeira.

*Sabemos que o jornalismo precisa ouvir diferentes pontos de vista. Em termos éticos, como avaliar essa premissa quando o outro lado é negacionista?*

**Virginia Pradelina da Silveira Fonseca:** Penso que não se deva dar a palavra a negacionistas - a fontes que contribuam para aumentar a desinformação do público. Neste caso, não se trata de não ouvir o contraditório, “o outro lado”, mas de ouvir cientistas, pesquisadores que tenham o que dizer em nome da ciência. Diante de uma doença grave e pouco conhecida, não

se devem ouvir opiniões de quem não tenha credencial para emití-las.

*As notícias falsificadas já estavam em evidência antes da pandemia, mas parece que com esse acontecimento elas adquiriram outros contornos, como você pensa as fakes news em contexto da crise de saúde pública?*

**Virginia Pradelina da Silveira Fonseca:** Notícias falsas sempre existiram. Elas se tornaram “pandêmicas” nos últimos tempos graças às facilidades tecnológicas de comunicação que permitem a sua disseminação massiva, em uma escala nunca antes vista. No entanto, não tenho elementos para afirmar que elas tenham adquirido outros contornos na pandemia. Elas já vinham exercendo forte impacto na esfera pública antes, como nas eleições norte-americanas de 2016, na campanha do *Brexit*, no Reino Unido, e nas eleições brasileiras de 2018.

*Diversos estudos apontam os impactos da precarização da atividade jornalística para o resultado da informação oferecida aos leitores/telespectadores/ouvintes. Um desses aspectos é a produção de conteúdos inteiramente a partir da redação, reduzindo ao máximo os custos que envolvem financiar a saída de campo de repórteres. A pandemia e a necessidade do distanciamento físico aprofundou essa prática ou as rotinas foram pouco alteradas tendo em vista que a prática já estava assimilada?*

**Virginia Pradelina da Silveira Fonseca:** Não tenho estudos recentes sobre isso, mas acredito que a pandemia aprofundou

o processo de precarização que resulta em má qualidade das informações jornalísticas. Não sei dizer se as rotinas se alteraram drasticamente, mas elas estão sendo desenvolvidas fora das estruturas concebidas para a realização do trabalho, em espaços privados. As implicações desse deslocamento do trabalho para as residências terão de ser analisadas depois. A ver.

*A liberdade de expressão é um direito fundamental nas democracias. Recentemente, no dia 6 de janeiro de 2021, a democracia estadunidense foi fragilizada pelo caso de invasão ao Capitólio por apoiadores do ex-presidente Donald Trump, que havia incentivado os protestos por meio da conta pessoal que mantinha no Twitter. O episódio terminou em violência e Trump teve a conta bloqueada permanentemente. Qual o limite entre liberdade de expressão e discurso de ódio?*

**Virginia Pradelina da Silveira Fonseca:** É difícil responder *a priori* qual é o limite. Mas um bom ponto de partida para a reflexão é lembrar que não há liberdade absoluta, incondicionada. Nossa liberdade sempre será condicionada por algumas circunstâncias e alguns limites a serem reconhecidos e respeitados. Não se pode confundir liberdade de expressão (de ideias, de opiniões) com a prática de crimes. Cada país tem a sua tipificação de crimes e as suas regras culturais, que não podem ser ultrapassadas. A invasão do Capitólio foi um crime por se tratar da invasão de um prédio público, símbolo da diversidade de opiniões e de pensamento, por um grupo que não reconhecia o resultado (legal, legítimo) de uma

regra fundamental da democracia: as eleições para a presidência da República e a alternância no poder. Eles poderiam protestar contra o resultado na rua e em outros espaços de manifestação do pensamento, mas não entrar à força na sessão legislativa que reconheceria formalmente o resultado da eleição. A democracia tem suas regras e elas não podem ser alteradas *ad hoc*.

*Há também outros tantos casos de pessoas públicas, como divulgadores científicos, professores universitários e cientistas, que usam as mídias sociais para ampliar o acesso à informação sobre o vírus. Entretanto, mesmo tendo em vista esse objetivo, recebem mensagens de ódio. Os ataques podem ser pensados pelo viés da ética?*

**Virginia Pradelina da Silveira Fonseca:** Sim, podem ser pensados pelo campo da ética. Nesses casos, para condená-las. A ética é uma ciência que tem como objeto a moralidade das ações, porquanto estas possam ser julgadas boas ou más, certas ou erradas. Mensagens que incitem o ódio, que cometam injúria, difamação e calúnia são consideradas crime ante o ordenamento jurídico do Brasil, além de serem moralmente condenáveis.

*A publicização de argumentos em mídias digitais é um fenômeno recente quando comparado com a história do jornalismo. Twitter, Facebook e YouTube, por exemplo, são empresas privadas que ofertam produtos usados para publicizar discursos de diversos campos. As empresas frequentemente atualizam os termos de condições de uso dos usuários para*

*tentar prevenir atitudes e comportamentos violentos. De que maneira a ética jornalística, tendo em vista a história e os dilemas da profissão, pode contribuir para o estabelecimento de critérios para as recentes práticas discursivas de atores políticos e dos próprios jornalistas nas mídias digitais?*

**Virginia Pradelina da Silveira Fonseca:** Como mencionei acima, a ética é uma ciência que tem por objeto de estudo a moral. Assim concebida, não pode ser prescritiva, não pode ser reduzida a um conjunto de regras e normas a serem seguidas diante de tal ou qual situação. Ela deve fornecer elementos teóricos (de reflexão) para a análise das condutas e, em consequência, pode resultar numa melhor qualificação dos agentes, pode contribuir para tornar suas ações mais adequadas do ponto de vista moral em um ambiente social em permanente processo de mudanças. É preciso ter em mente, sempre, que o que ontem era considerado certo, correto e bom pode não ser mais assim no momento atual, ou em uma determinada comunidade - como aconteceu com a escravidão, que era um regime de trabalho legal no século XIX e que hoje é considerado inconcebível. O mesmo ocorreu em relação à discriminação de pessoas com transtornos mentais, em relação aos gays, lésbicas e todas as demais identidades e orientações sexuais. Enfim, se formos pensar em termos de atualização de regras a serem seguidas por esta ou aquela empresa de mídia social, temos de ter consciência de que elas sempre serão provisórias, e que terão de ser tensionadas e atualizadas permanentemente.

# relatos de experiência

- Este caderno reúne três relatos de experiência com autoria de discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS).
- Os relatos tratam sobre as ações de projetos existentes antes da pandemia e as respectivas reformulações desde a emergência do acontecimento no Brasil. As três contribuições são iniciativas criadas no âmbito da universidade pública.

# **I Desafio de Crítica da Mídia:** uma proposta de reinvenção do Programa de Extensão Análise Crítica de Produtos Midiáticos/UFRGS na pandemia da covid-19

Rudimar Baldissera  
Angela Dellazzana  
Bruno Vinhola  
Cássia Aparecida Lopes da Silva  
Jean Rossato  
Sérgio Gabriel Fajardo

## **Resumo**

Este texto parte de nossa vivência como integrantes do programa de extensão Análise Crítica de Produtos Midiáticos/UFRGS, em atuação há nove anos, dedicado à democratização e à integração de conhecimentos sobre letramento midiático. Em especial, destacamos a ação desenvolvida em 2020, o I Desafio de Crítica da Mídia, como uma nova forma de viabilizar o referido Programa no contexto da pandemia da covid-19. Para isso, descrevemos de forma sucinta o Programa; abordamos o formato de trabalho das

oficinas de análise crítica de produtos midiáticos; depois, nos detemos sobre particularidades do I Desafio; e, por fim, tecemos nossas considerações sobre os principais aprendizados com a ação de extensão desenvolvida em 2020.

**Palavras-chave:** Crítica da mídia. Extensão universitária. Ensino médio. Ambiente virtual.

### **O Programa Análise Crítica de Produtos Midiáticos/UFRGS: aspectos gerais**

Frente ao cenário de ampliação do acesso e do uso/apropriação de técnicas e lógicas midiáticas, sobretudo digitais, o qual exige mais capacidade crítica dos sujeitos, foi criado, em 2013, o programa de extensão “Análise Crítica de Produtos Midiáticos por Estudantes e Professores de Escolas Públicas”<sup>1</sup>. Elaborado pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação Organizacional, Cultura e Relações de Poder (GCCOP), sob a coordenação do Prof. Dr. Rudimar Baldissera, o Programa tem como principal objetivo fomentar/ampliar as competências (apresentando técnicas de análise, interpretação e produção de conteúdo) de os alunos de ensino médio criticarem os produtos midiáticos, bem como

---

<sup>1</sup> Na época de sua criação, o atual programa teve *status* de projeto de extensão e recebeu o nome de Análise Crítica de Mídia.

colaborarem na produção de conteúdos. Como principais objetivos específicos, o programa busca: a) construir com os estudantes processos de análise crítica de produtos midiáticos que contribuam com as reflexões sobre as gramáticas, os enquadramentos, as representações midiáticas e as suas relações com a construção da realidade social; e b) contribuir para que os professores das escolas públicas se atualizem sobre os processos de análise crítica de produtos midiáticos e/ou desenvolvam essas competências. Importa destacar que a opção pelo foco no ensino médio se deu por entendermos que esses estudantes estejam mais aptos às discussões propostas pelo Programa.

Desde seu início, o Programa desenvolve as *Oficinas de Análise Crítica de Produtos Midiáticos* com estudantes de ensino médio de escolas públicas de Porto Alegre. Ministradas por integrantes do GCCOP e por discentes voluntários/as, ambos/as discentes do PPGCOM/UFRGS, essas oficinas contam com quatro encontros presenciais, com duração de duas horas-aula cada, nos quais são abordadas, como temáticas principais: direito e acesso aos meios de comunicação e cidadania; critérios de noticiabilidade e características da imprensa nacional; publicidade, propaganda e contextos de consumo; e algoritmos e a suposta liberdade da internet. A discussão e o trabalho sobre essas temáticas, durante as atividades propostas em sala de aula, se dão pelo viés dos assuntos de interesse de cada turma de ensino médio, a partir de uma sondagem realizada no primeiro encontro. Os cronogramas

são acordados e adaptados com a coordenação pedagógica de cada escola.

Dessa forma, desde sua criação, em 2013, até a última edição presencial, em 2019, o Programa já realizou 25 oficinas, em seis escolas públicas de Porto Alegre, e somou mais de 750 estudantes de ensino médio. Nesse período, considerando os três eixos do Programa<sup>2</sup>, atuaram no planejamento, na execução e na avaliação das ações e das atividades propostas 80 voluntários/as, entre discentes de graduação da Fabico, pós-graduandos/as e doutores/as egressos/as do PPGCOM/UFRGS, docentes da Fabico e docentes de outras instituições.

A cada edição das Oficinas, se dá o ingresso de pós-graduandos/as voluntários/as extensionistas, e são realizadas formações com os/as extensionistas, a fim de apresentar o conteúdo programático dos encontros, a dinâmica das oficinas e a didática/postura de atuação junto às turmas de adolescentes. Nesse sentido, embora exista um repositório de materiais didáticos, cada equipe de extensionistas tem autonomia para propor e elaborar outros conteúdos e atividades, considerando sempre a necessidade e os anseios de cada turma de estudantes de ensino médio atendida.

---

2 O Programa se desenvolve em três eixos: a) as Oficinas de Análise Crítica de Produtos Midiáticos com alunos de ensino médio de escolas públicas (desde o início, em 2013); b) os Minicursos para Professores de Escolas Públicas (desde 2015); e c) os Estudos de Comunicação em Debate (desde 2017).

Vale destacar que, em muitos casos, a participação como extensionista nas Oficinas, representa uma primeira vivência dos/as pós-graduandos/as em sala de aula (antes mesmo e/ou em paralelo com as atividades de docência orientada). Dessa forma, a exposição dos/as extensionistas a realidades distintas à dos cursos de graduação e pós-graduação (em que geralmente são desenvolvidas as atividades de docência orientada), gera a necessidade de adaptação da linguagem e das formas de abordagens das temáticas trabalhadas. Assim, ocorre, também, a integração entre os saberes especializados da universidade e os saberes empíricos dos/as jovens, estudantes de ensino médio, saberes esses (últimos) que retornam à universidade e influenciam a formação desses/as futuros/as professores/as e pesquisadores/as.

Contudo, essa troca de saberes e a facilidade de integração entre extensionistas e estudantes de ensino médio é facilitada pela convivência presencial, em sala de aula, o que se tornou impossível no ano de 2020, em função do isolamento social provocado pela pandemia da covid-19. Nesse sentido, as transformações que empreendemos no Programa, tendo como base o formato das oficinas, são destacadas no próximo item.

## **O I Desafio de Crítica da Mídia: inovando a extensão em tempos de pandemia**

Com o início do ensino remoto nas escolas de ensino médio, devido à pandemia, e com as distintas realidades e calendários de cada escola, foi necessário um esforço coletivo envolvendo os/as extensionistas (professores/as, pesquisadores/as e discentes de graduação e pós-graduação), para inovarem e criarem uma ação do Programa de Extensão em ambiente virtual. Uma de nossas principais preocupações foi tentar envolver os/as estudantes de ensino médio de maneira lúdica, em vez de apenas construir conhecimento em ambiente virtual de modo tradicional. A proposta desenvolvida, então, consistiu em unir o conteúdo que era discutido presencialmente nas oficinas, com um certo grau de entretenimento, como forma de motivar os/as estudantes a participarem. Propusemos aos/às extensionistas voluntários/as a realização de uma espécie de gincana, uma competição em que os/as estudantes tiveram acesso a conteúdos semelhantes aos das oficinas e foram solicitados/as a realizar tarefas com pontuações específicas. Assim, chegamos ao formato do I Desafio de Crítica da Mídia/UFRGS.

A primeira etapa desse esforço coletivo consistiu na criação de um regulamento, incluindo cronograma de disponibilização de conteúdos (videoaulas), de tarefas e pontuações, bem como ficha de inscrição e autorização dos/as responsáveis pelos/as

estudantes menores de idade. Como motivação extra, buscamos apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS para entregar *kits* com brindes da marca UFRGS aos/às integrantes das três equipes que obtiveram as maiores pontuações. Isso revelou-se um ponto importante de motivação, visto que todas as equipes se manifestaram sobre a expectativa de ganharem o moletom da UFRGS prometido para o primeiro lugar.

Na sequência, desenvolvemos o cronograma de planejamento e de produção do I Desafio, além de mapearmos as novas funções e demandas que teríamos de distribuir entre os/as extensionistas voluntários/as e os/as integrantes do GCCOP, tais como: elaboração, gravação e edição de videoaulas; elaboração das tarefas; avaliação e pontuação das tarefas; planejamento de pautas para as reuniões *online* com os participantes; comunicação com as equipes; mentorias; entre outras.

O então conteúdo das oficinas foi ampliado e reestruturado em cinco videoaulas de curta duração, com aproximadamente 15 minutos cada. Essas videoaulas foram publicadas em um grupo fechado<sup>3</sup> no *Facebook*, definido como o espaço oficial para comunicação entre a organização do I Desafio e as equipes participantes e, também, espaço para a publicação das tarefas, seus prazos

---

<sup>3</sup> Grupo fechado, especialmente, para não exposição dos estudantes, menores de idade.

e pontuações, bem como para comunicação informal e descontraída dos/as participantes.

Quatro equipes se inscreveram, totalizando 19 estudantes de ensino médio participantes. Cada equipe foi composta, de acordo com o regulamento, pelo mínimo de três e o máximo de cinco estudantes. E, também, deveriam indicar um professor/a ou funcionário/a da escola para apadrinhar/amadrinhar a equipe e auxiliar quando necessário. Assim, o I Desafio iniciou oficialmente no dia 04 de agosto de 2020, com um encontro *online* (Figura 01) entre todos/as os/as voluntários/as e os/as estudantes participantes, incluindo professoras e uma servidora das respectivas escolas, as quais atuaram como madrinhas de cada equipe. Durante esse primeiro encontro, todos/as se apresentaram e os/as estudantes de ensino médio foram convidados/as a preencher um questionário de expectativas<sup>4</sup>. Também foram apresentados/as os/as extensionistas (pós-graduandos/as do PPGCOM/UFRGS) responsáveis pela mentoria de cada equipe, que atuaram periodicamente, auxiliando na compreensão dos conteúdos e das ementas de cada tarefa.

---

4 Após o término da Ação, os/as estudantes foram convidados a preencher outro questionário, de avaliação, que permitia, entre outros aspectos, comparar suas perspectivas (antes e depois). Os resultados desse instrumento de pesquisa, assim como as avaliações qualitativas, realizadas durante os encontros *online*, serão analisados em publicações posteriores do GCCOP e de seus/suas integrantes.

Figura 01 - Live de abertura do I Desafio de Crítica da Mídia<sup>5</sup>



Fonte: Acervo GCCOP. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gccop/2020/08/05/live-marca-o-inicio-do-i-desafio-de-critica-da-midia/>

O ambiente de interação, conforme já mencionado, foi um grupo privado no *Facebook*, ao qual tinham acesso apenas os/as estudantes de ensino médio participantes das equipes, as madrinhas e a equipe organizadora do I Desafio. Nesse espaço, a cada semana foi postada uma videoaula e, a partir de seu conteúdo, as equipes foram desafiadas a realizar tarefas, no período compreendido entre os dias 06 de agosto e 15 de setembro de 2020. As tarefas, relacionadas a atividades de análise crítica, estimularam os/as participantes das equipes a questionarem

---

5 Ressaltamos que colhemos autorização dos/as responsáveis legais pelos/as estudantes de ensino médio não apenas para participarem do I Desafio de Crítica da Mídia, mas, também, para divulgação da imagem aqui retratadas.

os papéis que assumem na recepção, na produção e disseminação de conteúdos, e a assumirem uma cidadania ativa em suas comunidades. Assim, os/as participantes foram solicitados/as a analisar diversas mídias, desconstruindo o processo criativo, por exemplo, de notícias, anúncios, conteúdos criados por marcas e governos. Também foram demandados/as a produzir conteúdos jornalísticos voltados para as suas comunidades; e publicitários, para marcas e produtos fictícios. Essas tarefas foram postadas conforme cronograma divulgado no regulamento. Além disso, ao longo das semanas, para como instrumento extra de motivação, propusemos tarefas-relâmpago, de cunho mais simples, com prazo de entrega de até 24 horas, e que pontuavam mais para as equipes que as cumprissem primeiro.

Em uma das tarefas, sobre estrutura de notícias, por exemplo, convidamos as equipes a identificarem o *LEAD* de notícias, bem como os sujeitos e as informações contidos em cada um dos elementos do *LEAD* (o que, quem, quando, onde, como e por que). Em outra atividade, abordamos a temática da publicidade responsável, buscando incentivar a reflexão sobre o papel da publicidade, que pode ser tanto um reflexo da sociedade, como um agente influenciador de novos costumes. Instruímos, assim, a criação de conteúdos adequados para empresas anunciantes, de acordo com questões éticas e com as normas estabelecidas pelo órgão de regulamentação publicitária. Para isso, entre outras informações, apresentamos ferramentas disponíveis na Internet,

como *softwares* gratuitos de criação de *layouts* que podem ser usados por iniciantes. Outras tarefas demandadas às equipes versaram sobre: interpretação de diferentes enquadramentos de notícias em suportes midiáticos distintos; checagem de *fake news*; produção de fotografias inspiradas no jornalismo ambiental; criação de roteiro e gravação de audiovisual com pauta específica.

Para ajudar no cumprimento das tarefas, as equipes puderam realizar encontros virtuais pela ferramenta Meet do *Google* com os/as extensionistas mentores/as, estimulando, assim, o diálogo e a troca de experiências entre estudantes de ensino médio e discentes do PPGCOM. Conforme as tarefas foram sendo postadas, um grupo de extensionistas acionava avaliadores/as convidados/as para fazerem a avaliação e estipularem a pontuação de cada equipe, a partir dos critérios previamente elencados. Estes/as avaliadores/as eram discentes do PPGCOM/UFGRS e/ou professores da Fabico. Assim, no dia 15 de setembro foi realizado um encontro *online* de encerramento, ocasião em que as equipes vencedoras foram divulgadas. Algumas semanas após a divulgação do resultado, a entrega dos *kits* de premiação foi feita pessoalmente pela equipe do GCCOP, nas residências de estudantes e/ou nas escolas das equipes vencedoras, seguindo todos os cuidados sanitários necessários (em relação à prevenção de contágio da covid-19).

## **Principais aprendizados com I Desafio de Crítica da Mídia/ UFRGS**

A partir do encerramento do I Desafio, parte do grupo de extensionistas se reuniu para refletir sobre essa ação virtual do Programa de Extensão Análise Crítica de Produtos Midiáticos. Para isso, foram considerados tanto o observado nas interações com os/as estudantes de ensino médio, como, também, as dinâmicas de planejamento e de condução das atividades, e as trocas de percepções entre integrantes da equipe executora da Ação, mencionadas durante as reuniões semanais de acompanhamento.

Percebemos que os/as participantes consideram relevante a temática sobre a crítica da mídia, trabalhada de forma lúdica. Essa foi uma das principais diferenças entre as oficinas presenciais, nas quais estudantes participavam dentro do horário de uma disciplina obrigatória da escola (o que contava como presença) e a adesão voluntária, pelos/as estudantes, no caso do I Desafio. Como as aulas em escolas públicas estavam suspensas e o ensino remoto ainda não estava instalado completamente, essa ação de extensão, proposta de forma virtual, não estava vinculada a nenhuma disciplina e a nenhuma escola específica, o convite foi aberto a estudantes de ensino médio de escolas públicas do Rio Grande do Sul e ficou a critério dos/as estudantes formar suas equipes e participar ou não.

Outra ponderação que destacamos foi a demanda dos/as estudantes de ensino médio por mais aprofundamento sobre os conhecimentos acionados em cada videoaula e em cada tarefa e, especialmente, sobre os critérios de avaliação. Essa demanda foi além do que havíamos previsto para as atividades de mentoria, e orientou algumas mudanças em procedimentos e em fluxos de informação que havíamos previamente planejado para os/as responsáveis por cada atividade da equipe executora. Um grupo de trabalho específico para a análise e o atendimento às demandas e os questionamentos das equipes foi constituído, de modo a preservar os/as demais colegas extensionistas nas atividades planejadas. Um encontro (*online*) extra foi realizado com representantes das equipes e suas madrinhas, com o objetivo de explicitarmos os objetivos do I Desafio, bem como de estudarmos em conjunto, formas de atender aos anseios de mais conhecimento pelos/as estudantes de ensino médio.

Comprendemos que um dos aprendizados sobre esse aspecto consistiu em nos depararmos com o fato de que o clima de competição pelas melhores colocações e pelos prêmios não impediu a vontade de conhecimento. Uma integrante de uma equipe, durante o encontro extra, manifestou que o questionamento da equipe sobre a pontuação de uma dada tarefa não se tratava de uma crítica ao I Desafio, tampouco de uma reclamação de nota: apenas desejavam saber o que e como poderiam ter realizado a tarefa de modo a obterem uma pontuação melhor.

Assim, ao demandarem à equipe organizadora do I Desafio, respostas e reflexões além das previstas, os/as estudantes de ensino médio exercitaram a tomada de consciência sobre os papéis que eles/elas desempenharam no I Desafio. Além disso, também, fizeram com que os /as extensionistas exercitassem essa tomada de consciência. Ao questionarem um processo, ou ao demandarem mais informações além das fornecidas em uma tarefa, os/as estudantes demonstraram que mesmo uma competição, com um regulamento fechado e previamente publicizado, pode ter aspectos a serem questionados e, talvez, revistos, de forma democrática.

O I Desafio de Crítica da Mídia foi, também, para nós e para toda a equipe executora, um grande desafio, que demandou muito trabalho e dedicação. Desde a concepção das videoaulas, passando pela construção das ementas e avaliação das tarefas, bem como pela interação com todos/todas envolvidos/as, as temáticas que envolvem letramento midiático foram pensadas e implantadas em diferentes perspectivas: lúdica; densa; divertida; reflexiva; ágil. Foi muito gratificante vermos jovens estudantes como sujeitos ativos, refletindo a respeito de produtos midiáticos nas dimensões de recepção e de produção de conteúdo sobre eles/as mesmos/as e sobre o mundo.

Isto posto, consideramos que essa ação de extensão desponta como possibilitadora de uma cidadania crítica, atentando para a realidade de uso das mídias por jovens, especialmente

nesse período de isolamento social. Foi possível, por meio de um processo pedagógico de ensino/aprendizagem, refletir coletivamente sobre gramáticas e enquadramentos de mídias e suas relações com a construção da realidade social. Assim, por meio de trocas mútuas, aprendemos ensinando, contexto no qual o conhecimento que vai para a comunidade retorna para a Universidade. Vivenciamos um processo formativo não só de jovens estudantes de ensino médio, mas, também, de extensionistas pesquisadores/as da pós-graduação em comunicação e graduando/as. Assim, ao finalizarmos este texto, estamos motivados em darmos visibilidade ao tema do letramento midiático e, à Extensão, visando estender a atuação do Programa, inclusive, para outras universidades e escolas interessadas.

# O Observatório de Jornalismo Ambiental sob a perspectiva da popularização científica

Ilza Maria Tourinho Girardi  
Eloisa Beling Loose  
Matheus Cervo

## Resumo

A proposta deste texto é relatar os desafios de produzir análises sobre a mídia, a partir dos conhecimentos gerados no âmbito do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), para um público mais amplo e não especializado. Nossa ênfase aqui é tratar da popularização científica, uma das faces do projeto de extensão chamado “Observatório de Jornalismo Ambiental”, iniciado em 2019, e que busca apresentar ao leitor os processos de fabricação da notícia e questionar/refletir sobre como questões ambientais são reportadas pelos veículos de comunicação.

**Palavras-chave:** Observatório de Mídia; Divulgação Científica; Popularização da ciência.

## Introdução

Em 2019, o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (GPJA)<sup>1</sup> criou um projeto de extensão visando a disseminação de seus estudos para públicos não acadêmicos. O formato de “Observatório de Mídia” buscou suprir uma lacuna no contexto brasileiro, que ainda não tinha um espaço específico para discussão da cobertura jornalística de meio ambiente. Logo, além de publicar textos que pudessem desencadear uma reflexão por parte de jornalistas e estudantes da área, a intenção inicial também foi a de atingir públicos mais amplos que não pertencem à academia e não são familiarizados com a questão ambiental. Com esse público geral, a ideia era subsidiar debates críticos sobre a forma como os aspectos de meio ambiente são representados ou silenciados pela imprensa.

O projeto Observatório de Jornalismo Ambiental (OJA) reúne integrantes do GPJA em diferentes estágios da vida acadêmica, além de jornalistas e professores que possuem aderência aos pressupostos de um jornalismo diferenciado, que vista as lentes ambientais ao perceber os acontecimentos. A coordenação é feita pela professora Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi, precursora da

---

<sup>1</sup> O grupo pertence à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e desenvolve, desde 2008, atividades de pesquisa, ensino e extensão orientadas para uma melhor cobertura da área ambiental.

disciplina de Jornalismo Ambiental no Brasil e uma das responsáveis pela expansão de suas pesquisas no contexto nacional.

Semanalmente, divulgamos uma análise a respeito de como a imprensa tem retratado as questões da área, a partir de notícias, reportagens ou coberturas específicas, sublinhando aspectos positivos e caminhos para alterar o que, de alguma maneira, reduz ou descontextualiza a problemática ambiental. A cada segunda-feira é feita uma atualização no site do GPJA em seção específica dedicada ao Observatório,<sup>2</sup> e as postagens são republicadas nas redes sociais do GPJA.<sup>3</sup>

Recordamos que as discussões sobre o projeto iniciaram em 2018, quando o governo eleito já demonstrava em campanha descaso com o cuidado do meio ambiente. No mesmo período, registramos o aumento da percepção de que os muitos problemas associados à desconexão do homem com a natureza estavam cada vez mais presentes no nosso dia a dia, gerando um alerta na mídia. O acompanhamento de mais de uma década dos assuntos ambientais na imprensa brasileira pelo GPJA permite-nos

---

2 O *site* Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) pode ser acessado aqui: <https://jornalismoemeioambiente.com/category/observatorio-de-jornalismo-ambiental/>

3 O *Instagram* do grupo pode ser acessado em: <https://www.instagram.com/jornalismoemeioambiente/>. A página do *Facebook* pode ser vista em: <https://www.facebook.com/grupodepesquisajornalismoambiental>

depreender que as temáticas ambientais, antes periféricas, se tornaram frequentes, devido ao agravamento das mudanças climáticas (STENGERS, 2015), desmonte das políticas públicas ambientais (BRUM, 2019), intensificação do neoextrativismo (SWAMPA, 2019), dentre outros fatores que resultaram em um cenário de crise aguda, na qual os acontecimentos ambientais não podem mais ser ignorados pelo campo jornalístico.

Neste texto, relatamos nosso entendimento sobre o que é Jornalismo Ambiental e qual é o papel do Observatório na popularização do conhecimento jornalístico e ambiental, sobretudo em um período no qual há uma sobreposição de crises e uma amplificação de desinformação. Partimos do pressuposto que ao evidenciar os modos de fazer do jornalismo e problematizar como as narrativas sobre meio ambiente são reconstruídas pela imprensa, estamos permitindo a qualificação do debate público sobre o tema e, ao mesmo, disseminando os conhecimentos científicos produzidos no âmbito do grupo de pesquisa.

## **Compreensão do que é Jornalismo Ambiental**

A abordagem ambiental no jornalismo iniciou pelo jornalismo científico (BELMONTE, 2017). A cobertura ambiental ampara-se nos conhecimentos que abarcam o campo científico, traduzindo termos técnicos e permitindo uma correta popularização da ciência. Logo, desde suas origens, contempla os esforços de divulgar

para públicos de não especialistas aspectos pouco conhecidos, complexos e transversais que envolvem o tema ambiental.

Contudo, o olhar do jornalismo científico especializado na temática foi se ampliando e contemplando a transversalidade dos eventos ambientais. Como o campo ambiental é interdisciplinar e engloba muitas esferas, reconhecendo também saberes outros – oriundos de povos tradicionais, por exemplo –, o jornalismo sobre meio ambiente vai além do científico, trazendo questões próprias, como o engajamento/comprometimento com a pauta. De acordo com Frome (2008, p. 86), é preciso estar atento aos dados científicos e técnicos, mas é necessário igualmente cultivar o sentimento, a filosofia, o amor à terra e à vida. Assim, além de trazer as preocupações já colocadas pelo jornalismo científico, o jornalismo dedicado ao meio ambiente que defendemos se posiciona contra as monoculturas da mente (SHIVA, 2003) que pretendem colonizar e homogeneizar as diferentes realidades socioambientais.

Compreendemos que a defesa de um meio ambiente saudável e equilibrado é dever dos jornalistas tanto quanto a defesa dos direitos humanos ou a oposição contra a corrupção. Se o interesse público é o que guia o jornalismo, posicionar-se a favor da preservação das espécies e da sustentabilidade, que garantem a sobrevivência da humanidade, não deveria ser um problema – embora ainda existam críticos em relação ao cuidado ambiental

porque tal publicização escancara que o modelo de desenvolvimento econômico vigente é destrutivo, desigual e sem futuro.

Sá Correia (*apud* FROME, 2008, p. 16) ressalta que o jornalismo ambiental pode ser considerado um jornalismo de *advocacy*, servindo “[...] aos interesses da natureza e humanidade, dádivas de Deus, ao invés dos interesses daqueles que as exploram e lucram com elas”. De igual forma, Girardi, que introduziu a alfabetização ambiental na prática, pesquisa e ensino do jornalismo, sublinha que:

O Jornalismo exerce um papel social fundamental na informação e formação do cidadão, disponibilizando a este ferramentas para atuar na defesa de seus interesses e também dos interesses da sociedade. Nesses tempos tão conturbados, em que a ameaça de danos ao meio ambiente é constante, o Jornalismo Ambiental é necessário para imprimir um olhar cuidadoso e comprometido com a defesa da vida em todas suas dimensões. (GIRARDI, 2018, p. 21)

Outra contribuição para a compreensão do papel do jornalismo ambiental vem do jornalista Victor L. Bacchetta, um dos precursores dessa perspectiva na América Latina:

O jornalismo ambiental considera os efeitos da atividade humana, desde a ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade. Deve contribuir, portanto, para a difusão de temas complexos e para a análise de suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas. É um jornalismo que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária. (BACCHETTA, 2000, p. 18).

Desde sua criação, o GPJA tem realizado pesquisas para compreender a prática do jornalismo ambiental e, assim, dizer como essa prática deveria acontecer para que o jornalismo cumpra com a função social de disponibilizar aos cidadãos informações de interesse público. Kovach & Rosenstiel (2004, p. 31) destacam que: “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. Por sua vez, Frome (2008, p. 263) pontua que “o jornalismo ambiental ajuda a visionar e moldar uma sociedade melhor e uma democracia melhor”, pois é preciso informação qualificada para exercer de forma responsável a cidadania.

Bueno (2007) e Girardi (2018) também seguem essa linha, entendendo que o jornalismo ambiental apresenta subsídios para tomadas de decisão mais acertadas. Além disso, Bueno (2007) destaca três funções do jornalismo ambiental: a informativa, a educativa e a política (atrelada ao exercício da cidadania). Tais atribuições dizem respeito também aos propósitos da divulgação científica, que buscam oferecer informações robustas, calcadas em pesquisas científicas, para que as pessoas façam boas escolhas no seu cotidiano, além de fomentar, ainda que informalmente, a alfabetização científica.

Inspirados em estudiosos da área ambiental (e.g. PORTO-GONÇALVES, 2006; LEFF, 2001), do pensamento complexo (MORIN; KERN, 2002), do pensamento sistêmico (CAPRA, 1982), do próprio jornalismo (BACCHETTA, 2000; BUENO, 2007; FROME,

2008), e na visão de jornalistas que fazem a cobertura na área, construímos alguns pressupostos, que podem orientar na elaboração de matérias com potencial para contribuir com a formação da consciência ambiental do público. Apresentamos uma síntese das bases que sustentam nosso entendimento de jornalismo ambiental (GIRARDI, SCHWAAB, MASSIERER e LOOSE, 2012; LOOSE e GIRARDI, 2017; GIRARDI, LOOSE e SILVA, 2018; LOOSE e GIRARDI, 2018):

1. **Ênfase na contextualização** – Tentativa de superar a fragmentação e a descontinuidade, sendo para isso necessário que as matérias apresentem uma visão ampliada, o mais integral possível;
2. **Pluralidade de vozes** – Valorizar diferentes vozes, permitindo que todos os segmentos envolvidos com o tema sejam ouvidos; diversificar as fontes, dando espaço a ribeirinhos, indígenas, quilombolas, principalmente para não restringir a cobertura às fontes da ciência, do meio político e do meio empresarial;
3. **Assimilação do saber ambiental** – Compreender que o saber ambiental rompe com o pensamento reducionista e permite ao jornalismo ampliar o seu olhar;

4. **Cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor** – Expor as relações de causa e efeito e aproximar os temas do dia a dia das pessoas;
5. **Comprometimento com a qualificação da informação** – Assumir o compromisso com a informação correta, com a ética e com os critérios de apuração jornalística, visando o cuidado do nosso planeta;
6. **Responsabilidade com a mudança de pensamento** – Ser ciente que a prática do jornalismo ambiental implica uma transformação de perspectiva, incluindo a promoção da justiça ambiental e o questionamento ao sistema político-econômico estabelecido;
7. **Princípio da precaução** – Adotar um olhar orientado para a precaução (e não apenas para o fato consumado), a fim de evitar prejuízos e danos contra a natureza e a própria espécie humana.

Diante disso, o OJA se coloca como um dispositivo crítico, que busca promover a reflexão sobre as práticas jornalísticas direcionadas ao meio ambiente, mas, também, estabelecer diálogo com a recepção sobre o que não está sendo dito, como está sendo apresentado ou como poderia ser abordado de outras formas. Não significa apenas esmiuçar o processo de fabricação da notícia ou destacar os problemas. É uma tentativa de formar públicos mais

atentos e participativos no modo de se relacionar com o ambiente, de levantar inquietações e problematizar o próprio modo como percebemos a natureza. Um desafio enorme e urgente.

## **Divulgar os conhecimentos do Jornalismo Ambiental para outros públicos**

O trabalho desenvolvido pelo GPJA há mais de 10 anos tem ganhado espaço entre os pares, o que pode ser observado pela maior quantidade de eventos, publicações e trabalhos de pesquisa sobre o tema. No entanto, a discussão sobre a qualificação da cobertura de meio ambiente é ainda bastante restrita ao campo acadêmico, sendo poucos os espaços que são mais plurais e abertos a públicos não especialistas. Quando o OJA foi criado, em 2019, não havia nenhum outro produto dedicado exclusivamente à crítica de mídia sobre o tema no Brasil. Entendemos que nosso projeto poderia preencher, em alguma medida, essa lacuna, mas também contribuir com reflexões acerca das representações do meio ambiente (com fortes interfaces com a educação ambiental) e do processo de produção jornalística (alinhado também à educomunicação).

Ao pensar em uma linguagem acessível aos diferentes públicos, evitando os jargões do campo científico, atrelada a discussões atuais visibilizadas pelos meios de comunicação, compreendemos que o OJA também cumpre um papel de divulgação científica. Conforme Bueno (2010), a divulgação da ciência tem como objetivo a democratização do acesso ao conhecimento produzido em

diferentes áreas acadêmicas do saber e a geração de condições para a alfabetização científica<sup>4</sup>. Os textos são enxutos e buscam, a partir de exemplos factuais, pontuar possibilidades de se pensar outras formas de dizer a complexidade ambiental. A disseminação semanal via redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) tem o intuito de alcançar públicos que ainda não conhecem o site do GPJA, que reúne, sobretudo, produtos de comunicação científica (destinada aos membros da comunidade acadêmica), apesar de ter uma aba dedicada aos textos do OJA, que serve também como espaço de memória do projeto.

Para os membros do GPJA, assim como apontam Chagas e Massarani (2020), a divulgação científica contribui com o diálogo com a sociedade, o enfrentamento da desinformação, cada vez mais sistematizada, e o próprio fortalecimento da prática científica. Considerando o contexto brasileiro, no qual o debate ambiental está sendo ideologizado e as políticas públicas passam por um processo de desmonte, observar como os discursos jornalísticos repercutem a problemática, a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo no âmbito do GPJA, é uma tentativa de contribuir com a qualificação da informação ambiental e para que outras perspectivas da relação entre natureza e humanidade sejam possíveis.

---

4 Para saber mais, recomenda-se a leitura de Sasseron e Carvalho (2011).

A partir do trabalho jornalístico sobre questões ambientais, identificamos e analisamos o espaço dado ao tema, as fontes consultadas, os argumentos que são enfatizados e aqueles que são, de algum modo, ocultados. Ao mesmo tempo em que há um esforço para mostrar como a pauta ambiental é fragmentada e apresentada a partir de alguns interesses, buscamos colaborar com a alfabetização do público sobre os limites da construção noticiosa e a necessidade de o público ser crítico não apenas em relação a um veículo ou tema específicos, mas em relação às diversas abordagens que circulam, sobretudo via redes sociais. Nesse sentido, nosso processo abarca a ideia de democratizar a ciência e o entendimento de como funcionam os processos midiáticos, permitindo que a elucidação desses processos, geralmente não publicizados, gere uma percepção ampliada dessas práticas sociais.

Davies (2020), ao tratar dos papéis exercidos pela divulgação científica, sinaliza que, além de expandir a democracia, ela está associada à responsabilidade e à legitimidade da ciência realizada com financiamento público, vinculada à obrigação moral de retribuir esse apoio. Há ainda objetivos relacionados ao universo econômico, atrelados ao desenvolvimento de inovação e tecnologias, e às melhorias ofertadas para o cotidiano das pessoas. É importante ressaltar aqui que a percepção do público sobre a ciência ainda é bastante idealizada e nem sempre esses papéis são reconhecidos.

No Brasil, o último estudo nacional sobre percepção pública de Ciência e Tecnologia demonstra que, embora os cientistas sejam reconhecidos como fontes de informação confiáveis, poucos respondentes souberam citar o nome de um cientista ou instituição de pesquisa (CGEE, 2019). Tal constatação reforça a necessidade de melhorar a comunicação da ciência para públicos ampliados. A pesquisa evidencia que os brasileiros respeitam e valorizam a ciência e até esperam que haja mais investimento, porém têm pouco acesso a espaços culturais e baixo consumo de informações sobre o assunto. Nosso Observatório busca ser um espaço de fácil acesso para que possamos falar dos limites e potencialidades do jornalismo e de como seus discursos sobre meio ambiente conformam nosso olhar sobre a natureza.

## **Reflexões a partir de algumas análises do OJA**

Nesta seção, apresentamos alguns exemplos de publicações do OJA para mostrar que tipo de divulgação específica temos feito sobre nossa área temática de estudo. Para isso, apresentamos três artigos escritos por diferentes pesquisadores que abordam o tema da difusão científica de diferentes formas. Os textos selecionados para exemplificar a proposta do nosso projeto buscaram retratar aspectos distintos da popularização científica, dando ênfase para temas atuais como a cobertura da crise climática e a pandemia de covid-19.

O primeiro artigo selecionado se chama “A política da mudança do clima: do internacional ao local”, escrito por Michel Misse Filho. A intenção do autor foi mostrar como a mídia desempenha um papel fundamental não só na denúncia dos crimes ambientais, como também na construção de uma narrativa que mostre as complexas imbricações do local ao global no que tange aos fenômenos socioambientais. As ênfases na contextualização e na cobertura sistêmica, apontadas nos pressupostos do Jornalismo Ambiental, são trazidas para demonstrar como aspectos locais e globais estão interconectados.

Para ilustrar isso, foram apresentadas diferentes matérias que fazem essas conexões de forma interessante. Uma delas abordou o debate polêmico acerca da viabilidade de realização dos Jogos Olímpicos de Tóquio em meio à maior crise sanitária do último século. Esse descompasso entre crise e celebração gerou a candidatura simbólica de Salla, uma pequena cidade com 3.400 moradores no Ártico Finlandês, para a Olimpíada de Verão de 2032. Através da candidatura imbuída de ironia, a iniciativa comunicou a um grande público um problema que é tanto local quanto global, utilizando o humor como uma ferramenta política.

Outras duas matérias que abordaram a declaração do Tribunal de Paris, que colocou o estado francês como responsável pela inércia no combate às mudanças climáticas, foram citadas. Como explicado pelo pesquisador, a declaração foi alcançada através da

ação conjunta de ONGs por cerca de dois anos, o que resultou em uma petição *online* que reuniu mais de 2,3 milhões de assinaturas de cidadãos franceses. Assim, a repercussão na mídia desse tipo de iniciativa mostra possibilidades criativas de enfrentamento em esferas locais que possuem repercussão no global, situações essas que podem ser aproveitadas pelo jornalismo ambiental brasileiro no enfrentamento dos discursos antiambientalistas que, infelizmente, predominam no cenário político atual.

O segundo artigo selecionado se chama “Brasileiros percebem o problema das mudanças climáticas, mas o que falta para o país encarar a questão?”, de autoria de Ângela Camana. Nele, a pesquisadora trouxe a repercussão na mídia de uma pesquisa conduzida pelo Ibope sobre a percepção do(a) brasileiro(a) das questões ambientais de forma geral entre os meses de setembro e outubro de 2020. Esse estudo foi encomendado pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS-Rio) em parceria com o Programa de Comunicação de Mudanças Climáticas da Universidade de Yale. A pesquisa revelou que 92% dos brasileiros reconhecem que o aquecimento global está acontecendo, 72% acredita que essas mudanças podem prejudicar as suas vidas e 88% percebe que a mudança no clima pode afetar as gerações futuras.

Embora a notícia parecesse ser boa (afinal, os resultados mostram como o(a) brasileiro(a) possui uma convicção acerca da existência das mudanças climáticas), a pesquisadora do OJA apontou a falta de aprofundamento das matérias publicadas.

Camana faz uma crítica ao jornalismo produzido a partir da divulgação dos dados, constatando que apenas 25% dos entrevistados dizem ter conhecimento o bastante sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas. Por isso, a autora expõe como o jornalismo brasileiro está muito preso ao fragmentado e ao factual, o que o impossibilita o cumprimento de seu papel de difusor do conhecimento científico - especialmente para com os agentes mais vulneráveis da sociedade que possuem baixa escolaridade e pouco acesso à internet.

Por fim, o artigo publicado no começo do ano “Crise da covid-19 e ataques à imprensa e aos ativistas seguem como desafios para 2021”, de Cláudia Herte de Moraes, traz de forma sensível a contradição entre nossos esperançosos rituais de passagem no ano novo e a marca dos 200 mil mortos por covid-19 devido às ações de um governo nefasto. A autora analisou matérias que nos mostram a profundidade da crise com o adentrar de 2021, como as que relatam a falta de oxigênio nos hospitais do Amazonas e a falta de ação coordenada entre as gestões federal, estadual e municipal, que permitiu que a precariedade se instalasse em Manaus.

Essas matérias foram trazidas não apenas para contextualizar as difíceis notícias que estavam sendo veiculadas naquela semana, como também para trazer uma reflexão sobre os ataques à liberdade de expressão da imprensa. A pesquisadora trouxe as ameaças feitas contra o site *Repórter Brasil*, que exigiam que fossem apagados os arquivos com reportagens críticas ao uso de venenos/

agrotóxicos no nosso sistema de produção alimentar, e uma nota da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que relata a tentativa de invasão física ao local. Assim, a partir da escrita de Natália Viana, da *Agência Pública*, sobre o prognóstico de continuidade desse tipo de ataque ao jornalismo crítico e posicionado, a autora entrelaça temas urgentes e importantes que, geralmente, são publicados de forma pulverizada pela imprensa.

Para finalizar sua argumentação, a pesquisadora relembra o(a) leitor(a) que, segundo a ONG *Global Witness*, o Brasil ocupou o terceiro lugar em mortes de ativistas ambientais e de direitos humanos. Por isso, consideramos que esse é um artigo importante que mostra a necessidade de construir espaços de crítica ao jornalismo hegemônico para que a comunicação se mantenha ativa no seu papel de difusão de conhecimentos que nos permitem criticar a realidade de forma mais profunda. Além disso, é um texto que expõe a necessidade de termos jornalisismos outros, engajados, a fim de democratizar o acesso às informações e visibilizar situações que não interessam aos grandes meios de comunicação, relacionados em diferentes graus com as estruturas de poder vigentes.

## **Considerações finais**

Nossa intenção neste texto foi de relatar e refletir sobre nossa experiência no OJA, cujas publicações iniciaram em 2019 com postagens semanais, mostrando acertos e pontos frágeis das

matérias analisadas a partir dos pressupostos teóricos discutidos e identificados nas investigações da área. Como pesquisadores de uma universidade pública, também fomos chamados pelo compromisso social de contribuir à cidadania, divulgando não apenas os resultados de nossas pesquisas, mas também partilhando os conhecimentos adquiridos no âmbito do GPJA. Acreditamos que a divulgação científica faz parte das responsabilidades dos pesquisadores, que, ao dar um retorno à sociedade sobre seu trabalho, também contribuem com a capacitação do público na recepção de matérias ambientais.

Essa iniciativa chegou no momento em que os integrantes do GPJA perceberam que, mais do que avançar com a consolidação dos estudos dentro da academia, se fazia necessário compartilhar com o público os apontamentos críticos que já fazíamos, somando-nos ao trabalho desenvolvido por tantos outros observatórios e nos aproximando de outros públicos do debate ambiental. Se assumimos que o jornalismo pode transformar a relação entre sociedade e natureza, precisamos evidenciar pontos de ruptura e apresentar soluções, que façam os públicos repensarem suas representações e entendimentos sobre o meio ambiente.

Apesar dos desafios de traduzir os pressupostos do jornalismo ambiental – nosso referencial de análise – nos textos construídos para o Observatório, entendemos que, ao desdobrar as formas de dizer algo sobre o ambiente que são propagadas pela imprensa, estamos participando de um processo informativo, educativo e

político, tal como destaca Bueno (2007). Desta forma, a divulgação científica própria que fazemos não se restringe somente à difusão de informações oriundas das ciências ambientais – ainda que elas sejam fundamentais –, mas se refere a uma amplitude de conhecimentos emancipadores que precisam ser devidamente comunicados pelo jornalismo para termos um equilíbrio socioambiental mais adequado. Isso se deve à necessidade de termos uma pluralidade de vozes para concretizar ações de difusão científica que estejam ligadas às várias formas de conhecimento existentes, incluindo os saberes dos povos tradicionais, por exemplo.

Por fim, entendemos a importância deste debate diante da desinformação propagada pelas redes sociais a respeito da pandemia provocada pelo coronavírus no momento atual. Percebemos como certos agentes públicos e mesmo profissionais da saúde conseguiram impor um discurso negacionista em relação às práticas médicas para enfrentar o que podemos considerar a maior catástrofe sanitária dos últimos tempos. Arriscamos dizer que o analfabetismo científico de uma população com má formação escolar seja uma das responsáveis por tais processos. Da mesma forma, informações errôneas relacionadas aos contextos socioambientais brasileiros são difundidas por setores interessados nessa desinformação, podendo gerar danos irreversíveis – tanto aos nossos ecossistemas, quanto às comunidades humanas que vivem neles.

Tais processos reforçam a necessidade de uma reforma educacional, assim como de uma ação mais incisiva do jornalismo comprometido com a cidadania e com a construção de uma sociedade democrática. Existem diversas instituições que atuam na divulgação científica. Dentre elas, o jornalismo ocupa um espaço privilegiado pela capacidade de reverberar as informações através dos diversos meios. Por isso, além de investirmos na formação, na pesquisa e na crítica no jornalismo ambiental, consideramos fundamental investir na divulgação científica a partir de projetos como o OJA.

## Referências

BACCHETTA, Victor L. O jornalismo ambiental. In: BACCHETTA, Victor L. (Coord.) **Ciudadania planetária: temas y desafios del periodismo ambiental**. Montevideo: IFE/IFEJ, 2000. pp.18-21.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, vol. 6, nº 2, 2017. pp 110-125. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>. Acesso em: 07 abr. 2021.

BUENO, Wilson. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais, **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. esp, 2010. pp. 1-12.

BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas** – Um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Percepção pública de C&T no Brasil – 2019**: resumo executivo. Brasília: CGEE, 2019.

CHAGAS, Catarina; MASSARANI, Luísa. **Manual de sobrevivência para divulgar ciência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

DAVIES, Sarah R. An Empirical and Conceptual Note on Science Communication's Role in Society, **Science Communication**, 2020. DOI: 10.1177/1075547020971642.

FROME, Michael. **Green Ink**: uma introdução ao Jornalismo Ambiental. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de Jornalismo Ambiental. In: GIRARDI, Ilza; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar (org.). **Jornalismo Ambiental** – teoria e prática. Porto Alegre: Editora Metamorfose, 2018. Disponível em: <<https://www.editorametamorfose.com.br/ebooks/EbookJornalismoAmbiental.pdf>>. Acesso em 07 abr. 2021.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa Beling; SCHWAAB, Reges T. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. **C&S** – São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, 2012. pp. 131-152.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; SILVA, Jamille Almeida da. O Jornalismo Ambiental na concepção de quem o faz: Estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. **Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, v. 2, n. 2, 2018. pp. 48-66.

KOVACK, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do Jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração editorial, 2004.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petropólis, RJ: Vozes, 2001.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. **INTERIN**, v. 22, nº 2, 2017. pp. 154-172.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Antes do desastre: notas a respeito do Jornalismo, da comunicação de riscos, da prevenção e do envolvimento cidadão. **Mediações Sociais**, vol. 17, 2018. pp. 209-222

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

SASSERON, Lúcia Helena; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica, **Investigações em Ensino de Ciências**, 16(1), 2011. pp. 59-77.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes** – resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SWAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina** – Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

# Observação, crítica e comunicação pública diante da pandemia

Ana Javes Luz

## Resumo

Este relato de experiência apresenta como Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP) adaptou sua dinâmica de funcionamento e ajustou o foco das suas reflexões em razão da pandemia da covid-19. Levantamentos exclusivos, produção e publicação de textos críticos e opinativos, compilação de campanhas de interesse público, além de notícias semanais sobre o tema reforçam o papel do Observatório em prol da comunicação pública em tempos de crise.

**Palavras-chave:** Observatório. Comunicação Pública. Covid-19. Relato de experiência.

O Observatório da Comunicação Pública<sup>1</sup> (OBCOMP) é um projeto acadêmico sediado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-COM/UFRGS). Iniciado em agosto de 2015, tem como propósitos oferecer um repositório científico unificado sobre a comunicação pública produzida e pesquisada no Brasil, ser espaço de observação e de crítica aberto a pesquisadores e estudantes do campo da comunicação pública e atuar como instância de vigilância e de debate público sobre a comunicação da democracia brasileira.

Instituído com recursos do edital público do CNPq Nº 43/2013 e apoio técnico e funcional da UFRGS (Fabico, PPGCOM e CPD), o Observatório é vinculado e mantido pelos integrantes do grupo de pesquisa Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP), que monitoram temas de interesse público e a sua repercussão em meios de comunicação de massa, na sociedade e em sistemas de comunicação governamental, promovem debates relacionados a temas de interesse público e disponibilizam a produção científica sobre comunicação pública ou assuntos relacionados no site do projeto, acessado pela URL [www.ufrgs.br/obcomp](http://www.ufrgs.br/obcomp).

Durante a pandemia, especificamente a partir de março de 2020, as atividades do Observatório passaram a ser fortemente

---

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

influenciadas pela covid-19 e seus impactos. Maior acontecimento público e midiático da contemporaneidade, no Brasil e no mundo, rapidamente a pandemia se tornou tema predominante no OBCOMP. Notícias, levantamentos exclusivos, textos críticos e opinativos, campanhas de interesse público sobre a covid-19 ganharam espaço e reforçaram o papel do Observatório em prol da comunicação pública como dimensão imprescindível na luta contra a propagação do vírus.

Em editorial publicado em 14/04/2020, o Observatório defendeu a dimensão pública da comunicação dos governos como qualificadora das democracias, ressaltando que, diante das consequências da pandemia global descontrolada, governantes foram obrigados a tomar providências e a cuidar de seus cidadãos. “Podemos identificar o movimento de redes de comunicação pública, através das quais, diferentes sociedades, governantes e meios de comunicação giram em torno de um tema único, a vida” (OBCOMP, 2020a). O texto lançou olhar especial ao contexto brasileiro, no qual as ações e os discursos presidenciais seguiam na contramão do momento histórico e afirmou que “do seu lugar de poder, o presidente Jair Bolsonaro assume diferentes personas para desqualificar a preocupação internacional, ridicularizar a força da covid-19 e desautorizar a ciência” (idem, 2020a).

Nessa mesma linha, estudantes e pesquisadores ligados ao NUCOP e ao Observatório, além de pesquisadores externos,

refletiram em textos assinados sobre o avanço da doença e suas implicações em diversas dimensões da vida cotidiana. A doutoranda Laura Guerra (PPGCOM/UFRGS), discutiu como a pandemia atinge, em graus diferentes, a população brasileira. Guerra aponta que, em função da profunda desigualdade social que marca o país, é importante reconhecer e aprender com a comunicação popular e comunitária, em plena atividade, na produção de informação sobre a covid-19. “São as iniciativas ‘nós por nós’ que, mais uma vez, sobressaem o poder público na mais recente crise da saúde pública no Brasil” (GUERRA, 2020).

A doutora em Comunicação e Informação Marlise Brenol (PPGCOM/UFRGS) refletiu sobre o paradoxo da liberdade vigiada com o uso de tecnologias móveis e dados para prevenir e protelar o espalhamento do vírus causador da pandemia. Brenol analisou as soluções georreferenciadas implementadas por alguns países para acompanhar, ou mesmo controlar, o comportamento dos seus cidadãos na tentativa de evitar o aumento das contaminações. Para a pesquisadora, “quando o Estado detém o poder de decidir um direito tão fundamental quanto a liberdade de sair de casa, pode haver brechas para usos opacos e desvios de finalidades. Há uma linha sutil entre atribuir liberdade e perseguir desafetos” (BRENOL, 2020).

A mestranda Gabrielle Tolotti (PPGCOM/UFRGS) analisou alguns dos discursos do presidente Jair Bolsonaro frente à crise sanitária e atestou que, com seus posicionamentos, o presidente

reforçou “em parte da população que acredita na legitimidade de suas palavras, um entendimento anticientífico sobre a crise sanitária mundial, contribuindo para que algumas pessoas não encarem com tanta seriedade as orientações dos especialistas” (TOLOTTI, 2020).

O mestrando Josiel Rodrigues (PPGCOM/UFRGS) voltou seu olhar para as manifestações que foram protagonizadas pela população contra o governo federal através de painéis e de projeções audiovisuais em diversas cidades brasileiras, cujo auge ocorreu entre os meses de março e abril de 2020. Para Rodrigues, essas manifestações, os “barulhaços”, foram “uma resposta da sociedade ao momento que estamos vivendo: a capacidade de mobilização social em um contexto de pandemia” (RODRIGUES, 2020).

A doutoranda Patricia Augsten (PPGCOM/UFRGS) chamou a atenção em seu texto para a propagação do que ela considerou “um vírus igualmente perigoso que vem se alastrando no Brasil: o da antidemocracia” (AUGSTEN, 2020). A análise partiu da divulgação do vídeo da reunião ministerial de 22/04/2020 e apontou o perigo dos discursos propagados pelo poder executivo, por parlamentares e pela imprensa. Para a autora, “a disputa política no Brasil se esfacelou, ao ponto de negar a democracia como pedra fundamental da sociedade” (idem, 2020).

Coordenadora executiva do OBCOMP, Ana Javes Luz (PPGCOM/UFRGS) chamou a atenção para a necessidade de fiscalizar a aplicação dos recursos utilizados pelo governo federal na

comunicação de combate à pandemia, ressaltando que o governo foi diversas vezes denunciado por agir sem transparência na aplicação desses recursos.

Ao Observatório da Comunicação Pública, como espaço de reflexão acadêmica e de registro dos acontecimentos da sociedade, da mídia e do Estado que envolvam o tema da Comunicação Pública, cabe jogar luzes sobre os deveres de cada integrante dessa tríade. Somente compromissados com a transparência pública e com o interesse público teremos uma comunicação verdadeiramente democrática. (LUZ, 2020).

A coordenadora do OBCOMP, professora Maria Helena Weber, em texto escrito para a Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica) e reproduzido no Observatório, abordou a comunicação do presidente da República durante a pandemia. Para Weber, os princípios normativos da comunicação pública foram desprezados pelo governo federal, com requintes próprios do autoritarismo e de uma perniciosa e inquietante estratégia.

A falta de responsabilidade e descaso sobre a comunicação pública do governo indica o distanciamento de uma opinião pública favorável e de uma imagem pública eleitoralmente competitiva, na medida em que a defesa da sociedade, na grande maioria dos países, está sendo colocada em primeiro lugar. (WEBER, 2020).

Colaboradores externos ao PPGCOM e ao projeto também enviaram reflexões sobre temas que se destacaram durante a

pandemia. O jornalista e doutorando Michel Carvalho (UFABC) questionou em seu texto a eficácia das campanhas de interesse público produzidas por entes governamentais com foco no combate ao coronavírus. Carvalho defendeu que a comunicação pública em saúde não pode se ocupar apenas em difundir recomendações à população, sendo necessário criar canais de comunicação para dialogar com os diferentes segmentos populacionais e responder suas principais dúvidas, numa linguagem simples e acessível.

A relações públicas e mestre em Estudos de Linguagem (Cefet-MG) Lília Gomes observou o protagonismo que as transmissões ao vivo – *live streaming* ou, simplesmente, *lives* – conquistaram nas estratégias de comunicação de organizações públicas e privadas, em especial dos três poderes da administração pública – executivo, legislativo, judiciário – em virtude do distanciamento social imposto pela pandemia. Para a autora, é preciso ter planejamento, com objetivos, metas e avaliação de resultados. Ignorar ou abortar essas etapas significa que a organização assume o risco de falar para ela mesma.

Além de reflexões autorais, o OBCOMP publicou, ainda no mês de abril de 2020, dois levantamentos próprios, feitos pela equipe do NUCOP, sobre iniciativas de comunicação pública que surgiram em decorrência da pandemia. O primeiro levantamento, voltado a mapear os canais oficiais de informação sobre a covid-19 criados pelos executivos brasileiros (capitais, estados e governo federal), mostrou que, à época (03/04/2020), 48% dos estados e

27% das capitais já haviam criado hotspots próprios para divulgar informações sobre o novo coronavírus e que 11% dos governos estaduais e 19% dos municipais criaram páginas específicas no site oficial.

Entre os assuntos verificados, os hotspots e páginas se concentraram em esclarecer para a população o que é a covid-19, as formas de transmissão do vírus, modos de prevenção e principais sintomas. Os portais, em sua maioria, disponibilizam contatos telefônicos de atendimento ao cidadão, orientações para os profissionais de saúde, protocolos e fluxogramas de atendimento, planos de contingência e boletins informativos sobre os casos. Alguns canais também já se dedicavam ao desafio de combater *fake news* sobre o tema, como foi o caso dos governos do Amazonas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (OBCOMP, 2020c).

O segundo levantamento listou as iniciativas de comunicação pública desenvolvidas por universidades brasileiras para contribuir com a desaceleração da doença através da propagação de conhecimento. Publicado em 21/04/2020, o texto listou 18 iniciativas, sediadas em sua maioria em universidades públicas, a exemplo da UFRJ, UFPE, Unicamp, UFPA, UFMA, UFRGS, UFPR, UFC, UFMT, UFOP, UFSC, UFMG, dentre outras. São projetos com foco na divulgação de informação científica e de utilidade pública, no combate a *fake news*, na elaboração de material com sugestões para entretenimento, cuidados físicos e psicológicos

durante o isolamento social. Chamou a atenção o quão rápido a comunidade acadêmica se mobilizou para dar respostas à pandemia e, sobretudo no campo da Comunicação, como o debate público ganhou espaço dentro e fora da Universidade, constatado pela quantidade de eventos *online* que passaram a ser promovidos sobre o tema.

### **Articulação acadêmica e trabalho em rede**

Ainda no primeiro semestre de 2020, o OBCOMP participou da Marcha Virtual pela Ciência no Brasil. Promovida pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a mobilização chamou a atenção para a importância da ciência no enfrentamento da pandemia de covid-19 e de suas implicações sociais, econômicas e para a saúde das pessoas. Como contribuição, integrantes do Observatório gravaram vídeos contando um pouco das suas pesquisas e porque era importante apoiar a ciência, especialmente nesse momento, no Brasil. Os vídeos foram publicados na *fanpage* que o Observatório mantém na plataforma social *Facebook*<sup>2</sup>.

Já no segundo semestre de 2020, o Observatório participou da criação da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD), que reúne pesquisadores, projetos, coletivos e

---

<sup>2</sup> [www.facebook.com/obcompp](http://www.facebook.com/obcompp)

instituições de todo o Brasil no combate à desinformação. São desde projetos de *fact-checking* e de monitoramento de *fake news*, a oferta de contranarrativas, de informação científica e de popularização da ciência. Observatórios de mídia, o OBCOMP e o Observatório da Ética Jornalística também fazem parte da rede, bem como grupos de pesquisas e revistas acadêmicas ligados a universidades brasileiras. As informações sobre a RNCD e os projetos que a integram estão disponíveis em um site que pode ser lido em quatro idiomas e possui recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual<sup>3</sup>.

Outra articulação se deu na interface com atividades de ensino. No segundo semestre de 2020, campanhas de interesse público catalogadas pelo OBCOMP foram objeto de análise dos alunos de graduação em Publicidade e Propaganda da Fabico (UFRGS). A atividade fez parte da disciplina Seminário Temático em Publicidade e Propaganda I, ministrada em formato remoto pela professora Maria Berenice da Costa Machado, que propôs uma reflexão sobre viés social da publicidade abordando a influência do conteúdo publicitário na sociedade e seu papel na formação da cidadania. A experiência foi a primeira a envolver o Observatório e alunos de graduação. No total, nove campanhas foram analisadas.

---

<sup>3</sup> <https://rncd.org>

## Os cinco anos do Observatório

A articulação entre pesquisa, crítica e a participação em redes constitui o processo de manutenção e de fortalecimento do Observatório da Comunicação Pública. Em agosto de 2020, o OBCOMP completou cinco anos de atividades. Naquele mês, o projeto contabilizava 410 notícias publicadas, 48 textos opinativos, 06 entrevistas exclusivas, 02 aulas abertas disponibilizadas em vídeo, 240 teses e dissertações sobre os temas que envolvem a comunicação pública, 126 referências de periódicos com indicação de Qualis, 26 grupos de pesquisa, 13 observatórios, 21 associações ou federações referenciadas, 190 eventos acadêmicos divulgados e 98 campanhas de interesse público catalogadas em seu site. Entre agosto de 2019 e agosto de 2020, o site do projeto recebeu mais de 19 mil visitas – uma média de 1,5 mil acessos ao site por mês (OBCOMP, 2020e).

Para festejar a data, e na impossibilidade de realizar um evento presencial, o Observatório convidou professores e pesquisadores a enviarem depoimentos sobre o projeto e sua importância para o campo científico e social da Comunicação. Foram mais de 20 respostas enviadas, entre textos escritos ou gravados em vídeos. Todos disponibilizados no site do projeto.

O editorial publicado na ocasião, intitulado “Celebração pública, silenciosa e política” é o resumo do papel do Observa-

tório e da universidade pública na promoção do debate público e na vigilância da democracia.

Quem mantém vivo o OBCOMP acredita e defende princípios e direitos de igualdade, de liberdade de expressão. Acreditamos e defendemos, principalmente, a educação como a única instituição capaz de dar autonomia a brasileiras e brasileiros, na construção de um país melhor e mais igualitário. Acreditamos, sobretudo, no debate público entre Estado e sociedade, que valorize as instâncias de representação e as demandas sociais. Acreditamos e defendemos a responsabilidade da Universidade em compartilhar saberes, abrir suas portas ao debate e, assim, realizar a Comunicação Pública. (OBCOMP, 2020f).

Passados quase um ano e meio desde que a pandemia se instalou no país desde que a pandemia se instalou no país, obrigando a Universidade a suspender suas atividades presenciais e a desenvolver formas alternativas de seguir produzindo e divulgando conhecimento através do tripé do ensino, da pesquisa e da extensão, o Observatório da Comunicação Pública também segue se reinventando para continuar promovendo o debate sobre temas de interesse público, especialmente sobre a comunicação pública. Contribui, assim, para a comunicação da Universidade com seus públicos e, como afirmado em editorial de abril de 2020, “observatórios em regimes democráticos são ainda mais importantes quando governantes flertam com o autoritarismo e com a ameaça à vida dos cidadãos” (OBCOMP, 2020a).

## Referências

AUGSTEN, Patrícia. **A doença antidemocrática**. OBCOMP, 2020. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/2/1822/patricia-augsten--a-doenca-antidemocratica/>. Acesso em 19 fev. 2021

BRENOL, Marlise. **Wechat e o paradoxo da liberdade vigiada**. OBCOMP, 2020. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/2/1796/marlise-brenol--wechat-e-o-paradoxo-da-liberdade-vigiada>. Acesso em 19 fev. 2021

CARVALHO, Michel. **As campanhas de utilidade pública convencem?** OBCOMP, 2020. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/2/1825/michel-carvalho--as-campanhas-de-utilidade-publica-convencem>. Acesso em 19 fev. 2021

GOMES, Lília. **Na onda da live é preciso calcular custos e prever resultados**. OBCOMP, 2020. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/1/1862/lilia-gomes--na-onda-da-live-e-preciso-calcular-custos-e-prever-resultados>. Acesso em 19 fev. 2021

GUERRA, Laura. **Não somos todos iguais na crise da Covid-19**. OBCOMP, 2020. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/2/1806/laura-guerra--nao-somos-todos-iguais-na-crise-da-covid-19>. Acesso em 19 fev. 2021

LUZ, Ana Javes. **Fiscalizar a comunicação governamental é fortalecer a democracia.** OBCOMP, 2020. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/1/1874/ana-javes-luz-fiscalizar-a-comunicacao-governamental-e-fortalecer-a-democracia>. Acesso em 19 fev. 2021

RODRIGUES, Josiel. **Os barulhões como nova estratégia de mobilização social.** OBCOMP, 2020. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/3/1774/josiel-rodrigues--os-barulhos-como-nova-estrategia-de-mobilizacao-social>. Acesso em 19 fev. 2021

OBCOMP. **Celebração pública, silenciosa e política (Editorial).** OBCOMP, 2020f. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/0/1884/maria-helena-weber-celebracao-publica-silenciosa-e-politica>. Acesso em 19 fev. 2021

OBCOMP. **Desequilíbrio e comunicação (Editorial).** OBCOMP, 2020a. Disponível em [www.ufrgs.br/obcomp/editorial/0/1785/14-04-2020](http://www.ufrgs.br/obcomp/editorial/0/1785/14-04-2020). Acesso em 19 fev. 2021

OBCOMP. **Governos brasileiros criam canais de comunicação sobre a Covid-19.** OBCOMP, 2020c. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/noticias/1/1777/governos-brasileiros-criam-canais-de-comunicacao-sobre-a-covid-19>. Acesso em 19 fev. 2021

OBCOMP. **OBCOMP completa cinco anos como uma instância de vigilância da democracia.** OBCOMP, 2020e. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/noticias/0/1882/obcomp-completa-cinco-anos-como-uma-instancia-de-vigilancia-da-democracia>. Acesso em 19 fev. 2021

OBCOMP. **Universidades públicas desenvolvem iniciativas de comunicação para ajudar no combate à pandemia.** OBCOMP, 2020d. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/noticias/0/1789/universidades-publicas-desenvolvem-iniciativas-de-comunicacao-para-ajudar-no-combate-a-pandemia>. Acesso em 19 fev. 2021

TOLOTTI, Gabrielle. **Coronavírus e o temeroso discurso do presidente.** OBCOMP, 2020. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/3/1768/gabrielle-tolotti-coronavirus-e-o-temeroso-discurso-do-presidente>. Acesso em 19 fev. 2021

WEBER, Maria Helena. **Covid-19 na perversa narrativa presidencial.** OBCOMP, 2020. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/2/1800/covid-19-na-perversa-narrativa-presidencial>. Acesso em 19 fev. 2021

# **Sobre os(as) autores(as) e as organizadoras**

## **Alê PRIMO**

Doutora em Informática na Educação pelo PGIE/UFRGS. Publicitária e jornalista pela UCPel. Mestra em Jornalismo pela Ball State University. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFRGS). Fundadora e coordenadora do Laboratório de Interação Mediada por Computador (LIMC). Autora do livro “Interação Mediada por Computador: comunicação, cibercultura, cognição” e organizadora de outros livros como “Interações em Rede”. E-mail: alex.primo@gmail.com

## **Ana Javes LUZ**

Jornalista. Doutora em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS). Coordenadora Executiva do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP). Integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP/UFRGS) e da rede de pesquisa Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD). E-mail: anajaves@gmail.com

## **Ana Taís MARTINS**

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2003), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1998) e bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), com pós-doutorado em Filosofia da Imagem pela Université Jean Moulin - Lyon/3, França (2013). Professora do Departamento de Comunicação da UFRGS. Líder do Imaginalis - Grupo de Estudos sobre Comunicação e Imaginário / CNPq / UFRGS, o qual fundou em 2008. Membro do comitê diretor do CRI2i (Centre de Recherches Internationales sur l'Imaginaire).

Autora dos livros “Sob o nome de real: imaginários no jornalismo e no cotidiano” (Porto Alegre: Armazém Digital, 2008) e “Jornalismo, magia, cotidiano” (Canoas: Ed. da Ulbra, 2003). E-mail: anataismartins@icloud.com

**Angela DELLAZZANA**

Graduada em Publicidade e Propaganda pela (PUCRS), mestra e doutora em Comunicação Social pela PUCRS. Pós-doutoranda no PPGCOM/UFRGS, integrante do GCCOP. E-mail: lovato.angela@gmail.com

**Bruno VINHOLA**

Graduado em Jornalismo pelo Centro Universitário Metodista IPA, mestre em Ciências da Comunicação pela UNISINOS e doutorando em Comunicação e Informação no PPGCOM/UFRGS, integrante do GCCOP. E-mail: bruno.vinhola@gmail.com

**Cássia Aparecida Lopes da SILVA**

Graduada em Relações Públicas pela UFRGS, mestra e doutora em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/UFRGS. Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFSul), integrante do GCCOP. E-mail: lopes.cassia.a@gmail.com

**Eloisa Beling LOOSE**

Jornalista, mestre em Comunicação e Informação, e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, e em Comunicação. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS). E-mail: eloisa.beling@gmail.com

### **Ilza Maria Tourinho GIRARDI**

Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua no Curso de Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. É líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS e coordena o projeto de extensão Observatório do Jornalismo Ambiental. E-mail: ilza.girardi@ufrgs.br

### **Jean ROSSATO**

Graduado em Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre e doutorando em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/UFRGS, integrante do GCCOP. E-mail: jeanfelipe793@gmail.com

### **Karla Maria MÜLLER**

Doutora em Ciências da Comunicação (UNISINOS), Mestre em Comunicação (PUC/RS), Especialista em Educação de Adultos (FAAPA), Relações Públicas, Jornalista e Publicitária (UFRGS). Professora Titular e Pesquisadora (PPGCOM/UFRGS), coordenadora da pesquisa “Mídia e Fronteiras: cartografia dos estudos no Brasil” e “Mídia e fronteiras: revisitando jornais locais em Uruguaiana-Libres e Livramento-Rivera (após 20 anos)”. Vice líder do Grupo de Pesquisa Espaço, Fronteira, Informação e Tecnologia (GREFIT), vice coordenadora do Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Limites e Fronteiras (Unbral fronteiras). Email: kmmuller@ufrgs.br

### **Laura Ferreira GUERRA**

Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos (2018) e bacharel em Comunicação - Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015). E-mail: laurafguerra@gmail.com

### **Luiz Artur FERRARETTO**

Professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Formado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo Gráfico e Audiovisual pela mesma instituição (1986), onde também concluiu o mestrado (2000) e o doutorado (2005) no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Com a jornalista Elisa Kopplin, escreveu *Técnica de redação radiofônica* (1991) e *Assessoria de imprensa – Teoria e prática* (7ª edição em 2009). Em parceria com Fernando Morgado, produziu os e-books *Covid-19 e comunicação, um guia prático para enfrentar a crise* (2020) e *Dez passos para o ensino emergencial no rádio em tempos de covid-19* (2020). São de sua autoria: *Rádio – O veículo, a história e a técnica* (3ª edição em 2007), *Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40): dos pioneiros às emissoras comerciais* (2002), *Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20* (2007) e *Rádio – Teoria e prática* (2014). É responsável pelo Núcleo de Estudos de Rádio (NER), grupo de pesquisa certificado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), coordenou o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora (2007-2010). E-mail: luiz.ferraretto@ufrgs.br

### **Marcia BENETTI**

Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, mestre em Comunicação pela UMESP. Líder do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (Nupejor) – grupo de pesquisa UFRGS/CNPq. E-mail: marcia.benetti@gmail.com

### **Maria Helena WEBER**

Professora e orientadora junto ao PPGCOM/UFRGS. Pesquisadora bolsista 1 do CNPq onde desenvolve a pesquisa “Constrangimentos à Comunicação Pública e a desqualificação da democracia brasileira”. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Comunicação Pública Política e do Observatório de Comunicação Pública. Graduada em Comunicação Social (UFRGS) com Mestrado em Sociologia (UFRGS) e doutorado em Comunicação e Cultura (UFRJ). Autora do livro Comunicação e Espetáculos a Política (2000) e da obra Comunicação Pública e Política – pesquisa e práticas (WEBER, Maria Helena, COELHO, Marja e LOCATELLI, Carlos – org. 2017). E-mail: maria.weber@ufrgs.br

### **Matheus CERVO**

Cientista Social formado com ênfase em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atual mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da mesma universidade. E-mail: cervomatheus@gmail.com

### **Moisés ROCKEMBACH**

Professor do Departamento de Ciências da Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto / Universidade de Aveiro, com Pós-Doutorado na Universidade do Porto (Portugal). Professor permanente dos Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) e em Comunicação (PPGCOM) da UFRGS. Líder do Núcleo de Pesquisa em Arquivamento da Web e Preservação Digital (NUAWEB / CNPq). Pesquisador colaborador do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM - Universidade do Porto) e do Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital (CIC.Digital). E-mail: moises.rockembach@ufrgs.br

### **Nilda Aparecida JACKS**

Possui licenciatura em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Santa Maria (1975), assim como graduação em Comunicação Social (1978) e Bacharelado em Arte decorativa (1978) pela mesma universidade. Realizou Mestrado (1987) e Doutorado (1993) em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1993). Pós-doutorado em Comunicação na University of Copenhagen (1999) e na Universidad Nacional da Colombia (2006). Atualmente é professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Teoria da Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria da recepção, teoria da comunicação, identidade cultural, metodologia e recepção. E-mail: njacks@terra.com.br

### **Nísia Martins do ROSÁRIO**

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFRGS). Bolsista PQ CNPq, apoio CAPES, coordenadora do Núcleo de Pesquisa Corporalidades. E-mail: nisiamartins@gmail

### **Paula VIEGAS**

Doutoranda em Comunicação e Informação (PPGCOM-UFRGS) com período Sanduíche na Universidade de Toronto, bolsista CAPES, pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Mídia, Discurso e Análise de Redes Sociais (MIDIARS), graduanda em Saúde Coletiva (UFRGS). E-mail: paularviegas@gmail.com

### **Raquel RECUERO**

Professora e pesquisadora do Centro de Educação e Comunicação da UFPEL e do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFRGS. Coordenadora do Laboratório MIDIARS. Mestre e doutora em Comunicação e Informação (UFRGS). E-mail: raquel@raquelrecuero.com

### **Rudimar BALDISSERA**

Doutor em Comunicação, Mestre em Comunicação/Semiótica, Especialista em Gestão de Recursos Humanos e Bacharel em Relações Públicas. Professor e Pesquisador no Curso de Comunicação e no PPGCOM da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Líder do grupo de pesquisa Comunicação Organizacional, Cultura e Relações de Poder – GCCOP. Bolsista produtividade do CNPq. Coordenador do Projeto de Extensão Análise Crítica de Produtos Midiáticos por Estudantes e Professores de Escolas Públicas. E-mail: rudimar.baldissera@ufrgs.br

### **Sérgio Gabriel FAJARDO**

Graduado em Relações Públicas pela Universidade Feevale, mestrando em Comunicação no PPGCOM/UFRGS, integrante do GCCOP. E-mail: sfajardopoa@hotmail.com

### **Virgínia Pradelina da Silveira FONSECA**

Graduada em Comunicação Socia-Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (1985), mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (1994) e doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Atualmente é professora associada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com atuação nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Na área de Comunicação, atua como docente, pesquisadora e orientadora dos seguintes temas: Jornalismo, Sociologia do Jornalismo, História do Jornalismo e Ética Jornalística. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Núcleo de Pesquisa em Jornalismo”, do CNPq. Vencedora do Prêmio CAPES de Tese na área de Ciências Sociais Aplicadas I, outorgado em 2006. Pós-doutorado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: virginia@ufrgs.br